

Territórios e territorialidades multifacetadas

Cirlene Jeane Santos e Santos
Elson dos Santos Gomes Junior
Erika Flavia Soares Costa
Maria Ester Ferreira da Silva Viegas
(Org.)


EDuneal

Cirlene Jeane Santos e Santos
Elson dos Santos Gomes Junior
Erika Flavia Soares Costa
Maria Ester Ferreira da Silva Viegas
(Org.)

Territórios e territorialidades multifacetadas


EDuneal

Editora da Universidade
Estadual de Alagoas

Arapiraca/AL
2023



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS

Reitor: Odilon Máximo de Morais

Vice-Reitor: Anderson de Almeida Barros

Diretor da Eduneal: Renildo Ribeiro-de-Siqueira

CONSELHO EDITORIAL DA EDUNEAL

Presidente: Renildo Ribeiro-de-Siqueira

Titulares

Professores:

José Lidemberg de Sousa Lopes

João Ferreira da Silva Neto

Luciano Henrique Gonçalves da Silva

Natan Messias de Almeida

Maria Francisca Oliveira Santos

Márcia Janaína Lima de Souza - Sistema de Bibliotecas (SIBI)

Suplentes

José Adelson Lopes Peixoto

Edel Guilherme Silva Pontes

Maryny Dyellen Barbosa Alves Brandão

Ariane Loudemila Silva de Albuquerque

Ahiranie Sales dos Santos Manzoni

Elisângela Dias de Carvalho Marques - Sistema de Bibliotecas (SIBI)



COORDENAÇÃO GERAL DO XI ENCCULT

Dr. José Crisólogo de Sales Silva

COMITÊ CIENTIFICO

Coordenadores do grupo de Trabalho

Cirlene Jeane Santos e Santos

Elson dos Santos Gomes Junior

Erika Flavia Soares Costa

Maria Ester Ferreira da Silva Viegas

Revisores Científicos

Elson dos Santos Gomes Junior

Erika Flavia Soares Costa

Maria Ester Ferreira da Silva Viegas

Revisão

Cirlene Jeane Santos e Santos

Maria Ester Ferreira da Silva Viegas

Capa

Rima Produção Editorial

Diagramação

Rima Produção Editorial

Imagem da Capa

Freepik

Imagem da Contracapa

Cirlene Jeane Santos e Santos

Descrição da Imagem da Contracapa

Intervenção artística de rua, localizada na Vila Colombina, Vila América, Salvador - Bahia. Mural da Fundação Pierre Verge

Catálogo na Fonte

T327 Territórios e territorialidades multifacetadas / Cirlene Jeane Santos e Santos ...
[et al.]. – Arapiraca : Eduneal, 2023.
103 p. : il. : color (e-book).

Inclui bibliografia.

ISBN: . 978-85-67350-95-0

DOI: <https://doi.org/10.48016/xiienccultgt5e1>

E-book: <https://www.eduneal.com.br/produto/ttm/>

1. Território. 2. Territorialidade. 3. Educação rural. 4. Semiárido. I. Santos e Santos, Cirlene Jeane, org. II. Gomes Júnior, Elson dos Santos, org. III. Costa, Erika Flavia Soares, org. IV. Viegas, Maria Ester Ferreira da Silva, org. V. Encontro Científico Cultural.

CDU: 321

Elaborada por Fernanda Lins de Lima – CRB – 4/1717

Direitos desta edição reservados à

Eduneal- Editora da Universidade Estadual de Alagoas

Editora filiada à

Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

SUMÁRIO

Prefácio.....	6
1. Territorio y cosmovisión: lugares sagrados en la cultura totonaca.....	9
<i>María del Rocío Echeverría González</i> <i>Evaristo Arcos Miranda</i>	
<hr/>	
2. Os determinantes do voto nas eleições presidenciais de 2014 e 2018: uma análise do processo de migração territorial dos votos da esquerda para a direita no Brasil.....	26
<i>Isabele Tenório Santos da Silva</i> <i>Samuel Nunes da Silva</i> <i>Dayvisson Soares da Silva</i> <i>Cirlene Jeane Santos e Santos</i>	
<hr/>	
3. Migração do voto em Alagoas: espacialização dos votos nas eleições presidenciais de 2014 e 2018.....	41
<i>Isabele Tenório Santos da Silva</i> <i>Samuel Nunes da Silva</i> <i>Cirlene Jeane Santos e Santos</i>	
<hr/>	
4. Interiorização de migrantes venezuelanos indígenas Warao em processo socioespacial de acolhida em Maceió Alagoas	53
<i>Edilma de Jesus Desidério</i> <i>Karine Gabrielle de Lima Rodrigues</i> <i>Maria Ariana Torres Lins Rodrigues</i> <i>Igor Max de Lima Santos</i>	
<hr/>	
5. As fraturas digitais no semiárido alagoano – Brasil.....	59
<i>Maria Ester Ferreira da Silva Viegas</i> <i>Odair Barbosa de Moraes</i> <i>Cirlene Jeane Santos e Santos</i>	
<hr/>	
6. As interfaces do território: de espaço geográfico a elemento de produção de subjetividades	66
<i>Luana Cláudia Ferreira Magalhães</i> <i>Mara Daiana Paixão Alencar</i> <i>Ranielli Oliveira Barbosa</i> <i>Saulo Luders Fernandes</i>	



7. Cultura, educação rural e território: entrelaçamentos com os saberes locais..... 72

Maria Lúcia da Silva Ribeiro

Cristiano Cezar Gomes da Silva

8. Mulheres em assentamentos rurais: uma experiência de construção do território no Norte Fluminense 86

Elson dos Santos Gomes Junior

SOBRE OS ORGANIZADORES 101



PREFÁCIO

Territórios e territorialidades multifacetadas. A proposta deste livro é discutir diferentes escalas de territorialidades e apresentar às notícias científicas que colocam a questão de uma ciência dos territórios. Os mecanismos de territorialização, através dos quais laços políticos, atividades produtivas, correntes e produções culturais e (mais classicamente) construções governamentais e administrativas, tornam-se sistemas espaciais imbricados, entrelaçados e interligados. Os capítulos aqui postos discutem territorialidades plurais e multifacetadas que dão forma ao espaço geográfico e seus mecanismos, observando as multiescalas das territorialidades nas escalas de poder na construção de suas espacialidades.

Novas territorialidades estão surgindo em nossas sociedades tanto quanto no discurso dos estudiosos quem tem a análise espacial como recorte metodológico. Isso muda as características de definição, desenvolvimento e representação do que é um território? Ou será apenas o território uma questão de metáforas das quais as várias ciências sociais tomam emprestado ao discutir seu aspecto espacial?

Nos capítulos que se seguem, teremos algumas respostas a estas indagações, os debates iniciais foram realizados no Grupo de Trabalho Corpo, Território e Territorialidades do XII Encontro Científico Cultural (ENCCULT), em 2022, e consolidou-se com essa obra, nesse ensejo apresentado.

No primeiro capítulo é abordado o **Territorio y cosmovisión: lugares sagrados en la cultura totonaca**, no qual é apresentado uma importante discussão sobre um lugarejo no qual convergem o sagrado e o profano de forma culturalmente combinada em terras mexicanas, neste os aspectos míticos, a diversidade cultural se impõe contribuindo para a construção da cosmovisão que sustenta o território.

Em seguida temos **Os determinantes do voto nas eleições presidenciais de 2014 e 2018: uma análise do processo de migração territorial dos votos da esquerda para a direita no Brasil**, este capítulo faz a contextualização do processo eleitoral, como um importante meio para prática da democracia no Brasil, sendo através do voto que a população pode participar ativamente das escolhas políticas no país, elegendo o representando que mais



atenda às necessidades da população em geral. Esse processo, é construído através das dinâmicas sociais e territoriais do Estado-nação, vivenciando ativamente o comportamento político presente na conjuntura social, no caso da situação dos pleitos eleitorais de 2014 e 2018, a exposição aproximar-se do contexto recente da história brasileira e se faz importante para a Geografia entender como as eleições reconfiguram o território, especialmente, no processo de migração de votos nas eleições de 2014 e 2019.

Em ***Migração do voto em Alagoas: espacialização dos votos nas eleições presidenciais de 2014 e 2018, segue-se a discussão sobre os processos eleitorais na escala do território alagoano***, a pesquisa se debruça sobre a influência do processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff e da ascensão do bolsonarismo e da extrema direita na presidência do Brasil, buscando espacializar os votos dos candidatos à presidência nas eleições de 2014 e 2018 nas escalas municipal e estadual, analisando o comportamento eleitoral e a migração de votos em ambos os pleitos em Alagoas.

No capítulo quatro ***Interiorização de migrantes venezuelanos indígenas Warao em processo socioespacial de acolhida em Maceió – Alagoas*** é apresentado uma breve exposição dos avanços regulatórios sobre os movimentos migratórios a partir dos especialistas na temática. Discute também, a ação dos agentes políticos no contexto de regulação das populações estrangeiras no Brasil, tendo por base analítica os processos migratórios dos venezuelanos para o Brasil, sobretudo da comunidade Warao.

Em ***As fraturas digitais no semiárido alagoano – Brasil*** é apresentado o fosso digital que rege o território do semiárido alagoano e seus rebatimentos no acesso da população aos sistemas técnicos.

Dando prosseguimento trazemos ***As interfaces do território: de espaço geográfico a elemento de produção de subjetividades*** que, recorrendo ao conceito de território, busca a compreensão de como os corpos subalternos elaboram as suas diversas estratégias de territorialidades, manifestando suas compreensões de saberes no espaço-tempo vivido.

No capítulo ***Cultura, educação rural e território: entrelaçamentos com os saberes locais*** é abordado a educação rural em seu contexto sociocultural e econômico, partindo da apreensão de que o currículo escolar deve estar próximo da realidade vivida pelos alunos em seus territórios para que assim possam atribuir significados e um significado a estes.

Em ***Mulheres em assentamentos rurais: uma experiência de construção do território no Norte Fluminense*** destaca-se a região do Norte Fluminense (RJ) em seus



aspectos históricos e econômicos, abordando a chegada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o estabelecimento dos conflitos fundiários na região. Nesse contexto, relaciona a luta pela terra a ação organizada das mulheres nos assentamentos rurais como uma experiência possível de consolidação desses territórios.



Territorio y cosmovisión: lugares sagrados en la cultura totonaca¹

María del Rocío Echeverría González ⁽¹⁾

Evaristo Arcos Miranda ⁽²⁾

⁽¹⁾ ORCID: orcid.org/0000-0003-1571-8026; Doctora en Ciencias Agrarias por la Universidad Autónoma Chapingo, adscrita al Centro de Investigaciones Económicas, Administrativas y Sociales del Instituto Politécnico Nacional (CIECAS-IPN) y miembro del Sistema Nacional de Investigadores (SNI-1) del CONACYT, México. E-mail: mecheverriag@ipn.mx

⁽²⁾ ORCID: orcid.org/0000-0002-2474-9046; Doctor en Ciencias Agrarias por la Universidad Autónoma Chapingo. Adscrito a la Universidad Abierta y a Distancia de México, miembro del Sistema Nacional de Investigadores (SNI-C) del CONACYT y del Padrón Estatal de Investigadores del estado de Guerrero, México. E-mail: clandestino_7manonegra@yahoo.com.mx



INTRODUÇÃO

Contiguo a Atlequizayán, comunidad indígena de la sierra norte poblana, se ubica un cerro emblemático denominado Xkajaksípi, los lugareños conocen este peñasco como Aktsiní. Se trata de un distintivo recinto solemne en donde convergen lo sagrado y lo profano. Por tratarse de que Aktsiní encarna un ser maligno al que se le atribuyen fuerzas oscuras, bajo la cosmovisión totonaca se ha transmitido por relatos de tradición oral el temor a este ser mítico. Su furia expresada en tormentas puede arrasarse el universo entero y en especial al mundo totonaco destruyendo las milpas y el alimento sagrado derivado de este, el maíz. Para evitar desgracias torrenciales está prohibido atravesar el umbral, acercarse al cerro o explorarlo, es por lo que, frente a la catastrófica lluvia incesante la iglesia intercede con la divinidad pidiendo a la providencia detenerla para equilibrar el bien y el mal.

En el presente capítulo analizamos el mito de Aktsiní para comprender los saberes y conocimientos ancestrales referentes a los lugares sagrados como base de la diversidad

¹ DOI: <https://doi.org/10.48016/xiienccultgt5e1cap1>

cultural e implícitamente los procesos de cambio/permanencia que perviven actualmente. Desde el enfoque etnográfico, intentamos acotar cómo se dibujan los límites simbólicos territoriales de acceso o restricción al cerro y su cosmovisión asociada con el agua, el rayo, la lluvia, el viento y los truenos relacionados con esta deidad.

No negamos el alcance del mundo occidental que incide en los contenidos culturales autóctonos, tampoco podemos romantizar a las comunidades indígenas como ajenas a la apropiación y reinterpretación de los productos materiales y simbólicos. Sabemos que, con las profundas transformaciones ocurridas desde el periodo de dominio europeo hasta nuestros días se han generado en las cosmovisiones indígenas varios intercambios culturales. Pese a estas inevitables influencias, actualmente encontramos que las personas de la zona de estudio mantienen una significativa relación armónica con el paisaje en el que se ubican. Si bien es cierto que la tendencia de diversas comunidades indígenas es hacia una disposición jerarquizada hombre-naturaleza, también hallamos una interacción a través de los guardianes/señores/dueños que se sitúan en un lugar distintivo: los cerros, el agua, la milpa, las plantas, las cuevas, el monte, los truenos, la lluvia, el aire y los animales quienes están gobernados por estos guardianes que protegen y sancionan las conductas que atentan contra la biodiversidad, derivada de la modernidad tecnocientífica occidental.

Así, exponemos la riqueza cultural totonaca fundamentada en el mito de uno de los lugares sagrados más representativos, cuya tradición proviene del Tajín destacando la expresión cultural-espiritual y, mediante datos etnográficos analizamos la cosmovisión del lugar donde moran deidades y espíritus ancestrales (MADRIGAL; ESCALONA e VIVAR, 2016); en este sentido, reflexionamos que, pese a la inevitable influencia de la globalidad, los totonacos contemporáneos interactúan y mantienen nexos con elementos sagrados para continuar reproduciendo sus prácticas culturales.

LA ENCRUCIJADA ENTRE LO SAGRADO Y LO PROFANO

Durkheim (1999), en *Las formas elementales de la vida religiosa*, desarrolla dos mundos que han trascendido en los estudios sociológicos y antropológicos, lo sagrado-profano, que representan elementos contrarios/antagónicos, o bien, opuestos/interrelacionados. Lo sagrado se refiere a:

Las creencias, los mitos, los gnomos, las leyendas son representaciones o sistemas de representaciones que expresan la naturaleza de las cosas sagradas, las virtudes y los poderes que se les atribuyen, su historia, las relaciones de unas con otras y con las cosas profanas. (p. 41).



No obstante, Durkheim reconoce que esta esfera no se limita a la idea relativa a un Dios, dioses, o espíritus. También las cosas inanimadas como las piedras, los árboles, la madera tallada, un cerro, entre otros elementos, pueden adquirir un dominio sobrenatural sagrado. Las palabras, los ritos, o las fórmulas también enuncian lo sobrenatural toda vez que lo sagrado remite a la idea de tranquilidad o serenidad, igualmente puede existir cierta peligrosidad, depende de la calidad y la cantidad de la fuerza y del ser que puede ser agredido (LÓPEZ-AUSTIN, 2006).

Lo sagrado nos conduce a seres espirituales dotados de poderes superiores distintos a los que posee el común de los mortales; es superior en dignidad y respeto donde el hombre ocupa una escala inferior y subordinada; los miembros de una cultura en particular tratan de convencer o conmover a lo divino por medio de invocaciones, ruegos, ofrendas y sacrificios y, lo sagrado, es por excelencia lo que el profano no debe ni puede tocar impunemente (DURKHEIM, 1999).

Un elemento mediador entre lo sacro/profano son los ritos, que representan reglas de conducta y que prescriben el comportamiento del hombre frente a lo hierático. Estos puentes ceremoniales o cultos se acompañan de oraciones, cánticos, comuniones; en este camino la persona religiosa puede “pasar” sin peligro de la duración temporal al tiempo sagrado. El tiempo sacrosanto cíclico o circular, reversible y recuperable, aparece como una especie de eterno presente mítico que se reintegra periódicamente al artificio de los ritos. Un tiempo sagrado que, en cierto modo, puede equipararse con la eternidad; en esta conexión la persona al sentir un vínculo estrecho con lo divino experimenta una suerte de presencia, llámese espíritu, luz, paz o comunión, es decir, la hierofanía (ELIADE, 1981).

La piedra sagrada, el árbol sagrado no son adorados en cuanto tales; lo son precisamente por el hecho de ser hierofanías, por el hecho de “mostrar” algo que ya no es ni piedra ni árbol, sino lo sagrado. Para quienes aquella piedra se revela como sagrada, su realidad inmediata se transmuta, por el contrario, en realidad sobrenatural (CLOUD, 1956 p. 11-12).

La existencia de la sacralidad supone una distinción inherente del espacio, exclusiva para el objeto de culto, respeto y majestuosidad. “Para el hombre religioso el espacio no es homogéneo; presenta roturas, escisiones: hay porciones de espacio cualitativamente diferentes de las otras” (ELIADE, 1981, p. 15). Al situar los lugares no homogéneos, o dualísticos, encontramos que los sitios ceremoniales y de culto son relevantes desde tiempos mesoamericanos.



Turner (2007) encuentra que en la medida que descendemos de las culturas modernas hacia las premodernas, el rito está mejor conformado. Podemos relacionar que además del rito, también el mito, el culto, la magia y la religión en sociedades tradicionales tiene una estructura focalizada.

En Mesoamérica, la existencia del culto prehispánico asociado con la observación de la naturaleza ha sido sobresaliente para los estudios históricos, arqueológicos, antropológicos y etnohistóricos, así, se desarrolla la observación precisa de la naturaleza a partir de un punto donde confluye el mito y la religión. “Los antiguos mexicanos no solo registraban sus observaciones en inscripciones, estelas y textos jeroglíficos, sino que el tiempo y el espacio eran coordinados con el paisaje por medio de la orientación de edificios y sitios ceremoniales” (BRODA, 1991 p. 453). Existió la observación precisa de la astronomía, la geografía, el clima, la botánica, la zoología, la medicina. El escrutinio exacto de la naturaleza anterior a la conquista no se limitaba a la astronomía sino a la interacción con el medio ambiente en donde sobresale el culto de los cerros mesoamericanos (BRODA, 1991).

Particularmente, en México, encontramos lugares especiales para el culto precisamente que datan de culturas anteriores a la llegada de los europeos. Iwaniszewski (2001) agrega que los rituales generalmente se localizan cerca de pozos, arroyos, manantiales, cuevas, abrigos rocosos y sobre las cimas de los cerros o muy cerca de ellas. Se asocian a estos lugares enanitos, chaneques, aluxes, duendes, aires, tlaloques, serpientes de agua, dueños o señores de agua, sirenas, rayos, truenos, relámpagos, culebras de aire, vientos, señores de la montaña y señores de los animales, entre otros. (IWANISZEWSKI, 2001; MADRIGAL, et. al. 2016 p. 7).

Así, entre la cosmovisión sagrada perviven diversas creencias indígenas de la espiritualidad, se encuentra latente en cada elemento de la naturaleza. En el mundo rarámuri todo lo que les rodea tiene espíritu: las plantas (especialmente el maíz), los arroyos, los animales, las piedras, el aire, por lo tanto, la falta de respeto hacia algún espíritu generará malestar. Representa romper la armonía y, por lo tanto, se les atribuye causantes de los males que les aquejan (GÓMEZ, 2009, p. 332)

ASPECTOS METODOLÓGICOS

El trabajo de campo se realizó en Atlequizayán, Puebla, perteneciente a la vertiente septentrional del Estado poblano en donde habitan los descendientes de los antiguos totonacos. Colinda con el municipio de Caxhuacan al norte, con Jonotla al este, Zoquiapan



al sur, e Ixtepec al oeste. Al pie atraviesa el río Zempoala que divide al pueblo de Zoquiapan, de cultura náhuatl.

El pueblo se asienta sobre un paisaje de montañas verdes de gran extensión, este manifiesta su riqueza cultural y sencillez de los lugareños a través de la vestimenta típica en personas mayores, las actividades productivas del campo para el autoconsumo y, hallamos que son hábiles bilingües. Continúan hablando su lengua materna el tutunakú de la variante totonaco central del sur.

Analizamos la riqueza de la narrativa oral y presentamos resultados cualitativos fundados en fuentes de información primaria y secundarias. El trabajo de campo se realizó en un periodo que inició en el 2019 y regresamos a la pesquisa a principios de 2020. Entrevistamos a sabedores y gente originaria en lengua totonaca y español abordando el mito de origen que perdura en la cosmovisión totonaca y en segundo orden de importancia se realizaron entrevistas en Tuxtla, y Zongozotla, Pue. La orientación de corte cualitativo en el proceso de observación implicó escuchar a los actores sociales –incluyendo a una de las investigadoras– como testigos de su propia historia; se dedicó un considerable tiempo a los recorridos de campo, desgravados de entrevistas y a la traducción.



RESULTADOS Y DISCUSIÓN

a) Cosmovisión

La cosmovisión totonaca enfocada a las creencias de seres míticos de acuerdo con Romero (1999) y Enríquez, (2018), se describe en tres niveles.

1. El cielo (Akgapun). Lugar supremo donde viven los dioses (el sol, la luna o luno, las estrellas).

2. La tierra (Tiyat y). Lugar intermedio. El hombre nace de la tierra. Katuxawat significa casa de la tierra, pero necesita del nivel celeste y del inframundo o subterráneo para su reproducción.

En la tierra estos seres se llaman *dueños o encargados*. Están al servicio de los dioses principales, por tanto, son deidades secundarias porque no son los creadores como el Sol, la Luna o las Estrellas sino su función es intermediar entre lo sacro/profano; al no ser precisos los límites suele existir confusión. La principal característica es su proximidad con los seres humanos. En lo terrenal encontramos a los cuatro elementos de la naturaleza “Xpuchina Tiyat” (Dueño de la Tierra), “Xpuchina Lhkuyut” (Dueño del Fuego), “Xpuchina

Chuchut" (Dueño del Agua) y "Xpuchiná Un" (Dueño del Viento) (ENRIQUEZ, 2018).

3. Inframundo (Kalinín). Es el lugar inferior o subterráneo vinculado con el agua de arroyo, pozas, ríos, el mar, el agua de las cuevas. Aktsiní es la deidad que habita este espacio.

En Atlequizayán reconocen a Aktsiní o a San Juan del mar como el señor de las lluvias, el viento y el trueno. Además, existe "kiwikgolo" (Dueño del monte) "kiwichat" (Dueña del monte) y "Masipiní" (Dueño de los cerros) . En este trabajo nos centramos en el señor de la lluvia, del viento, del trueno, del agua, representado por Aktsiní.

Reconociendo la complejidad del estudio que agrupa los ya mencionados niveles *cielo, tierra e inframundo*, la parte intermedia que corresponde a "La tierra" es el hogar referencial de los totonacos de Atlequizayán. Personaliza la dimensión profana donde podemos observar aquellos actos que conllevan tanto a la reverencia como al temor (MALINOWKI, 1948), se trata del lugar en un contexto cultural particular que guarda especial relación con lo sagrado (el inframundo).

b) El mito de Aktsiní

Para Cassirer "entre todos los fenómenos de la cultura los más refractarios a un análisis puramente lógico son el mito y la religión" (CASSIRER, 1967, p. 64). El mito lo encontramos desde las primeras formas de existencia humana; al ser un fenómeno natural, muestra complicaciones para definirlo, sin embargo, la labor antropológica es descifrar lo inconmensurable a lo inteligible sin que represente simpleza para su interpretación. Tiene argumentaciones opuestas a la razón, es un irremediable universo del caos, resultando incoherente frente a la lógica. En su verdadero sentido y esencia al no ser teórico, desafía nuestras categorías del pensamiento cuando no es posible explicarnos el modo, percepción, e imaginación mítica desde nuestro lente occidental, científico, o de nuestra percepción de "verdad" (CASSIRER, 1967).

López-Austin (2006) cuestiona si nosotros como investigadores estamos capacitados para comprender otras realidades sociales de tradiciones que son ajenas a nuestras miradas, ya que el científico no puede renunciar al planteamiento de sus conceptos. Pese a las dificultades para definir el mito, sintetizamos que:

Es un relato o narración, un conjunto de creencias, una forma de captar y expresar un tipo específico de realidad, como un sistema lógico o como una



forma de discurso (...) Su forma predominante es la de texto oral y anónimo. Ha sido visto como el medio específico de captar, sentir y expresar un tipo de realidad (...) se dirige no sólo al entendimiento, sino a la fantasía y a la sensibilidad (...) Es un relato, su medio de expresión es la palabra. (p. 45)

En la mitología totonaca veracruzana Juan Aktzín aparece en ocasiones como niño, a veces como adulto y cuando este llega a la casa de los truenos lo adoptan. “Transgrede las prohibiciones que estos le formulan vistiéndose con el vestido y espada del trueno viejo, convirtiéndose en huracán” (TREJO, 2000 p. 74). Para Oropeza (1999), en el recinto del Tajín se sitúa la tradición mítica totonaca que construye la idea del origen del rayo y del trueno como controladores. Los Tajines son representados por doce ancianos que producen la lluvia, el relámpago y el rayo, ejerciendo control sobre las nubes y el viento, por lo tanto, denominaron al Tajín “rayo” o “trueno”.

En nuestra investigación hallamos al personaje Aktsiní, con una diversidad de cuentos de tradición oral, expresados en formas concretas de narraciones, imágenes y símbolos (WATTS, 1954, apud LÓPEZ AUSTIN, 2006); sin embargo, “el problema no es la simple diversidad, sino la profunda heterogeneidad de los conceptos” (LÓPEZ-AUSTIN, 2006 p. 41); esta variación de expresiones describen el origen, la historia, la cotidianidad y los límites simbólicos de permisibilidad para el acercamiento o distancia con lo sagrado, no al margen de la representación totonaca como un sitio o personaje sagrado con importantes componentes de identidad.

No existe una noción precisa para saber quién es el Aktsiní, a menudo es confuso hablar de este. En las entrevistas había interpretaciones muy diferentes. Hay quienes creen que es una criatura híbrida que combina atributos de humanos con la de animales; otros lo relacionan con un toro porque para ellos el ser mítico tiene cuernos y cola; algunos dicen que es un duende por el parecido tan semejante, para otros Aktsiní no puede ser un duende porque es enorme: representa a un hombre alto y fuerte. (Notas del diario de campo 2020)

En efecto, su carácter es enteramente cualitativo, si buscamos causas, no son lógicas ni empíricas; son “causas místicas” (BRUHL e CASSIRER, 1967 p. 70) y fantásticas; si queremos ordenar el “caos” difícilmente podremos explicar este hecho. Sería equívoco admitir la existencia de un mundo confuso desde lo real, al contrario, la confusión para su interpretación sería una limitante nuestra para abordar temas tan complejos. El mito trata de conocer una explicación del mundo buscando respuestas en el origen divino.



Como formas de *representaciones colectivas*, más que definir Aktsiní enfocado a distintas opiniones –ya sea un cerro o un guardián con características antropomorfas, de minotauro o de duende– y, considerando que cada una tiene su lógica e importancia, es decir, cada mito es una unidad analizable y comparable (LÓPEZ AUSTIN, 2006), retomamos esta variedad del discurso en una percepción general: Aktsiní es un ser intermediario entre el mundo sagrado/profano que representa la asociación de la lluvia, el viento, el trueno y el agua.

Notamos las características distintivas del ser mítico, pues en medio de una vegetación de bosques de encino, cedros y caoba típicos de la localidad, Aktsiní como “cerro” sobresale porque se encuentra cubierto de verdes y frondosos pinos, como si se tratara de un fragmento traído de otra región e insertado ahí, precisamente donde no es común encontrar ecosistemas conformados por coníferas. Xkajaksípi su significado profano refiere a un cerro con vegetación de pinos Xkajak significa en totonaco pino y Sípi quiere decir cerro. En un pasado colonial lo denominaron San Juan del Mar.

Manuel Espinosa Sainos, menciona que Xchiki Aktsiní significa *La casa de Aktsiní*. Aktsiní está asociado con Xpuchina Chuchut (Dueño del Agua) y, por tanto, pertenece al mundo subterráneo (ROMERO, 1999). Entre las creencias que premonan en Atlequizayan el cerro llegó de la comunidad vecina y ahí se asentó.

Dicen que ese cerrito lo trajeron desde Zongozotla, y entonces algunas personas de allá, lo mandaron para que se lo llevaran de regreso, pero como no lo pudieron regresar, se quedó por aquí y de esta manera fue como se originó el pueblo de Ignacio Allende. (Hombre, 63 años) (Notas del diario de campo 2020)

Los abuelos describen la fundación de uno de los pueblos cercanos a Atlequizayán como consecuencia de este cerro que ahí se estableció; no obstante, en Zongozotla opinan que les pertenece puesto que su lugar de origen es Zongozotla; mientras que lugareños de Atlequizayán, aunque reconocen el peñón vino de otro lugar, finalmente, en el tránsito, se quedó en su territorio y ahora les corresponde.

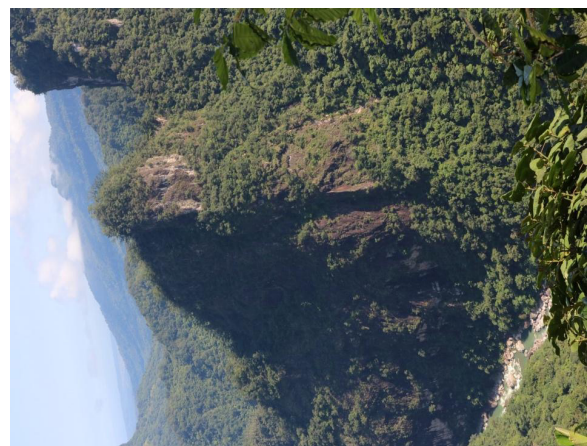


Imagen 1. Aktsiní entre el cielo y la tierra. Xkajaksípi. Esteban-Cruz, 2019.



Así, mediante la oralidad que conecta el pasado con el presente, hallamos continuos referentes de identidad étnica en la zona de estudio.

Más tarde conocimos narrativas “distintas” a las comúnmente difundidas en la comunidad de estudio y éstas no reconocen a Aktsiní como tal, sino que al mismo cerro lo llaman Cotzol, kgakgpixi. Pero Cotzol se ubica en Zongozotla y “nuestro” Aktsiní se localiza cerca de Atlequizayán; esta posición “contraria” nos llevó a tratar de “entender” su contexto.

El Cozol, de acuerdo con Trejo (2000), es el cerro Cozoltepetl (“Cerro del viento”), identificado como el más alto entre todos los cerros de la Sierra. Trejo señala que es ampliamente conocido entre las comunidades desde Tetela de Ocampo Puebla hasta Papantla, Veracruz. Cozol significa cuna y tiene historias míticas bastante heterogéneas. Algunos indígenas creen que desde Papantla venían a adorar al Cotzol, o Cozol, pero muchos decidieron ya no regresar y fue entonces cuando fundaron Zongozotla.

El mito, no puede separarse del ritual. En Zongozotla, representa una esfera sagrada de cercanía y fuentes de intercambios simbólicos entre lo profano y lo sagrado. Las personas no muestran temor hacia el cerro y realizan varias peregrinaciones; llegan a la cima para ofrendar y orar a cambio de que éste proporcione equilibrio agrícola. Especialmente arriban el 3 de mayo para ofrendar a las cruces a lo más alto del Cozol. Las diversas narrativas descritas por Trejo (2000) indican que:

Al parecer es el agua el elemento que da congruencia y sentido a todas estas asociaciones que a primera vista parecieran arbitrarias. El viento, las nubes, el trueno, el cerro, el camarón, la partera, la cuna, el árbol y el temazcal son símbolos que refieren, a veces por sustitución, a veces por contigüidad, al elemento primordial: el agua. (p. 85)

En Zongozotla, el Cotzol o Cozol es un sitio donde no existen fronteras simbólicas para la ritualidad. Pero ¿por qué algunos indígenas denominan a un cerro como el otro, si geográficamente están separados por varios kilómetros de distancia? Esto no resulta complicado responder porque los mitos pueden existir entre pueblos muy separados en lengua y lugar (GARCÍA DE LEÓN, 1969), con mayor razón preexisten en pueblos cercanos donde se comparte la misma lengua y en ambos territorios totonacos (Atlequizayán y Zongozotla) la ritualidad del agua se comparte como sagrada.

Algunos entrevistados expresaron que Akgpíxi (Cozol) es el cerro grande y completo, mientras que, Xkajaksípi es solo una porción, es un pedazo del Akgpíxi; y en este relato



específico Xkajaksípi es un brazo de Akgpíxi, incluso hay quienes en la distancia observan a ambos cerros y los unen diciendo: “fíjate bien, junta a los dos cerros y vas a ver su forma completa”. Esta creencia sugiere que la cosmovisión totonaca posiblemente concibe la unidad, no la separación o los elementos desprendidos, en este caso, aunque físicamente Cozol y Aktsiní (xkajaksípi) están actualmente separados, para algunos indígenas sigue siendo un solo personaje.

c) Aktsiní-Xkajaksípi. Visión destructora y de temor

Los autóctonos de Atlequizayán mediante una serie de prohibiciones y reglas de conducta sustentan la interacción con los seres espirituales encargados de custodiar e incluso castigar si no se cumplen ciertos mandatos. Lo sacro puede ayudar dándoles esperanzas, pero también infunde miedo y temor.

Los abuelos cuentan que Aktsiní traía cargando su casa y llevaba un destino. Se dirigía al mar: existen dos relatos de la narrativa original. El primero, sostiene que los cerros, conociendo sus intenciones de fundar un reino para gobernar el mundo no le permitieron continuar; por ser el dueño del agua si lograba su objetivo, conseguiría con sus dominios destructivos gobernar con maldad la tierra. En la segunda versión, los nativos aseguran que sí logró llegar, pero no gobernó porque antes fue lanzado al mar y encadenado, quedando su casa en el camino en forma de cerro (xkajaksípi).

Nos platicaban nuestros padres que ese cerrito se lo estaba llevando el Aktsiní, dicen que lo estaba dirigiendo hasta en el mar, pero no le dieron permiso para que se lo llevara, por eso se quedó aquí atrapado, los otros cerros que están allí lo atajaron entre cuclillas, y ya no pudo pasar. Lo traían cargando con un mecapal. El Aktsiní es un humano, pero es el dueño del agua (...), nos contaban que él quería festejar su cumpleaños, y preguntaba ¿cuándo será mi fiesta? pensaba en realizar una gran celebración, pero le decían que aún no llegaba el día, que faltaba mucho. No pasaba bastante tiempo y volvía a preguntar: ‘¿cuándo será mi fiesta?’, entonces le decían que ya había pasado su fiesta, y así, nunca supo, nunca se lo dijeron. Nunca sabrá cuando será su día porque cuando él se entere hará crecer el agua y nos matará a todos. (hombre, 60 años)

Al principio de la creación, cuando aún no existía la luz, Aktsiní llevaba ese cerro (Xkajaksípi), pero San Miguel, conociendo el afán de Aktsiní de querer gobernar la tierra, lo lanzó con su espada al mar y lo amarró con cadenas como castigo, quedó atrapado en las profundidades para evitar que su maldad destruyera el mundo entero. (mujer, 23 años)



Con lo anterior, podemos hallar en el mito de origen una doble explicación, primero, Aktsiní representa la deidad totonaca de la lluvia y segundo, el dios creador del mundo (OROPEZA, 1999; WILLIAMS; GARCÍA 1982, TREJO, 2000). En la misma deducción, Romero (1999), encuentra que al ser encadenado representa una forma de restablecer el equilibrio de fuerzas. “La deidad más poderosa debe ser “contenida” para evitar un desequilibrio y un “caos” que lleva a todo cuanto existe a las aguas primigenias, indiferenciadas, como se relata en algunas versiones del fin del mundo. (p. 64)

Los mitos describen las diversas, y a veces dramáticas, irrupciones de lo sagrado o sobrenatural en el mundo. (ELIADE, 1991, p. 7). Desde esta inferencia, las personas reconocen la omnipotencia de Aktsiní, por lo que le guardan especial respeto, el mal tiempo está relacionado con su furia porque es el señor de la lluvia, del viento y del trueno.

¡Escucha! ¡escucha! Aktsiní está tocando su tambor, está bailando allá encima del agua, al rato va a llover’ dice mi mamá. Se escucha a lo lejos, ese sonido proviene del mar y, al poco tiempo llueve. En las madrugadas, a eso de las cuatro y cinco es cuando más suena o luego hace mucho aire, este es “caliente”, en totonaco le decimos patusún que quiere decir que durante el día hará mucho calor, pero en la tarde va a lloviznar muy fuerte.

(...) Aktsiní es el que está emitiendo el sonido en las madrugadas, es como una manera de hacer berrinche, está enojado porque no le dijeron cuándo era su fiesta. Cada año, el 24 de junio siempre llueve porque ese es su día, las personas saben que es la fiesta del Aktsiní, pero nunca se lo dicen, y lo relacionan con la fiesta patronal de San Juan Bautista, otros dicen que Aktsiní (San Juan del mar) y San Juan Bautista es uno solo, pero también dicen que existe una rivalidad entre estos dos personajes. (mujer, 23 años). (Notas del diario de campo 2020)

En este peñón se encuentra el espíritu de Aktsiní. Al ser poderoso impone un alto respeto en el pueblo de Atlequizayán. Los sujetos señalan que existe oro dentro del cerro, pero no se puede tomar porque no les pertenece; el propietario es Aktsiní. Los indígenas advierten que no pueden ni siquiera tocarlo; cualquier acción de acercamiento simboliza una amenaza no solo para la persona que incursiona sino para toda la comunidad.

El agua está cuidada, la cuidan, aunque algunos no creen...El Aktsiní está en el fondo del mar encadenado, es como una persona. Cuando va a llover empieza a gritar, hace ruido, porque tiene hambre, quiere que vayan en el agua, para comérselos. Se come las almas.



Hace como 40 años, desde que yo era niño y fui creciendo escuchaba con claridad el sonido que hace el Aktsiní desde el mar, principalmente en el mes de julio es cuando llovía más, aunque se viera el tiempo soleado, pero como a las 5 de la mañana se escucha ese trueno desde el mar (hombre, 56 años). (Notas del diario de campo 2020)

Desde el catolicismo, a Aktsiní lo relacionan con el nombre de 'San Juan del Mar', ya que la Iglesia prohibió a los indígenas totonacos la adoración de deidades, especialmente aquellas relacionadas a fuerzas oscuras, demoniacas como Aktsiní y su dominio del agua. La visión mesoamericana muestra una lectura distinta.

d) Aktsiní como visión de renovación espiritual

Manuel Espinosa Sainos destaca que el cerro simboliza la *Casa de Aktsiní*. La tradición oral explicativa de los antepasados totonacos se encuentra ligada a un origen prehispánico. La siguiente referencia resumida denota el lado opuesto de la visión que concibe a Aktsiní con poderes destructivos, con intenciones de cobrar venganza y sembrar temor como se muestra a continuación.

Cuentan los abuelos que un día en que los hombres sagrados, (es decir, los jilinín u hombres trueno), se disponían a salir a trabajar para llevar la lluvia donde faltaba, el más pequeño de ellos, Aktsiní, insistió para que lo llevaran. "Yo también quiero ir, yo también quiero ir" decía.

El más mayor de ellos dijo: "tú no puedes ir porque aún estás muy pequeño, aún no sabes trabajar y la espada es muy peligrosa para ti".

Pero Aktsiní insistió tanto que empezó a llorar y a hacer berrinches como cuando un niño quiere a fuerzas seguir a su papá cuando va a la milpa a trabajar, y no les quedó otro remedio que acceder.

De esta manera, a Aktsiní le fue otorgada una espada para ir a trabajar junto con los jilinín (truenos) mayores. Pero como él era pequeño y juguetón no tomó en serio el trabajo y empezó a mover la espada sin ningún control.

A él le pareció muy divertido que con solo mover la espada de un lado a otro cayeran fuertes truenos a la tierra y provocara fuertes lluvias, y tampoco le importó que con sus travesuras hiciera que los ríos se desbordaran y los cultivos terminaran destrozados por los fuertes vientos. Además, tumbó cuanto árbol encontró a su paso y destruyó caminos.

Esto provocó la molestia del mayor de los jilinín y le pidió a Aktsiní que reparara todo lo que había destruido. Así que al ver el enojo de los hombres sagrados Aktsiní se dispuso a reparar el daño y con su saliva pegó los pedazos de caña de la milpa que había destrozado. Esto era lo más importante.



Pero los pobladores que viven cerca del municipio de Ixtepec dicen que Aktsiní vive en el río Zempoala y, de hecho, los abuelos cuando iban de visita a San Miguel Atlequizayán solían decir señalando con su dedo índice el cerro ubicado más al lado que al frente de este último municipio:

‘Wa xa imá tata xchiki Aktsiní’, que quiere decir: ‘hijo mío, esa es la casa de Aktsiní’.

Justamente al pie de ese cerro está el río Zempoala. Algunos cuentan que adentro de ese cerro hay agua. Es la casa de Aktsiní.

Los abuelos cuentan que ahí nuestros ancestros totonacos iban cada siete años a bañarse para renovarse, para volver a nacer, para deshacerse de todo lo malo y para pedir por la buena vida. Iban a orar y a bañarse en las aguas del imponente cerro conocido como la casa de Aktsiní.

En el sentir mítico y religioso primitivo la naturaleza se convierte en la gran sociedad de la vida. El hombre no ocupa un lugar protagónico, al contrario, tiene el mismo nivel de importancia que los animales, las plantas, el bosque, el agua, los ríos, los manantiales y los arroyos. En el anterior mito, la cosmovisión de los antiguos totonacos tiene un acercamiento con la naturaleza.

Encontramos una dualidad discursiva para interpretar el mito; 1) El mito muestra características amenazantes, destructoras, generadoras de conductas y de miedo. En paralelo subyace un notorio contraste 2) el mito exhibe elementos positivos: alude a un lugar sagrado. Creían que la purificación podía alcanzarse bañándose en el río. La enseñanza de los sabios hacia los más jóvenes apunta que cada siete años los ancestros y antepasados evocaban un ritual de renovación espiritual.

La observación de Romero (1999) subraya que bajo la influencia de la Iglesia católica Aktsiní ha sido satanizado mientras que ha convertido a San Miguel en una cuasi-deidad benéfica, y sus ayudantes, los muertos por rayo, se convierten en ángeles y el lugar en el que habitan es el cielo. En cambio, Aktsiní se convierte en Satanás; el lugar donde habita es el infierno en donde los ahogados y muertos de susto de agua serán sus seguidores.

Notamos que, las creencias indígenas actuales de México no son versiones contemporáneas de la religión mesoamericana, pero en gran parte derivan de ella (LÓPEZ AUSTIN, 2006). Esto sugiere que cada periodo moldea la estructura del mito, sin quitar su esencia. Afecta su conformación sin borrar sus rasgos cosmogónicos más destacados. El relato del origen “destructor” que genera el diluvio y el fin del mundo, son los rasgos de temor que rodean el mito-Aktsiní, cuya historia oral queda ligada a la conservación natural de los cerros y del paisaje natural característico como se ha documentado en otros contextos indígenas.



El Maestro Jaime Santiago Mariscal, quien estudia la biodiversidad en los lugares sagrados de Oaxaca, Sierra Tarahumara y en los mayos, deduce que los más conservados son ‘principalmente los que tienen asociada una prohibición con miedo, porque les va a pasar algo’ (MADRIGAL, et. al. 2016, p. 7), pero además dichos recintos sagrados conforman la memoria histórica de los ancestros por largos años permaneciendo en el territorio y en la madre naturaleza (DE LA CRUZ e MÉNDEZ, 2022).

Por ello, los guardianes están encargados de equilibrar la relación hombre-naturaleza. Kiwikgolo’ señor del monte; kiwichat, la mujer del monte y, Masipiní, señor de los cerros. Así, consideramos que la relación que los totonacos guardan con la tierra conserva características mesoamericanas cuando la tierra no solo tiene un valor utilitario. No solo aparece como fuente que suministra alimentos, también merece ser cuidada por quienes la habitan.

Entre los totonacos, el agua, como símbolo sagrado para la vida representa fuerzas poderosas que pueden beneficiar o perjudicar la vida del hombre, es fuente de vida, pero también de muerte, es origen y destino (Romero, 1999). Representa un ser que siente y percibe, a decir de ellos “es un cristiano” capaz de percatarse de los estados de ánimo de los humanos cuando se acercan. Los sabedores tienen claro que no pueden desafiar a los guardianes ni con la menor intención. Aconsejan entre los suyos no acercarse a pozos, arroyos, manantiales o ríos cuando se encuentran enojados o tristes. Recomiendan a los más jóvenes no “juguetear”, con el agua burlarse, menospreciarla o contaminarla. Si no se respeta el kuxta del agua se fastidia y la persona puede enfermar (na’makgatatetlayan). El guardián se encargará de atrapar su espíritu para enfermarlo.

Los totonacos conocen el origen de algunas enfermedades relacionadas con el espanto del agua, a veces les son reveladas en los sueños o son explicadas por los sabios. Aktsiní puede robar tanto el alma de los pequeños como de los adultos. Cuando alguien tiene espanto de agua deja de comer y su cuerpo se consume hasta que muere; para evitarlo, saben que debe atenderse de inmediato no con un médico convencional sino con un curandero, o una persona que sepa hablarle al agua, de no ser así pronto el kuxta puede llevarse el espíritu y la persona muere.

CONCLUSIONES

Los expertos señalan que el estudio de los mitos mesoamericanos tiene una larga tradición; pero no una vasta producción escrita. En el contexto actual los totonacos continúan manteniendo un distinguido vínculo con la naturaleza, relación gestada desde tiempos



mesoamericanos. Los cerros, el agua, las milpas, las plantas, las cuevas y el monte cuentan con seres míticos encargados de proteger y mantener el equilibrio entre los autóctonos y su entorno; los guardianes/señores o dueños protegen/vigilan y a la vez sancionan (na'makgatetlayan) a quien no obedece manteniendo una constante asociación entre lo sacro/profano.

En este recorrido, encontramos una diversidad explicativa que examinamos dentro de un contexto histórico-cultural sobre el mito de Aktsiní asociado con la maldición o la bendición del agua. Algunas creencias apuntan a un lugar sagrado e inaccesible con fronteras simbólicas delimitadas. El mito aparece ligado a un espíritu maligno mientras que otra interpretación atribuye un lugar sagrado benéfico para el espíritu.

Las comunidades cercanas a Atlequizayán, mantienen una relación cercana al Cozol y acuden a la cima del cerro para realizar diferentes ritualidades. Mientras que en Atlequizayán los límites fronterizos al estar claramente marcados prohíben arribar al Aktsiní, a lo lejos, la comunidad celebra misas en la iglesia católica o desde la privacidad del hogar piden a lo sagrado/divino que las lluvias no afecten las milpas. Malinowski (1948) encuentra el interés selectivo del hombre por la naturaleza y el alimento es el primer nexo entre el primitivo y la providencia. En la búsqueda por satisfacer sus necesidades básicas de sustento, recurre al rito y se condiciona en lo social, por ello el ritual aparece ligado al mito en una relación práctica entre los indígenas y su entorno.

Otra ritualidad desaparecida, la sumersión de los totonacos en el río representa una forma para recibir la purificación espiritual de renovación. De cualquier forma, directa o indirectamente, "cercanos" o "lejanos" al cerro/lugar sagrado, los indígenas por medio de distintas ritualidades resuelven la temporalidad cíclica que atenta con las buenas cosechas de maíz logrando seguridad y el equilibrio comunitario.

Consideramos que la tradición oral como un recurso para revitalizar el conocimiento y saberes recuperables de los sabedores que aún quieren contarnos sus historias denota una dualidad donde convergen la lógica/ilógica del mito a través de la cosmovisión e identidad comunitaria. Las narrativas orales que ayudan a entender la cosmovisión indígena actual recobran su pervivencia dentro los albores del siglo XXI, donde predomina un sistema económico neoliberal que movilidad de manera acelerada a la población; genera procesos migratorios complejos, colapso ambiental, disputas territoriales, diversidad de creencias entre otros, a la par del "auge" de la era digital, la conexión virtual con el mundo entero y demás avances propios de la *aldea global*.



En paralelo, hallamos diversas comunidades indígenas que, contrariamente, continúan conectadas con mundos sagrados, inaccesibles para la cultura occidental y ligadas al respeto/temor/conservación de la naturaleza. Por tanto, para indagar la cultura, sus cambios y permanencias continuamos recurriendo a la oralidad como un recurso esencial para analizar la importancia de los mitos pues su riqueza no está proporcionalmente relacionada con la producción de materiales que den cuenta de su existencia.

REFERÊNCIAS

BRODA, J. Cosmovisión y observación de la naturaleza: el ejemplo del culto de los cerros en Mesoamérica. En J. BRODA, S. IWANISZEWSKI Y L. MAUPOMÉ (Eds.). **Arqueoastronomía y Etnoastronomía en Mesoamérica**: p.p. 461-500, México. Instituto de Investigaciones Históricas, Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), 1991.

CASSIRER, E. **Antropología filosófica. Introducción a una filosofía de la cultura**. 5 ed., FCE, 1967.

CLOUD, S. Introducción. En ELIADE, M. (1981). **Lo sagrado y lo profano**. 4 ed., Guadarrama/Punto Omega, 1956.

DE LA CRUZ, H. A., MÉNDEZ, M. C. **Territorios, lugares sagrados y topónimos**: bases del buen vivir en las rancherías Ejido Pedernal y Buena Vista, Municipio de San Cristóbal de las Casas Chiapas. Tesis profesional de licenciatura en Desarrollo Sustentable. Universidad Intercultural del Estado de Chiapas (UNICH), 2022.

DURHEIM, E. **Las formas elementales de la vida religiosa**. Colofón, 1999.

ECHEVERRÍA, G. J. Entre el mito y las entidades sobrenaturales en los nahuas de Xolotla, Sierra Norte de Puebla. **Trace**, 1978 p. 123-153.

ESPINOSA-SAINOS, M. https://www.facebook.com/permalink.php?id=155171201289787&story_fbid=1738512082955683

ELIADE, M. **Mito y Realidad**. Labor, 1991.

ELIADE, M. (1981). **Lo sagrado y lo profano**. 4 ed., Guadarrama/Punto Omega, 1981.

ENRÍQUEZ, H. M. **La jerarquía de los dioses totonacos**. INAH, 2018.

GÓMEZ, M. Fines y valores indígenas en el mundo científico y tecnológico. En MÁYNEZ, P.; REINOSO, M. (Edi.). El mundo desde la perspectiva actual. **Destiempos.com**. año 3, n° 18, 2009.



HERNÁNDEZ, E. LEMUS, G. (Coord.) **El territorio de San Juan Ozelonacaxtla. Uso y cuidado desde la cosmovisión totonaca.** Universidad Intercultural del Estado de Puebla. UIEP-México, 2017.

LÓPEZ AUSTIN. A. **Los mitos del tlacuache. Caminos de la mitología mesoamericana.** Ed. Patria, 2006.

MADRIGAL, B. E.; ESCALONA, M. Y; VIVAR, R. Del meta-paisaje en el paisaje sagrado y la conservación de los lugares naturales sagrados. **Sociedad y Ambiente**, 1(9), 2016, pp. 1-25.

MALINOWSKI, B. **Magia, ciencia y religión.** Planeta Agostini, 1948.

OROPEZA, M. **Juan Akzín y el diluvio,** INI, México, 1999.

ROMERO, I. L. **El simbolismo del agua entre los totonacos.** En "La Palabra y el Hombre", julio-septiembre 1999, No. 111, 1999, p. 57-78.

TREJO, B. L. **Análisis del mito de origen de Zongozotla, una comunidad totonaca de la Sierra Norte de Puebla.** Tesis de licenciatura. Escuela Nacional de Antropología e Historia (INAH), México, 2000.

TURNER, V. **La selva de los símbolos.** 5 ed., Siglo XXI editores, 2007.



Os determinantes do voto nas eleições presidenciais de 2014 e 2018: uma análise do processo de migração territorial dos votos da esquerda para a direita no Brasil²

Isabele Tenório Santos da Silva⁽¹⁾

Samuel Nunes da Silva⁽²⁾

Dayvisson Soares da Silva⁽³⁾

Cirlene Jeane Santos e Santos⁽⁴⁾

⁽¹⁾ ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0315-0878>; Graduanda em Geografia pela Universidade Federal de Alagoas, Brazil. E-mail: isabele.silva@igdema.ufal.br

⁽²⁾ ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4088-7745>; Graduando em Geografia pela Universidade Federal de Alagoas, Brazil. E-mail: Samuel.silva@igdema.ufal.br

⁽³⁾ ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1507-2686>; Graduado em Ciência Econômicas, pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL, mestrando do Programa de Mestrado de Economia Aplicada da Faculdade de Economia, Administração e contabilidade – FEAC, Brazil. E-mail: dayvissonsoares3@gmail.com

⁽⁴⁾ ORCID: 0000-0001-5713-0621: Professora da Universidade Federal de Alagoas, Coordenadora do Núcleo de Estudos Agrários e Dinâmicas Territoriais (NUAGRARIO/CNPQ/UFAL), Brazil. E-mail: cirlene@igdema.ufal.br

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a política brasileira se apresenta como uma das mais turbulentas da história da América Latina, a própria Proclamação da República se constituiu a partir de um golpe das elites aliadas com as forças armadas contra o sistema imperial. Passando, assim, pelas mãos de Marechal Deodoro, Getúlio Vargas, Castelo Branco, Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, entre outros; e mais recentemente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), Dilma Rousseff (Dilma) e Jair Messias Bolsonaro (Bolsonaro).

De quatro em quatro anos, no Brasil, dezenas de milhões de brasileiros participam das eleições para a escolha do presidente da república; em 2014 e 2018, foram cerca de 142



milhões e 147 milhões, respectivamente, de acordo com o Superior Tribunal Eleitoral (TSE), tornando o Brasil uma das maiores democracias do mundo. Isso dado, a Geografia torna-se importante para o entendimento deste fenômeno periódico, que mobiliza toda a sociedade, em todo território nacional.

Todavia, embora nos últimos anos tenha havido um crescimento nos estudos sobre política, principalmente aquelas relacionadas às eleições, a maioria deles são nas áreas da ciência política e sociologia, de modo que, na Geografia, são esquecidos ou trabalhados com métodos meramente quantitativos, descrevendo as eleições a partir das estatísticas, de tal forma que não contribuem para o avanço dos conceitos na Geografia Eleitoral, causando, assim, um não amadurecimento desta corrente. Partimos então do pressuposto de que o voto é por natureza um dado espacial, assim como defende Pereira (2014), na medida em que “incidindo no lugar pode ser espacializado, tornando-se uma possibilidade cartográfica” (PEREIRA, p. 19, 2014).

No Brasil, a história recente da política na escala nacional é marcada pelas vitórias dos candidatos petistas Lula e Dilma, entre as eleições de 2002 e 2014, as vitórias deste partido constituíram a era petista. Entretanto, após o impeachment da então presidente Dilma Rousseff, em 2016, houve uma ruptura dos governos do Partidos dos Trabalhadores (PT), após 13 anos no poder executivo nacional; surgindo no cenário nacional uma onda de negação ao Partidos dos Trabalhadores (PT), que abre espaço para o surgimento da candidatura de Jair Bolsonaro (PSL), que representava valores opostos aos defendidos pelo PT que ganharam as quatro eleições anteriores, essa força de negação, denominada de antipetismo, enxergou como caminho viável o candidato do PSL, que vence a eleição seguinte em 2018.

Com base nisso, esse capítulo trabalha um tema que surgiu no contexto recente da democracia brasileira, tendo como objeto a migração dos votos e a mudança do comportamento do eleitorado no Brasil, ocorridas nas eleições presidenciais de 2014 e 2018. Logo, os objetivos aqui traçados são: compreender como se deu a espacialização dos votos nas eleições de 2014 e 2018 para presidente da república, entender o porquê determinadas regiões permanecem leais a determinados grupos e políticos e, por fim, mas não menos importante, identificar alguns dos determinantes dos votos do eleitorado brasileiro.

Por conseguinte, utilizaremos o conceito de território, assim como pontuou Pereira (2014), no qual território é compreendido a partir de Souza (2009), o qual é percebido em diferentes escalas, podendo ser estudado na Geografia Eleitoral desde bairros até estados



ou todo território nacional; sendo assim, as eleições são entendidas como uma arena para as disputas pelo/para o poder, ou seja, para a manutenção do poder político por grupos ou indivíduos para com o território eleitoral.

Esperamos, assim, que este trabalho contribua com o amadurecimento da Geografia Eleitoral Brasileira, principalmente para mostrar que as eleições são marcadas por mobilizações e dinâmicas políticas que não findam nos períodos de campanhas eleitorais, mas, principalmente, em países subdesenvolvidos e marcados por instabilidades políticas como o Brasil, as disputas eleitorais permanecem vivas nas diferentes escalas do território brasileiro por todos os momentos, na medida em que as eleições são, por natureza, conflitos de classes.

PERCURSO METODOLÓGICO

A fim de dar conta dos objetivos do capítulo, foram utilizados métodos quanti-qualitativos, na medida em que se precisava aprofundar na sistematização e nas análises dos dados. Portanto, nosso itinerário metodológico vai desde o levantamento dos dados até a análise dos materiais gerados a partir deles.

Em primeiro lugar, foi necessário o levantamento dos dados; os dados utilizados nesta pesquisa são do Superior Tribunal Eleitoral (TSE) e são de acesso público. Os dados levantados passaram por um processo de organização, visto que os principais objetivos eram espacializá-los no *software* de mapeamento QGIS.

Os dados coletados na escala das unidades federativas foram organizados em planilhas eletrônicas contendo: os votos nominais por cada candidato nos referidos turnos, sequenciados pelos votos brancos e nulos, comparecimentos e abstenções. Posteriormente, foi feito um tratamento estatístico com os dados, gerando porcentagens relativas de cada unidade da federação nos referidos turnos por candidatos, abstenções, comparecimentos, votos brancos, nulo, entre outros.

Seguidamente, com os dados levantados, organizados e tabelas formatadas seguindo os padrões exigidos pelo programa, inicia-se o processo de espacialização. Para espacializar os dados no QGIS, foram utilizadas as bases cartográficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021), tanto na escala nacional, quanto a regional e estadual. Assim, foram gerados mapas com a finalidade de servirem de ferramenta para a análise posterior.

Também foram utilizados dados de pesquisas eleitorais desenvolvidas pela DataFolha nas eleições de 2014 e 2018, com a finalidade de conhecer melhor o eleitorado dos candidatos



à presidência. Esses dados foram organizados para criar os perfis dos eleitores, visto que o voto na urna é secreto.

Por fim, foram feitas as análises dos produtos elaborados no presente trabalho (mapas, gráficos e tabelas) utilizando bibliografias de áreas interdisciplinares, como a Geografia e Ciências Sociais; desde teses e dissertações, até livros, artigos e notícias jornalísticas. A análise partiu das reflexões sobre a categoria espaço, até teorias sobre o comportamento eleitoral, defendida na literatura científica.

CONTEXTO DA PESQUISA

A democracia brasileira se destaca como uma das maiores do mundo, com isso os processos eleitorais se tornam complexos, visto a grande extensão do território nacional, as eleições para presidente acontecem periodicamente de 4 em 4 anos, desde 1989, desde o fim da ditadura militar que durou de 1964 a 1985, a constituição de 1988 estabelece o voto direto para critério de elegibilidade para candidatos dos cargos executivos, sendo assim o voto é essencial nesta análise. Entretanto, devido à grande extensão do território nacional, há múltiplos fatores que devem ser levados em conta, na medida em que as formações econômicas e sociais das regiões aconteceram de maneiras desiguais e distintas; portanto, as características sociais de cada região resultam em diferentes desempenhos dos candidatos.

De acordo com o último Censo, realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a distribuição da população brasileira se dá de maneira desigual no território nacional, as duas maiores regiões brasileiras são: sudeste e nordeste, sendo 42% e 28% respectivamente, somente essas duas regiões concentram a população de cerca de 70% de 190 milhões em 2010. Em virtude disso, a população eleitoral segue essa distribuição desigual do eleitorado, no qual chega em torno de mais de 140 milhões nas eleições de 2014 e 2018, sendo o voto obrigatório para brasileiros alfabetizados a partir de 18 e menores de 70 anos (TSE), os estados com maiores eleitores são: São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro; ou seja, em relação às disputas por votos, esses estados são os mais visados nas eleições presidenciais, visto os grandes números de leitores.

Devido ao que foi exposto, quando pensamos em analisar os dados de uma eleição, pode-se considerar o estado-nação enquanto uma totalidade, não uma totalidade homogênea, mas sim uma totalidade composta por subsistemas (regiões) heterogêneos, que compõem o todo em processo contínuo de transformação, assim como diz Milton Santos: “a cada momento a totalidade existe como uma realidade concreta e está ao mesmo



tempo em processo de transformação. A evolução jamais termina. O fato acabado é pura ilusão” (SANTOS, p.30, 2005).

Totalidade essa que deve ser estudada evidenciando a formação econômica e social em suas distintas esferas, desde a demográfica até a política. Onde “esta categoria diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso (SANTOS, p. 10, 2005)

Portanto, quando nos propomos a analisar uma eleição, deve-se evitar as armadilhas de breves descrições, na medida em que uma análise é mais profunda do que uma mera narrativa dos fatos e processos, não sendo esses desprezados em uma análise analítica.

Análise exploratória em busca dos determinantes do voto

O processo eleitoral faz parte de uma democracia, sendo um dispositivo que permite a rotatividade de poder. A população comparece às urnas para dar o seu voto em um candidato, ou partido, que apresentar as melhores propostas para os próximos anos, no caso brasileiro, os próximos quatro anos. O voto individual serve como um instrumento para que o cidadão possa aprovar ou reprovam políticos ou partidos (FERNANDES; FERNANDES, 2017). O eleitor pode fazer uma avaliação pessoal do andamento dos governantes, bem como a conjuntura socioeconômica vigente, e no período eleitoral, escolher aquela gestão pública, decidindo dar o seu voto ao partido atual ou à oposição. Vale ressaltar que a decisão da escolha do candidato se faz com cálculo de custo e benefício, ou seja, o quanto os eleitores vão receber por escolher um candidato a outro. Em meio a esse cenário, muitos estudiosos buscam entender o que leva um indivíduo a escolher um candidato em detrimento do outro, o que determina suas predileções políticas.

O processo de votar é baseado na escolha do melhor representante dentre o conjunto de candidatos que estão disputando a preferência da maioria dos votos de um território. Para fazer essa escolha, muitas vezes, o eleitor faz um cálculo interno e toma sua decisão de forma racional, ou seja, escolhe levando em conta os custos e benefícios dando sua preferência historicamente determinada (FIANI, 2009). Os benefícios conquistados com a eleição de um político podem ser de forma individual ou contemplando um grupo social, a qual o eleitor faz parte. Constituindo, assim, as eleições como uma forma de enfrentamento entre determinadas classes sociais.

De fato, as eleições podem ser traduzidas em lutas de diferentes grupos sociais, principalmente em uma sociedade capitalista, esses conflitos se caracterizam por conflitos



de classes. Lipset (1967) já discutia o comportamento dos eleitores com base no gênero, idade, renda, religião, região, entre outros fatores que interferem na escolha do voto nas eleições; partindo disso, o objetivo dessa seção é explorar os determinantes na migração dos votos da esquerda para direita nas eleições de 2014 e 2018 para o cargo de presidente da república do Brasil. Sendo assim, usaremos dados de pesquisas de opinião do Datafolha nesse primeiro momento para entender como se deu a migração das intenções dos votos nas últimas eleições.

Lembremos, assim, que, na eleição de 2014, três candidatos se mostravam competitivos no primeiro turno, sendo Dilma Rousseff (PT), Aécio Neves (PSDB) e Marina Silva (REDE). O segundo turno foi disputado por Dilma Rousseff (PT), ao qual defendia o legado político dos governos petistas, a mesma no ano anterior havia perdido popularidade na onda de protestos que marcaram 2013, com isso sua candidatura punha em xeque o poder político do seu cabo eleitoral Lula e da militância petista. Contrário a ela, Aécio Neves que representava a dura oposição de seu partido aos governos do PT, o PSDB, partido que ganhou consecutivamente com Fernando Henrique Cardoso as duas eleições anteriores à emergência do PT na presidência.

Com base nos dados do Datafolha, podemos construir o perfil dos eleitores de cada candidato na eleição de 2014, os eleitores da Dilma eram mulheres com idade de 35-44 anos com baixa escolaridade, menores rendas e residentes do Norte e Nordeste do país; o eleitor de Aécio Neves não possui idade bem definida, a faixa etária também não, possui maiores escolaridades e são residentes do Sudeste, Sul e Centro-oeste do país.

Já quando falamos dos candidatos da eleição de 2018, houve treze e os candidatos que tiveram melhores desempenhos foram Jair Bolsonaro (PSL), Fernando Haddad (PT) e Ciro Gomes (PDT). O candidato Jair Bolsonaro se lançava como candidato “antissistema”, se tornando famoso por discursos contra a comunidade LGBTQIA+, se colocava como conservador, defensor da família e trazia com ele o economista Paulo Guedes que representava a ala liberal de seu possível governo; já o candidato Fernando Haddad (PT) substituía o ex-presidente Lula que foi retirado da eleição por ser condenado em segunda instância por suposto crime relacionado à operação Lava Jato. O candidato representava os legados dos governos petistas e trazia como sua principal bandeira o “Lula Livre” que se encontrava preso em Curitiba; como também trazia a defesa pela educação, saúde e moradia, entre outras.



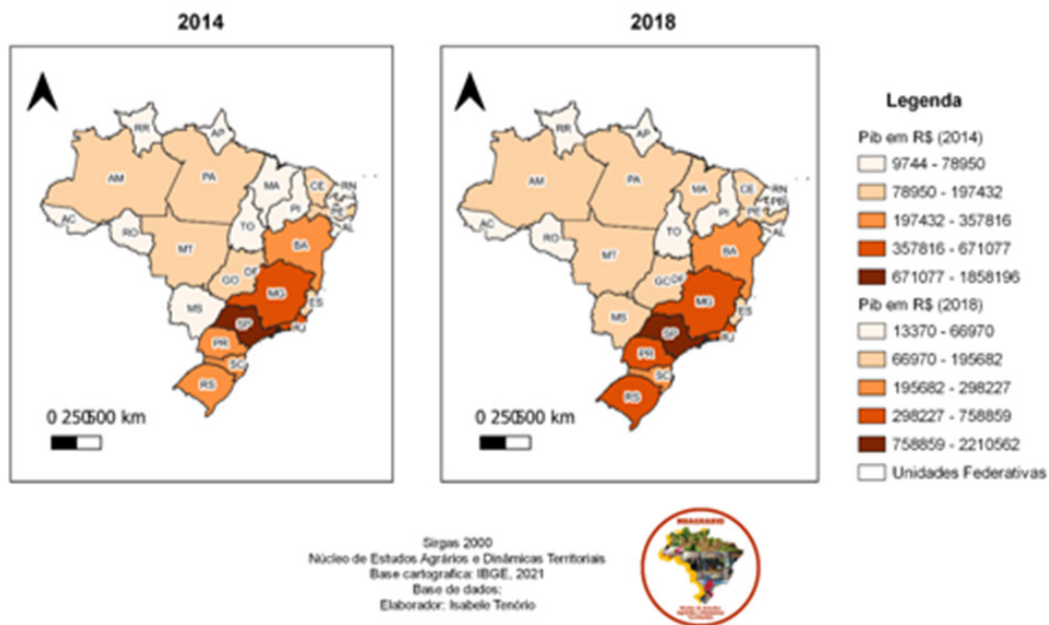
Com base nos resultados da última pesquisa eleitoral antes do segundo turno da DataFolha, o perfil do eleitorado dos candidatos teve uma mudança significativa desde a eleição presidencial de 2014, quando a candidata petista concorria com o candidato do PSDB, sendo os eleitores do candidato Jair Bolsonaro predominantemente masculinos, com maiores rendas, com idade de 24-44 anos, do sul, sudeste, centro-oeste e norte do país. Já os eleitores do Haddad têm o perfil com predominância pouco acentuada feminina, com menores rendas, menores escolaridades, faixa etária indefinida, residentes do nordeste do país.

Dentro dessa perspectiva, podemos considerar também como um determinante dos votos as questões econômicas, visto que o Brasil, enquanto um Estado-Nação com uma grande extensão territorial, tem em sua essência um território heterogêneo, com uma formação socioespacial e desenvolvimento econômico distinto, que reflete direta e indiretamente na escolha eleitoral das cinco regiões brasileiras.

Os ciclos econômicos colaboram para que as regiões tenham condições econômicas diferentes, o que influencia no modo e no custo de vida da população. Como já observado anteriormente, Lipset (1967) discorre que grupos sociais mais ricos têm uma tendência maior a votarem em candidatos de direita, isso está direta e indiretamente relacionado ao desenvolvimento econômico desses grupos.

Quando observamos pela perspectiva regional, percebemos que as regiões que tendem a votar mais em candidatos de direita estão localizadas nas regiões com condições econômicas melhores, como Sul, Sudestes e Centro-Oeste. Na figura 1, podemos observar a distribuição do PIB nas unidades federativas nas eleições de 2014 e 2018, e nota-se que os maiores PIB estão presentes nas regiões sul e sudeste, o que favorece para que a qualidade de vida aumente, assim como a renda da população.



Mapa 1: PIB dos estados em reais durante os anos de 2014 e 2018

Fonte: IBGE (2014, 2018). Elaborado pelos autores

Segundo Downs (2013), os eleitores votam no partido ou candidato que eles acreditam que lhes proporcionará uma maior renda de utilidade do que qualquer outro durante o próximo período eleitoral. Dessa forma, podemos compreender que grupos sociais com rendas mais elevadas e envolvidos com atividades econômicas, como agricultura e indústria, irão votar em candidatos de direita, pois eles asseguraram que seus investimentos cresceram. Em tese, o inverso valerá para a população menos abastada.

Análise exploratória da migração dos votos entre os pleitos de 2014 e 2018

Já quando falamos da migração dos votos, percebemos que houve uma migração quantitativa dos votos da esquerda para a direita da eleição 2014 para a eleição 2018, pudemos observar (tabela 1) que o impacto da variação de votos nominais foram menos acentuados somente no nordeste brasileiro, onde houve uma variação negativa de -2%, ou seja, a esquerda perdeu dois pontos percentuais nessa região, já nas demais regiões os valores relativos se mantiveram homogêneo, de 9% até 10%, estando o centro-oeste com -10% e as demais regiões com -9%.

Tabela 1: Variação dos resultados relativos nas eleições presidenciais 2 turnos (2014-2018)

Região	Variação alienação	Variação esquerda	Variação direita
Centro-oeste	3%	-10%	10%
Nordeste	0%	-2%	2%
Norte	1%	-9%	9%
Sudeste	5%	-9%	9%
Sul	2%	-9%	9%

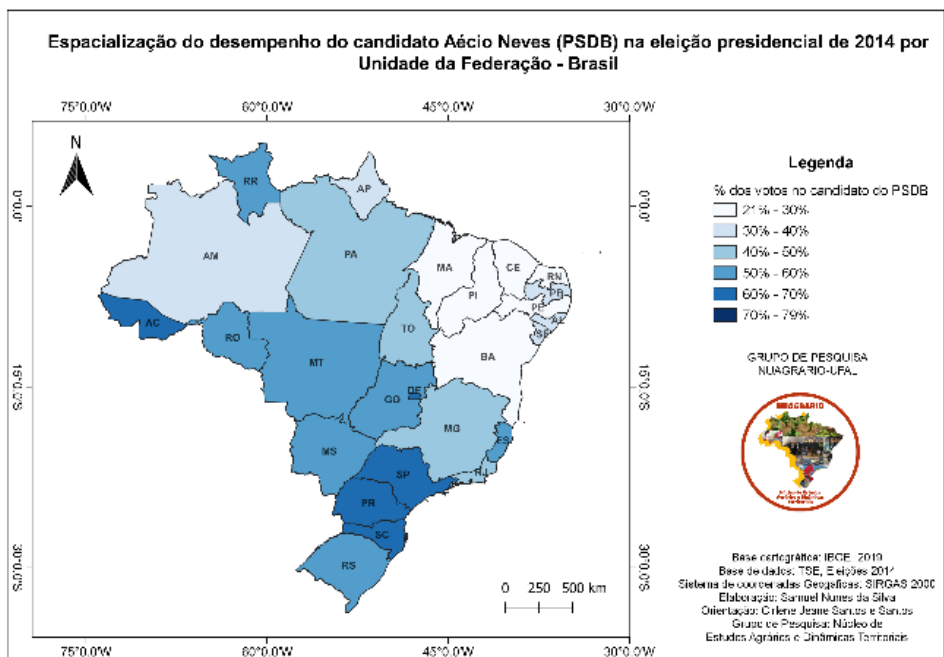
Fonte: TSE, (2014 e 2018)

Quando espacializamos os dados nos programas de geoprocessamento, é possível gerar dados espaciais que revelam os desempenhos dos candidatos nas eleições, como também a migração dos votos reconfigurou o território eleitoral brasileiro.

Os principais dados espaciais gerados nessa pesquisa foram os mapas dos desempenhos dos candidatos nas eleições, e através dele é possível dizer que a tendência que já sinalizava na eleição de 2014 é mais acentuada, ou seja, o sudeste, centro-oeste e sul se consolidaram enquanto uma região mais “direitista”, enquanto o nordeste uma região “esquerdista”, essa expressão territorial está associada ao que Lepset (1967) já observou que “os grupos de baixa renda econômica votam principalmente nos partidos da esquerda, enquanto os grupos de rendas mais elevadas votam principalmente nos partidos da direita” (p. 238, 1967). Logo é possível fazer um paralelo, onde as regiões com as rendas mais elevadas votam em candidatos mais à direita.

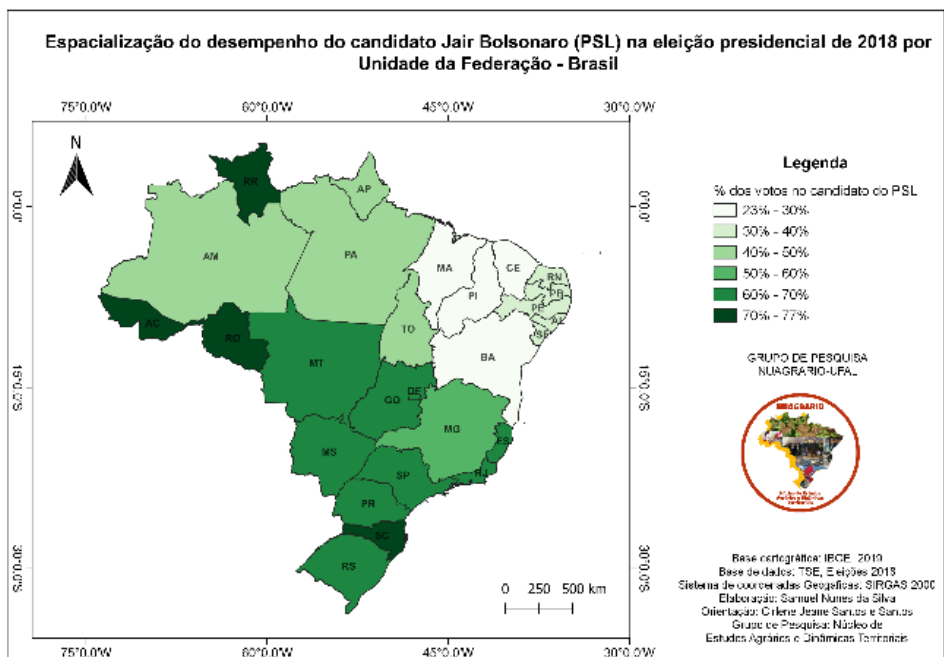


Mapa 2 – desempenho da direita no segundo turno de 2014



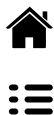
Fonte: TSE (2014 e 2018), gerado pelo autor

Mapa 3 – desempenho da direita no segundo turno de 2018



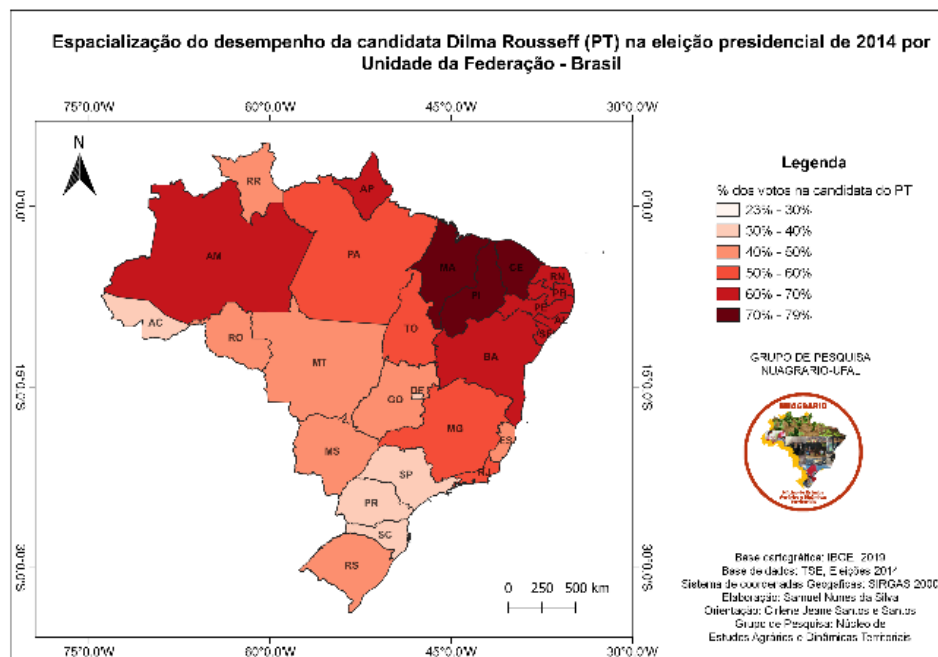
Fonte: TSE (2014 e 2018), gerado pelo autor

Outro ponto revelado pelos cartogramas foram a expressa divisão do território eleitoral, o nordeste brasileiro se destaca como a região fiel aos candidatos do Partido dos

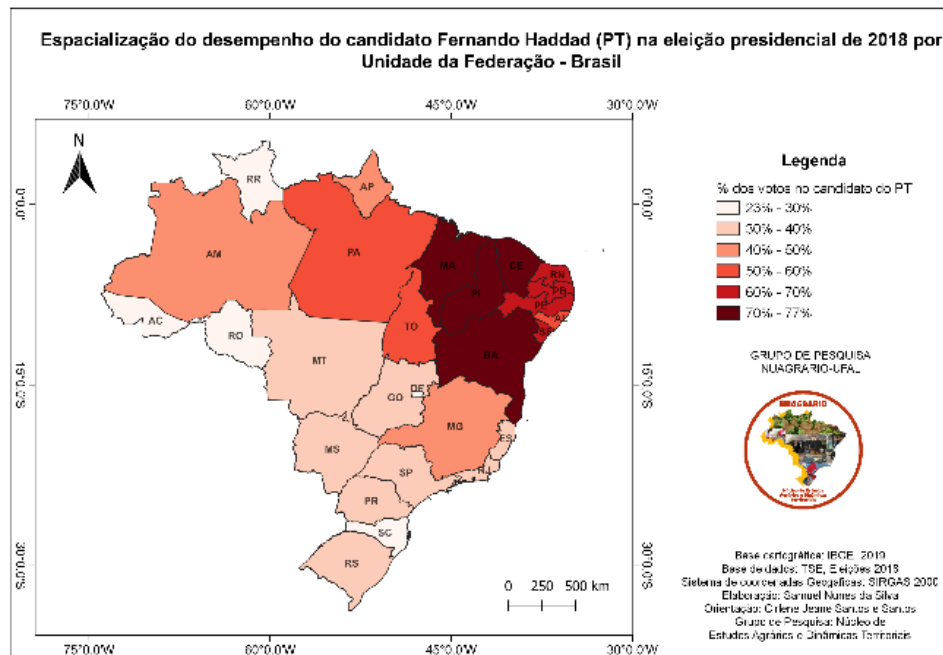


Trabalhadores (PT), essa região viu seus indicadores socioeconômicos evoluírem com os programas de transferências de renda, habitação, escolaridade entre outros, com isso os eleitores nordestinos possuem uma lealdade eleitoral, “em muitos países, certas regiões desenvolveram uma fidelidade histórica a um ou outro partido político, a qual foi mantida muito depois do acontecimento específico que deu origem a essa lealdade ter perdido toda a sua relevância” (LEPSET, p.232, 1967); essa pode ser uma explicação para a hegemonia vermelha na região nordeste brasileira.

Mapa 4 - desempenho da esquerda no segundo turno de 2014



Fonte: TSE (2014 e 2018), gerado pelo autor

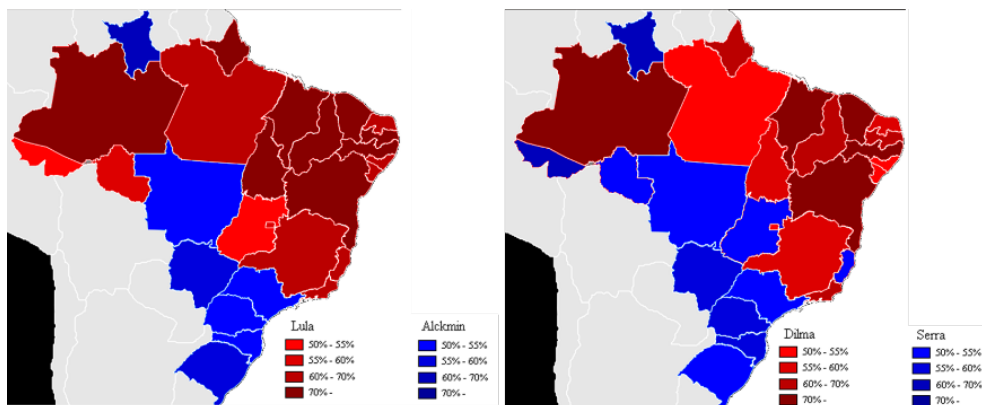
Mapa 5 - desempenho da esquerda no segundo turno de 2018

Fonte: TSE (2014 e 2018), gerado pelo autor

A migração dos votos já é visivelmente notada no primeiro turno das eleições presidenciais de 2014 e 2018, as questões políticas ocorridas durante os últimos anos do segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff colaboraram significativamente para que houvesse essa migração eleitoral, e a direita ascendesse, mudando visivelmente as configurações eleitorais no território brasileiro.

O comportamento eleitoral visto na contemporaneidade já é visto desde as eleições de 2006 e 2010, onde boa parte dos estados que apoiaram o Lula permaneceram apoiando Dilma até as eleições de 2014. Na figura 6, podemos observar a presença territorial dos votos dos candidatos Lula e Dilma entre ambos os pleitos, nota-se com isso que Dilma Rousseff herda os eleitores de Lula nas eleições de 2010, perdendo eleitores nos estados de Goiás, Acre, Rondônia e Espírito Santos. Essa configuração permanece até as eleições de 2014, como é possível observar na figura 3, e também é vista nas eleições de 2018, principalmente na região nordeste.

Mapa 6: Votos dos candidatos Lula e Dilma Rousseff nas eleições de 2006 e 2010

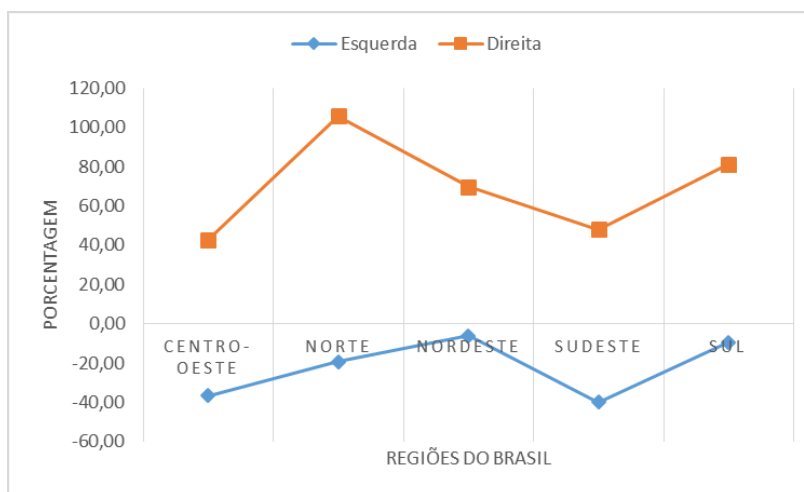


Fonte: Atlas das eleições presidenciais no Brasil. Disponível em: <https://sites.google.com/site/atlasleicoespresidenciais/mapas-eleitorais-de-1945-a-2010>

Essas dinâmicas marcaram a era esquerdista no Brasil, chegando ao fim em meados de 2016, dando espaço para que a direita conservadora ascendesse politicamente, marcando uma nova fase política no país. No Gráfico 1, podemos observar a porcentagem de crescimento dos candidatos de direita entre o pleito de 2014 e 2018, tendo um crescimento considerável, enquanto os candidatos de esquerda perdem espaço em todo o território brasileiro, até mesmo em seu reduto eleitoral.



Gráfico 1: Diferença eleitoral entre os candidatos de direita e esquerda nas eleições presidenciais de 2014 e 2018



Fonte: TSE (2014 e 2018), gerado pelo autor

Os estados que mais votaram na direita foram Rondônia, com mais de 100% de votos a mais no pleito de 2018, comparado com os votos de 2014 para o Aécio Neves, além de ter tido um percentual diferencial de 42% a mais para Jair Bolsonaro em relação a Fernando Haddad; no Rio de Janeiro, observa-se um crescimento de mais de 122% dos votos, e um diferencial positivo para Jair de 45% nas eleições de 2018 comparado com o seu opositor; no Rio Grande do Sul, com um crescimento de cerca de 231% dos votos entre um pleito e outro, e um diferencial favorável para Bolsonaro de 30% dos votos; e no Acre, que teve um crescimento de mais de 113%, e 43% de votos a mais para Jair Bolsonaro comparado com os votos do Haddad.

Em relação aos candidatos de esquerda, houve uma queda considerável entre todos os estados, tendo as maiores porcentagens: Rio de Janeiro (-58%), Santa Catarina (-51%) e Ceará (-51,47%). Apesar de ter perdido território entre uma eleição e outra, o reduto presente desde as eleições de 2006 mostra-se vigente nas eleições de 2018, demonstrando uma permanência eleitoral dos candidatos petistas no território brasileiro.

CONCLUSÃO

Conclui-se, portanto, que os estudos sobre as eleições brasileiras se fazem importantes, na medida em que as dinâmicas políticas se fazem constantes e instáveis. As eleições brasileiras mobilizam mais de 140 milhões de brasileiros periodicamente e os mesmos possuem a oportunidade de escolherem seus representantes, contudo, o território brasileiro, quando compreendido enquanto uma totalidade heterogênea, visto que, por ter se constituído de maneira desigual, acentua um visível antagonismo de suas regiões, logo que as formações econômicas e sociais se deram de maneiras desiguais, por conseguinte os valores eleitorais possuem distintas valorizações no Brasil.

Sendo assim, no território brasileiro, os desempenhos eleitorais se distribuem de maneiras desiguais, onde determinadas regiões possuem certa tendência de votarem em candidatos de determinado espectro ideológico, como é o caso do nordeste brasileiro, que possui uma lealdade eleitoral aos candidatos apoiados pelo candidato Lula (PT), as regiões centro-sul do país também possuem uma tendência de votarem em candidatos de direita, na eleição de 2014 representados pelo candidato do PSDB e na de 2018 pelo PSL.

Outro fator são os perfis do eleitorado que se configuram e se reconfiguram constantemente, entretanto, determinadas tendências se mantêm, como é o caso do determinante da renda, onde geralmente os candidatos com maiores rendas apoiam os



candidatos de direita, isso se dá porque uma eleição é por natureza um conflito de classes antagônicas e os candidatos com rendas mais elevadas possuem interesses específicos, como também os com renda mais baixas possuem demandas eleitorais representadas pela esquerda.

Em suma, os determinantes do voto se configuram e reconfiguram com o contexto da eleição, fazendo com que surja ou que determinantes percam suas relevâncias, tornando assim os processos eleitorais dinâmicos, próprio desse tipo de processo social, sendo assim as análises do comportamento eleitoral do eleitor tornam-se complexas e necessárias para a Geografia.

REFERÊNCIAS

DATAFOLHA, Instituto de pesquisa. **Eleições**. Disponível em: <<https://datafolha.folha.uol.com.br/>> Acesso em: 07 ago 2021.

DOWNS, A. **Uma teoria Economia da Democracia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LEPSET, M. S. **O homem político**. Zahar editores. Rio de janeiro, 1967

PEREIRA, B. M. **Geografia eleitoral**: análise espacial dos votos dos deputados estaduais de goiás nas eleições de 2006 e 2010. 2014, 139 f. (Dissertação-Mestrado em Geografia) Instituto de Estudos Socioambientais - Universidade federal de Goiás. GOIÁS, 2014.

SANTOS, M. **Sociedade e espaço**: a formação social como teoria e como método. São Paulo, EDUSP, 2005.

SUPERIOR TRIBUNAL ELEITORAL (TSE). Eleitor e eleição. TSE, 2014-2018. Disponível em: <www.tse.jus.br/>. Acesso em 05 ago 2021



Migração do voto em Alagoas: espacialização dos votos nas eleições presidenciais de 2014 e 2018³

Isabele Tenório Santos da Silva⁽¹⁾

Samuel Nunes da Silva⁽²⁾

Cirlene Jeane Santos e Santos⁽³⁾

⁽¹⁾ ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0315-0878>; Graduanda em Geografia pela Universidade Federal de Alagoas, Brazil. E-mail: isabele.silva@igdema.ufal.br

⁽²⁾ ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4088-7745>; Graduando em Geografia pela Universidade Federal de Alagoas, Brazil. E-mail: Samuel.silva@igdema.ufal.br

⁽³⁾ ORCID: 0000-0001-5713-0621: Professora da Universidade Federal de Alagoas, Coordenadora do Núcleo de Estudos Agrários e Dinâmicas Territoriais (NUAGRARIO/CNPQ/UFAL), Brazil. E-mail: cirlene@igdema.ufal.br

Todo o conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos seus autores/as.

INTRODUÇÃO

A redemocratização brasileira possibilitou uma remodelação no sistema partidário e no processo eleitoral. O Brasil, como uma democracia representativa, tem o voto como um importante meio para se eleger um novo representante que terá a responsabilidade de gerir e planejar adequadamente o futuro para todos, assim como é a principal forma de a população ter uma participação no processo político do país. O voto está atrelado ao comportamento eleitoral da população, podendo ser influenciado por determinantes que podem ser a construção socioeconômica e territorial daquele espaço; a vizinhança; por sua identidade partidária e ideológica; assim como a mídia e as famigeradas *Fake News* que tiveram um significativo espaço nas eleições presidenciais de 2018; além das próprias dinâmicas existentes nos processos eleitorais, que se diferenciam em cada pleito eleitoral.

Para se entender como o processo eleitoral se desencadeia, é necessário compreender como se desenvolve as dinâmicas sociais existentes no espaço geográfico, quais os motivos



para que um determinado grupo social tenha uma predisposição a votar em um candidato, ou não participar da eleição. A partir do conceito da formação econômica e social, e, principalmente, dos determinantes do voto, discutidos por Lipset (1967), em sua obra “o homem político”, é possível dar início às investigações sobre o assunto, dado que as eleições são um reflexo da sociedade.

Os pleitos eleitorais têm suas dinâmicas próprias e se diferenciam um dos outros, tendo suas dinâmicas influenciadas pelas configurações sociais e políticas do país, na qual seus resultados vão estar ligados a isso e aos determinantes de votos, além de direcionar o eleitor para uma escolha de participar desse processo democrático que é o voto, ou não votar, assim como induz a uma dinâmica de migração de votos.

A eleição presidencial de 2018, é marcada por uma dinâmica distinta das demais, o *impeachment* da ex-presidente Dilma e os discursos de ódio da direita para com a esquerda brasileira, disseminados também por *Fakes News*, possibilitaram uma reformulação no comportamento dos eleitores, no estado de Alagoas; esse comportamento pode ser analisado através da formação econômica e territorial do estado, possibilitado pela espacialização dos votos, na qual é possível observar a preferência eleitoral nos municípios e microrregiões de Alagoas, assim como a migração dos votos entre os pleitos eleitorais de 2014 e 2018.

Pensando nisso, o presente trabalho tem como objetivo espacializar os votos das eleições presidenciais de 2014 e 2018, analisando a migração dos votos entre a esquerda e a direita nos municípios de Alagoas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada no presente trabalho foi desenvolvida a partir do método quali qualitativo, no qual foi desenvolvido em três momentos: o primeiro consistiu na coleta dos dados quantitativos utilizados, seguido pelo refinamento dos dados e processamento dos mesmos; o segundo é composto pela distribuição espacial dos dados, através do *software* de mapeamento Qgis; o terceiro momento constitui na análise dos dados.

Para a elaboração desse capítulo, foi considerada a busca e o processamento dos dados a partir das escalas geográficas em nível estadual e municipal, no qual foram utilizadas estas escalas para melhor análise do comportamento eleitoral. Com base nisso, na primeira etapa, foram sendo feitas as coletas dos dados que explicassem esse comportamento eleitoral, sendo utilizados os seguintes dados: Votos válidos por candidato, nulos, brancos, abstenções. Tais votos foram coletados em números absolutos consistentes em tabelas do



Excel presentes no site do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), tendo como marco temporal as eleições de 2014, 2018, considerando os âmbitos dos cargos eleitorais de Presidente, e as eleições municipais de 2012, 2016 e 2020.

A segunda etapa consistiu na distribuição das variáveis coletas e organizadas na etapa anterior. Foi utilizado o software de mapeamento e geoprocessamento Qgis, para fazer a distribuição dos votos nas duas escalas apresentadas. As bases cartográficas empregadas foram do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas (Seplag-AL). Os mapas produzidos foram de cunho quantitativo, sendo dispostos em mapas de círculos concêntricos e coropléticos.

Por fim, a terceira etapa, consistiu no embasamento teórico e análise dos votos espacializados, foi utilizado principalmente o livro “o homem político” de Lipset (1969), para compreendermos melhor como se dá o comportamento político em períodos eleitorais, como o eleitorado tende a votar ou não votar nas eleições, e o livro “espaço e sociedade” de Milton Santos (1979), com o intuito de compreender a formação social dos espaços estudados.

A partir desses pensamentos, começamos a visualizar e analisar o comportamento dos eleitores alagoanos, essa utilização da escala nos possibilitou observar de uma área abrangente e ir aumentando com base nas especificidades do local, tendo em mente o método econômico espacial, para se analisar o comportamento, no qual as análises foram baseadas na influência do comportamento agroindustrial na política brasileira, e na distribuição socioeconômica advindas do modo capitalista de produção.



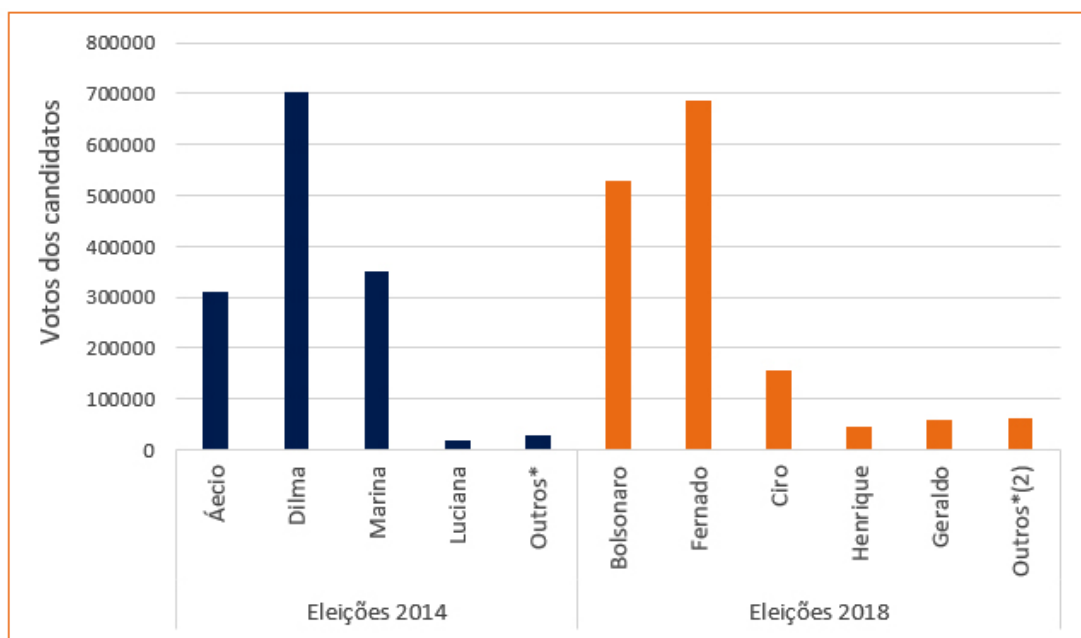
COMPORTAMENTO ELEITORAL NO ESTADO DE ALAGOAS

O comportamento eleitoral dos eleitores de Alagoas estará relacionado com a formação socioespacial do estado, além das próprias dinâmicas do processo eleitoral, por sua vez mensurada pela deposição da ex-presidente Dilma Rousseff, o governo Temer, e a ascensão do bolsonarismo, desencadeando uma dinâmica que proporcionou uma relativa polarização entre esquerda e direita, que pode ser vista com a distribuição dos votos dos candidatos de direita e esquerda nas eleições de 2014 e 2018. No gráfico 1, pode ser observado que os maiores quantitativos em ambas eleições de votos são dos candidatos Dilma (PT), Aécio Neves (PSDB), Fernando Haddad (PT), Jair Bolsonaro (PSL, atualmente PL), com isso, o presente trabalho irá ter suas análises voltadas para os candidatos com maiores expressões de votos.

A preocupação nas discussões dos fenômenos espaciais já havia sido destacada na categoria formação econômica social e espacial, ou seja, formação socioespacial, na medida em que essa categoria permite a análise dos fenômenos espaciais entendidas a partir da formação diferencial dos espaços sociais (SANTOS, 1979).

Por outro lado, os processos eleitorais possibilitam a compreensão espacial do fenômeno do voto, visto que o voto é por natureza um dado espacial, na medida em que “incidindo no lugar pode ser espacializado, tornando-se uma possibilidade cartográfica” (PEREIRA, p. 19, 2014). Deste modo, centralizamos nossas discussões nesses dados como mostraremos a seguir.

Gráfico 1: Votos dos candidatos a presidente nas eleições presidenciais de 2014 e 2018 em Alagoas



Fonte: TSE (2014, 2018). Elaborado pelos autores, 2021.

A partir das análises dos votos válidos das eleições presidências de 2014 e 2018 no território alagoano, pode-se observar uma relativa divisão entre a espacialização dos votos, sendo direcionados aos candidatos de ideologia da esquerda e da direita, respectivamente Dilma R (PT) e Aécio Neves (PMDB) nas eleições de 2014, e Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PSL, atualmente PL) na eleição de 2018.

Na figura 1 e 2, é possível observar essa dinâmica, sendo, na mesorregião do leste alagoano, uma predominância dos votos nos candidatos de ideologia política de direita, e a mesorregião do sertão alagoano, uma concentração de votos nos candidatos ideologicamente



de esquerda, em ambos os períodos eleitorais estudados no presente trabalho, também é possível notar que o comportamento entre ambas eleições são semelhantes, no qual Dilma e Haddad permanecem com seus votos na mesma região, assim como Aécio e Bolsonaro.

Esse comportamento político é visto em outros períodos eleitorais, na primeira eleição da ex-presidente Dilma Rousseff e do ex-presidente Inácio Lula. Os estudos feitos por Saldanha (2016) sobre as eleições presidenciais de 2010 também observam esse mesmo comportamento, tendo a ex-presidente Dilma consideráveis votos na mesorregião do sertão no primeiro e segundo turno das eleições presidências de 2010.

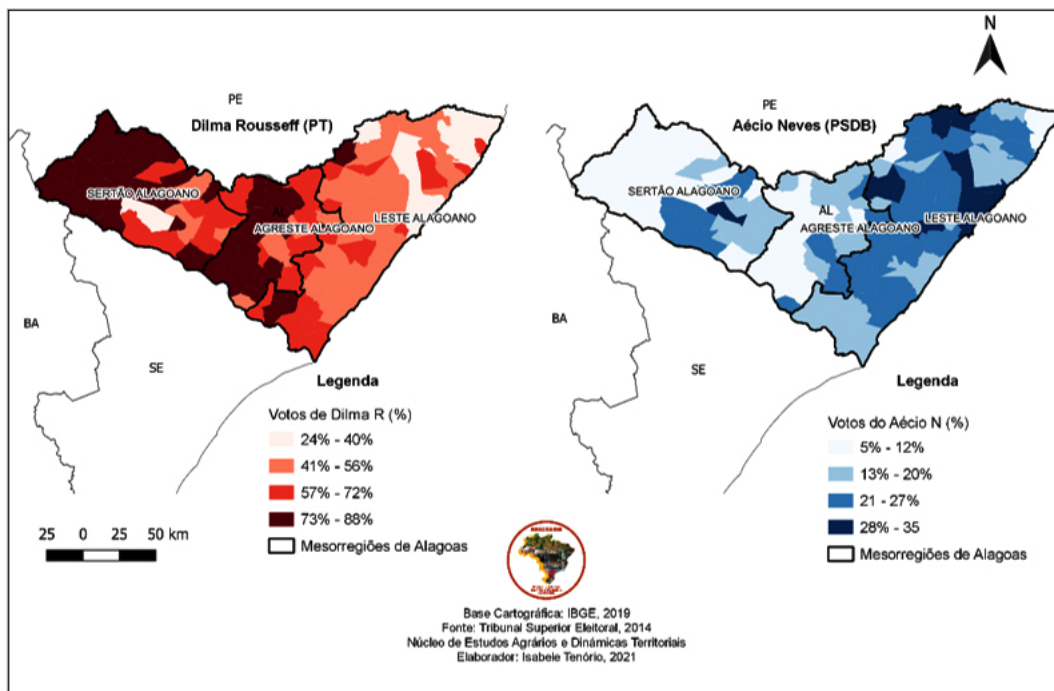
Essa dinâmica pode ser relacionada com a formação econômica e territorial de Alagoas, que estabelecem relações de poder e vivência que influenciam no comportamento dos eleitores, a mesorregião leste é, historicamente, formada e dominada pelo agronegócio canavieiro, que influencia politicamente e economicamente a mesorregião, contendo uma consolidação de famílias oligarcas desde o período das capitânicas hereditárias, onde essa região se denominava Alagoas do Sul, tendo uma economia canavieira.

Já na mesorregião do Sertão, notamos mais a presença da pecuária e agricultura familiar, assim como na mesorregião do agreste, que tem uma presença forte camponato. Segundo Carvalho (2016), o adensamento populacional das mesorregiões do sertão foi colaborado a partir da introdução da cultura do algodão e da pecuária, que ganhou um relativo espaço nas exportações. Com isso, observa-se que a construção econômica alagoana é bastante distinta, existindo relações sociais e políticas relativamente discordantes.

Essas configurações econômicas colaboram para o pensamento político dos eleitores, uma vez que o espaço geográfico irá influenciar direta e indiretamente na vivência dos seres humanos, além de que o eleitorado irá votar a partir no candidato que mais lhe represente, e represente seus interesses.

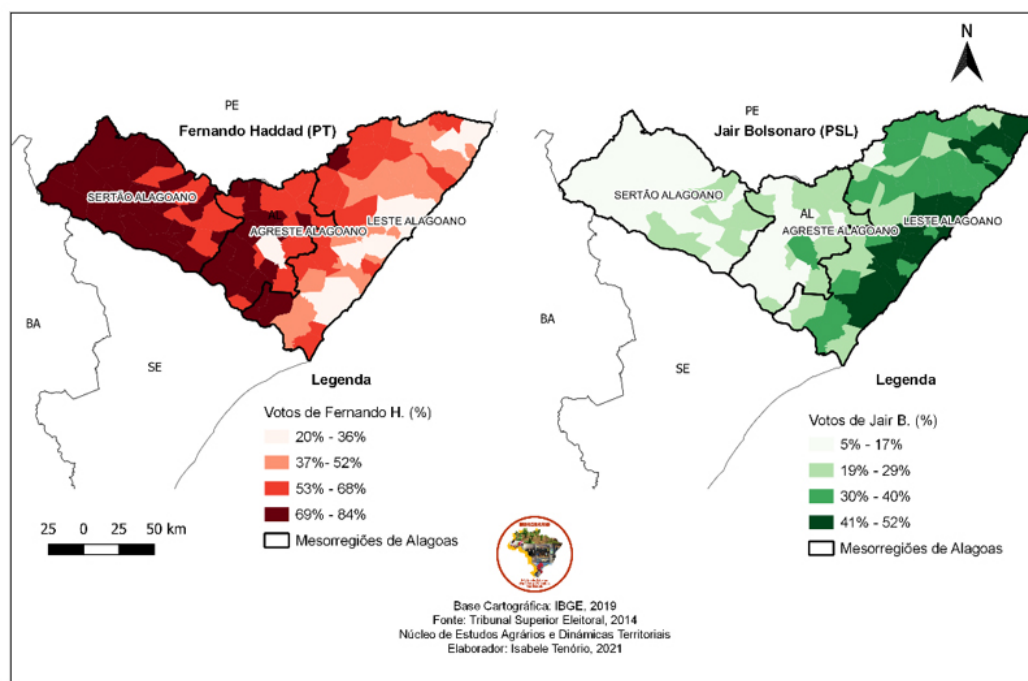


Figura 1: Espacialização dos votos dos candidatos Dilma (PT) e Aécio (PSDB) no 1 turno da eleição presidencial de 2014



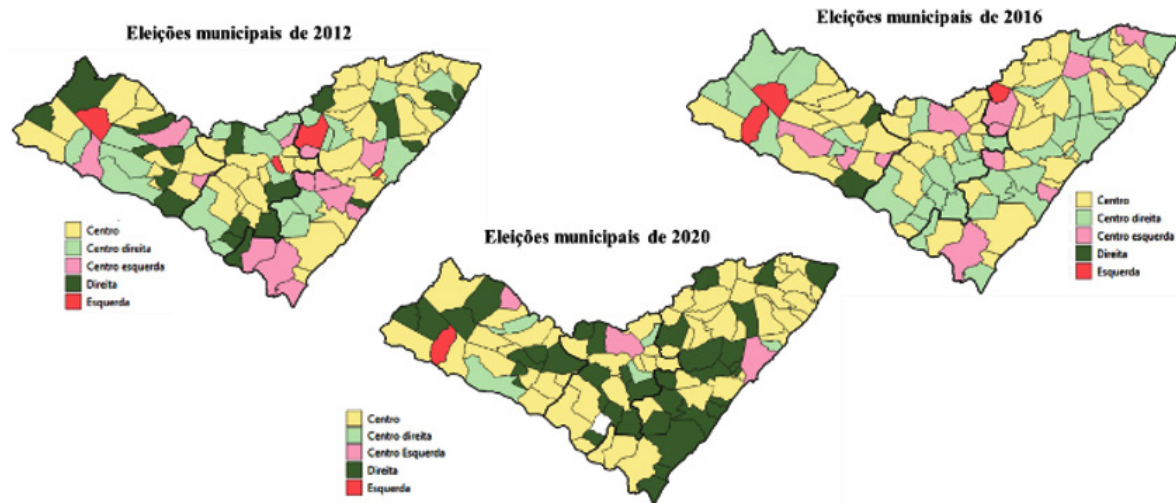
Fonte: TSE (2014, 2018). Elaborado pelos autores, 2021

Figura 2: Espacialização dos votos dos candidatos Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PSL) no 1º turno da eleição presidencial de 2018



Fonte: TSE (2014, 2018). Elaborado pelos autores, 2021

Figura 3: Espacialização da ideologia política dos prefeitos eleitos nas eleições de 2012, 2016 e 2020.



Fonte: TSE (2014, 2018). Elaborado pelos autores, 2021

MIGRAÇÃO DOS VOTOS ENTRE ESQUERDA E DIREITA EM ALAGOAS

Com a compreensão do comportamento dos votos dos eleitores alagoanos, é possível analisar se houve ou não uma migração de votos, entre um pleito e outro. As migrações de votos consistem na transferência de votos de um candidato para outro, entre os turnos e entre as eleições, estando consideravelmente influenciado pelas dinâmicas políticas e sociais do país, no caso do Brasil, essas migrações vão ser intensificadas pelo advento das adversidades que a democracia passou nos últimos 5 anos, de 2013 – 2018, resultando em uma migração dos votos entre esquerda, direita e centro.

Para estudar esse movimento eleitoral, foi inicialmente observado na escala municipal, em três pleitos dos anos de 2012, 2016 e 2020, a fim de observar a influência da dinâmica advinda da deposição da ex-presidente Dilma, da consolidação do centrão e da ascensão do bolsonarismo, ou seja, o antes, durante e depois das eleições de 2014 e 2018.

Na figura 2, é possível ver a espacialização dos prefeitos eleitos com base na ideologia política, no qual, no ano de 2012, é notável a distribuição ideológica dos prefeitos eleitos, nesse momento, Dilma ainda está no primeiro mandato, e ainda não tinha movimento tão forte *pró-impeachment*, no qual observa-se uma maior distribuição ideológica nos municípios, principalmente na mesorregião do sertão e agreste, podendo estar ligado com os determinantes da influência de vizinhança entre outros, que se afluam mais em uma escala de estudo menor.



Já no ano de 2016, observa-se uma migração de votos em outros candidatos, assim como uma mudança de partidos de direita e esquerda para os partidos de centro, que ganharam relativa força com a deposição de Dilma, no total foram 57 municípios que elegeram candidatos de centro, onde antes eram de outros partidos. E, em 2020, observa-se uma eleição de candidatos mais de direita e centro, que foi possibilitado pela eleição de Jair Bolsonaro em 2018, no qual a direita ganhou relativo espaço, além de terem candidatos e partidos que utilizaram os slogans do então presidente.

Com isso, observa-se que as relações políticas e sociais que ocorrem durante e depois dos pleitos presidenciais têm influência nos pleitos municipais, demonstrando o que Faganello e Fernandes (2018) dizem em seu estudo, “a política local não está isolada das demais dinâmicas e competições políticas que ocorrem estadual e nacionalmente; nesse sentido, em grande medida, a fenômenos e padrões que são observados nas demais esferas governativas” (FAGANELLO E FERNANDES, p.102, 2018).

Quando analisamos a migração em uma outra escala, notamos uma migração de votos em dois momentos, no 1º turno para o 2º, e entre os pleitos, que irão estar ligados com a perda ou permanência no território eleitoral. Com relação ao primeiro ponto, será considerada apenas a migração dos votos do terceiro colocado, pois teve a maior expressão de votos depois do 1º e 2º lugar, no caso as eleições de 2014, observa-se que os votos da candidata Marina Silva, que teve uma boa expressão no município, tendo maiores índices de votação em 8 municípios de Alagoas, sendo que 7 municípios migraram para a candidata Dilma, no 2º turno, e apenas 1 voto para o candidato Aécio, isso é visto a partir dos índices de votação que aumentaram naquele município.

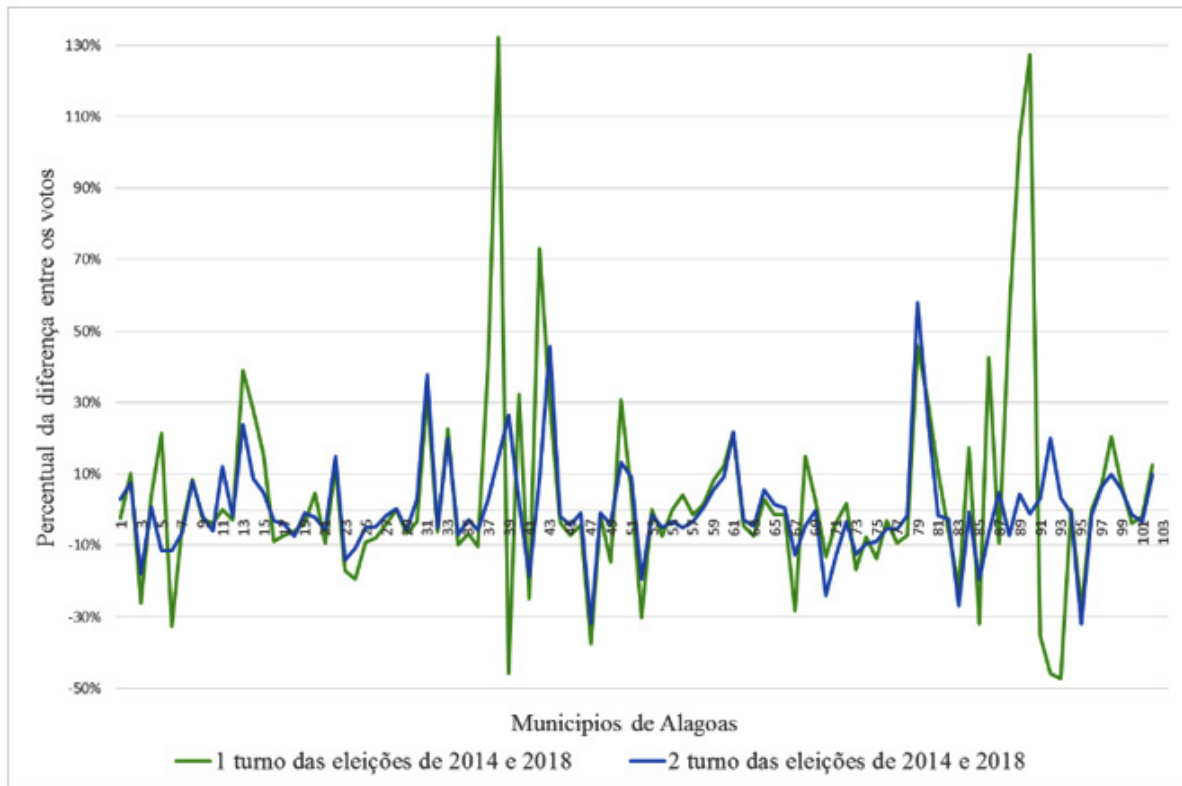
Já nas eleições de 2018, os votos do candidato Ciro Gomes que, apesar de serem índices bastante baixos, houve 3 municípios em que ele recebeu mais votos do que o candidato Jair Bolsonaro, sendo eles: Água Branca, Pariconha, e Poço Das Trincheiras, no qual no 2º turno das eleições esses votos foram direcionados para o candidato Fernando Haddad, que nos três municípios conseguiu uma porcentagem de mais de 86% dos votos, tendo um crescimento de cerca de 10% em cada município, um aumento considerável.

Com relação ao segundo ponto, é elaborada a migração de votos entre um pleito e outro, sendo analisada a perda de território do partido PT, e o ganho de território do candidato do PSL nas eleições de 2018. No que tange à migração dos votos do Partido dos Trabalhadores, durante os pleitos eleitorais de 2014 e 2018, é possível notar que o partido em questão teve uma perda de eleitores considerável, isso pode ser visto quando se calcula a



diferença entre os votos do 1º turno de Dilma e Haddad, tendo uma perda em 57 municípios, com uma variação de -1% até -47%, entre um pleito e outro. Já no segundo turno, os municípios em que o PT perde votos sobe para 62, no entanto a variação da diferença entre uma eleição e outra é menor do que a do primeiro turno, contendo uma variabilidade de -1% até -36%, como pode ser visto no gráfico 2.

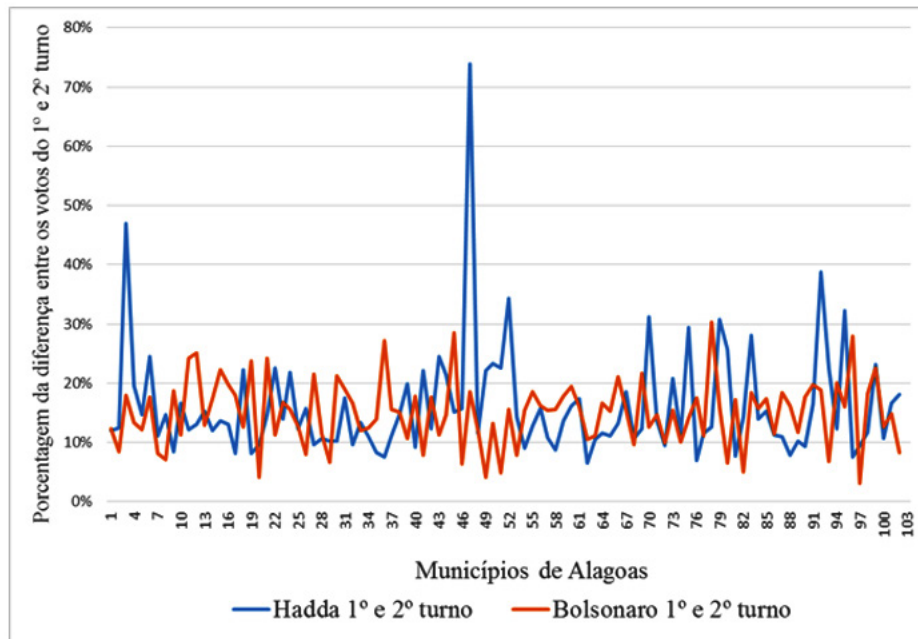
Gráfico 2: Diferença da porcentagem de votos dos candidatos Dilma e Haddad (PT) em ambos os turnos, nas eleições presidenciais de 2014 e 2018.



Fonte: TSE (2014, 2018). Elaborado pelos autores, 2021.

Quando comparamos apenas os votos no pleito eleitoral de 2018, nota-se que o candidato Haddad (PT) tem um crescimento considerável entre o 1º e o 2º turno no estado, comparado com o candidato Jair (PSL, atualmente PL), que tem um comportamento relativamente estável, não perde votos, porém seu crescimento é bastante reduzido, tendo um aumento máximo de apenas de 30%, que se encontra no município de Poço das Trincheiras; enquanto que o candidato do PT teve um aumento máximo de 74% estando no município de Maceió, como pode ser visto no gráfico 3.

Gráfico 3: Diferença da porcentagem de votos dos candidatos Haddad (PT) e Bolsonaro (PSL, atualmente PL) em ambos os turnos, na eleição presidenciais de 2018.



Fonte: TSE (2014, 2018). Elaborado pelos autores, 2021.

Com isso, faz-se acreditar que os eleitores que votaram nos outros candidatos no 1º turno tenderam a votar no candidato Fernando Haddad, ou alienaram os seus votos, que teve um aumento de mais de 6% entre o 1º e o 2º turno, movimento completamente diferente do visto em 2014 no estado, no qual teve uma queda de cerca de -40%, entre os dois turnos.

CONCLUSÃO

Em suma, o processo eleitoral brasileiro, é o mais democrático meio para se escolher um representante do Estado, a escolha do mesmo é um percurso longo e importante, pois é no período anterior e posterior ao processo eleitoral que se irá determinar as escolhas de um candidato, assim como a identificação dos eleitores com os candidatos, as características socioeconômicas e geográficas dos eleitores, entre outros determinantes que colaboram para a determinação do voto e na escolha do eleitor de participar desse ato político.

A partir da espacialização e análise dos votos através da ótica da geografia eleitoral, encontrados no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foi possível observar o comportamento eleitoral dos alagoanos nos pleitos eleitorais de 2014 e 2018, no qual nota-



se que existe uma relativa preferência de candidatos nas mesorregiões de Alagoas, na zona leste, encontra-se uma tendência de serem votados candidatos de direita e centro-direita, já nas zonas do agreste e sertão, existe uma predisposição maior para serem votados candidatos de esquerda nas eleições presidenciais, sendo vistas essas configurações nos dois pleitos em questão e em ambos os turnos. Esse comportamento pode ser analisado conforme observado no trabalho, a partir da formação econômica e territorial, e os determinantes do voto, como renda e escolaridade.

Também foi observada a migração dos votos, que existe uma relação entre as eleições municipais com as dinâmicas políticas ocorridas entre os anos de 2013 – 2018, sendo em 2012, uma presença múltipla de candidatos de diversas ideologias políticas, em 2016, já é vista uma migração considerável, tendo grande parte dos eleitos partidos de centro, tendo uma migração ideológica que abrangeu cerca de 57 municípios. Por fim, as eleições de 2020, que é influenciada pelas dinâmicas mais atuais, e principalmente pela onda bolsonarista, que muitos candidatos utilizam para se eleger, grande parte das migrações eleitorais são para partidos de direita, e centro direita. Durante os três pleitos eleitorais, os candidatos de partidos de esquerda foram perdendo cada vez mais espaço.

Com relação à migração de votos nas eleições presidenciais de 2014 e 2018, foi observado que os votos que eram dos candidatos que ficaram em terceiro lugar, respectivamente Marina Silva (PSB) e Ciro Gomes (PDT), foram em grande maioria para os candidatos do PT (Dilma e Fernando Haddad). No tocante à permanência dos votos entre os pleitos de 2014 e 2018, nota-se que há uma perda de votos, principalmente dos candidatos do PT, no entanto existe uma permanência clara de território, entre uma eleição e outra, ou seja, o candidato Fernando Haddad herda os votos que antes eram de Dilma R, essa dinâmica também é vista para os candidatos de direita, Jair Bolsonaro, que herda os votos dos candidatos Aécio Neves (PSDB), e Marina Silva (PSB), uma vez que os votos do ex-candidato do PSL estão localizados nos mesmos espaços que os dos outros candidatos. Essa migração, é possibilitada pelas construções histórica, geográficas e social dos eleitores.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, C. P. **Formação histórica de Alagoas**. 4 ed. Maceió: Edufal. 2016.

FAGANELLO, M. A.; FERNANDES, J. L. M. Migração partidária nos municípios brasileiros (2000-2016). **Revista de Sociologia e Política**. v. 26, n. 66, p. 101-124, jun. 2018.

LIPSET, S. M. **O homem político** (Political Man). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.



PEREIRA, B. M. **Geografia eleitoral**: análise espacial dos votos dos deputados estaduais de goiás nas eleições de 2006 e 2010. 2014, 139 f. (Dissertação-Mestrado em Geografia) Instituto de Estudos Socioambientais - Universidade federal de Goiás. GOIÁS, 2014.

SALDANHA, A. Alagoas: resultado das eleições. *In* CORTES, H.; SPINELLI, J. A. (Orgs.) **Nordeste 2010**: os sentidos do voto II análises interpretativas dos resultados nos estados do Nordeste. Recife: Editora Massangana, 2016. p. 325-341.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade**: ensaios. 1 ed. Petrópolis: Vozes. 1979.

SUPERIOR TRIBUNAL ELEITORAL (TSE). **Eleitor e eleição**. TSE, 2014-2018. Disponível em: <www.tse.jus.br/>. Acesso em 05 ago 2021.



Interiorização de migrantes venezuelanos indígenas Warao em processo socioespacial de acolhida em Maceió Alagoas⁴

Edilma de Jesus Desidério⁽¹⁾

Karine Gabrielle de Lima Rodrigues⁽²⁾

Maria Ariana Torres Lins Rodrigues⁽³⁾

Igor Max de Lima Santos⁽⁴⁾

⁽¹⁾ ORCID: 0000-0002-1413-4742; Universidade Federal de Alagoas/Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Brazil. E-mail: edilma.desiderio@igdema.ufal.br
⁽²⁾ ORCID: 0000-0000-0000-0000; Universidade Federal de Alagoas/Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Brazil. E-mail: karinerodrigues@igdema.ufal.br
⁽³⁾ ORCID: 0000-0000-0000-0000; Universidade Federal de Alagoas/Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Brazil. E-mail: arianarodrigues42734@gmail.com
⁽⁴⁾ ORCID: 0000-0000-0000-0000; Universidade Federal de Alagoas/Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Brazil. E-mail: igormax58722@gmail.com

Todo o conteúdo expresso neste resumo é de inteira responsabilidade dos seus autores/as.

INTRODUÇÃO

No marco da mundialização dos processos de mobilidade humana, os avanços têm sido na matéria sobre o controle e a regulação dos movimentos migratórios, muito estudados por especialistas do tema da migração na extensa lista de destacados nomes, desde Ernest Ravenstein (1885) até os trabalhos não tão recentes, ainda que bastante atuais, como Amoore (2006), Andrijasevic (2010), Frank Düvell (2005; 2006a; 2006b), Michael Collyer e Hein de Hass (2008; 2012), Martin Geiger e Antoine Pécoud (2010), ou mesmo de Saskia Sassen (2007) que, desde logo, não necessariamente é uma teórica das migrações, mas que inclui, na sua discussão sobre cidades globais e outras obras, o tema migratório; para citar apenas alguns referentes na literatura global sobre as migrações, desde distintas escolas de pensamento e explicação migratória.



Alguns sinais de indicação da problemática estariam na possível invisibilidade intencional sobre quem governa as massas e toma as decisões sobre estas na política governamental. O objetivo desse capítulo, em seu caráter bibliográfico e propositivo, é apontar a importância do diálogo com a diversidade cultural não se restringe, nada mais, a mediar a comunicação entre as pessoas migrantes que não dominam a língua portuguesa, oferecendo-lhes curso do idioma, como há ocorrido em muitas agendas de governos brasileiros na atenção à população migrante. Exemplo concreto são as ações que o município de São Paulo criou, no âmbito da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, a partir do Artigo 242 da Lei nº 15.764, de 27/5/13, uma Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente.

Por outro lado, a ordem derivada de uma política de fronteira que surge das decisões próprias de um governo municipal, sobre as vidas das pessoas migrantes, pode ser de mera atuação como um agente político coadjuvante do controle e regulação das massas de população estrangeira, usuários ou residentes nos espaços urbanos, ou pode mover distintas escalas de poder de decisão e transformar este espaço de fronteira em um lócus de agrupação de instituições participativas (JESUS, 2015), com uma óbvia intencionalidade, desde logo.

A pressão que exerce uma agrupação de instituições, ao instalar-se em determinado lugar para apoiar a política de um governo e para atender a uma agenda específica que tenha o alcance de Cooperação Internacional, implica levar em consideração o poder que recebe este governo ao dar forma a uma possível paradiplomacia (DUCHACEK, 1986; CORNAGO, 2000; AMILHAT, 2010; 2016; KUZNETSOV, 2016).

A contextualização do problema das dinâmicas multiescalares dos processos migratórios de venezuelanos para o Brasil (RODRIGUES, 2006; BAENINGER e SILVA, 2018) exige, de maneira geográfica, demonstrar como se manifesta a intervenção da produção do espaço da atividade migratória (JESUS, 2018; JESUS, 2015) da população venezuelana indígena Warao, ao longo do território nacional que se inicia no ano 2017.

Desse modo, trazendo à luz uma informação disponível nos canais midiáticos, entre muitas que aparecem ao realizar uma busca do tema nos meios digitais, encontramos no seguinte enunciado elementos relevantes para iniciar o debate sobre a problemática, objeto do capítulo, que expressa o seguinte:

Brasília, 21 de abril de 2021 – A estratégia de interiorização do Governo Federal, que leva voluntariamente refugiados e migrantes venezuelanos do estado de Roraima e de Manaus para outras cidades no país, alcançou



no último mês o marco significativo de 50.475 pessoas beneficiadas, três anos após o seu início em abril de 2018. Nesse período, 675 municípios acolheram os beneficiários (ACNUR-BRASIL, 2021).

Derivado do anterior, o primeiro interrogante que surge é se seria essa chamada “estratégia de interiorização” instrumentada pelo governo federal, uma forma de agenda de integração de migrantes em situação de vulnerabilidade que, na dialética de sua aplicação, poderia estar gerando uma dinâmica de exclusão socioespacial, tomando em consideração os métodos e agentes que estão participando nessa política de governamentalidade da massa de população (FOUCAULT, 2008; JESUS, 2015) migrante, com a política denominada operação acolhida, implementada em 2018 pelo Exército, governos estaduais e municipais, ACNUR, OIM, organizações da sociedade civil e entidades privadas, totalizando mais de 100 participantes do que chamam “força tarefa”.

Sobre a dimensão da presença de população migrante nos municípios, importante destacar que, segundo o Relatório, “de 2000 a 2020, obtiveram o Registro Nacional Migratório como habitantes do município 13.976 migrantes internacionais, de acordo com dados do Sistema de Registro Nacional Migratório - Sismigra (NEPO/UNICAMP, 2020)”.

Compreender o lugar do diálogo e do respeito à diversidade cultural implica entender o lugar das pessoas migrantes como sujeito social e político; implica também trazer ao debate sobre quem o representa e de que modo o faz. O interrogante que surge nesta problematização diz respeito, sobretudo, à busca de explicação sobre as dinâmicas socioespaciais de exclusão e a geografia da apropriação dos espaços públicos por parte desta população.

Nesse sentido, o objetivo principal desta proposta é gerar um diagnóstico situacional sobre a interiorização e as condições de vida, trabalho e de integração da população migrante em Alagoas. Desenvolve-se, nesse sentido, um diálogo intercientífico sobre a problemática que está sendo desenvolvida atualmente no município de Maceió com a chegada de um fluxo migratório de quase uma centena de pessoas que se organiza de maneira comunitária conduzida pelo agenciamento intergovernamental e intersetorial.

A metodologia transdutiva será de tipo qualitativa, interpretativa e construtivista, apegada a técnicas e ferramentas de pesquisa disciplinar geográfica.

Dada a problematização, o marco de precisão da forma como recolher as informações é esboçado a partir de um proceder da observação direta, apoiado pelo método transdutivo que vai do particular ao particular. Assim é que se retoma a proposta de um método



muito simples, que consiste na utilização de técnicas auxiliares e, inclusive, de momentos de desenvolvimento da observação concreta, que compreende as seguintes etapas: a) descritivo; b) analítico-regressivo; c) histórico-genético (LEFEBVRE, 1978, p.71).

A proposta, especificamente, que nesse caso tem relação com a dimensão de fronteiras de integração da diversidade migratória da população venezuelana indígena Warao, é desenhada como um instrumento de compreensão da heterogênea realidade deste fenômeno. Para isso, propõe-se dentro da metodologia a cobertura conceitual que servirá como variáveis na análise dos perfis de fluxos migratórios beneficiários ou não do projeto de interiorização em Alagoas, tomando em consideração alguns critérios socioespaciais como:

- (a) Direção (direcionalidade), seja tratando-se de destino urbano ou rural.
- (b) Motivação da mudança de país e elegibilidade do estado de Alagoas.
- (c) Tipo de migração, que pode ter uma especificidade do caráter forçado (por razões ou circunstâncias de violência doméstica, trata, dívida, pressão como chefe de família, etc.) ou estabelecer-se voluntariamente, devido às novas formas de buscar bem-estar noutra lugar e funcionalidades da mobilidade urbana.
- (d) Territorialidade da interiorização, que pode ser de áreas vizinhas das fronteiras municipais, estaduais, regionais ou que se enfrentam com a prática cotidiana da integração.
- (e) Temporalidade, pela permanência no país receptor e lugar de acolhimento, que pode ser transitória, por tempo previamente determinado, ou permanente.
- (f) Legalidade, que tem relação com a situação legal no país onde mora atualmente, ou seja, se sua residência se ajusta ou não às normas internas, se tem documentação emitida pelo órgão respectivo que legaliza sua situação migratória.
- (g) Formação/qualificação, distinguindo as migrações em função da capacitação do migrante laboral ou econômico, e a mão de obra qualificada e não qualificada e o reconhecimento ou não de seus títulos.



CONCLUSÃO

Das contribuições que possam originar-se deste capítulo, podemos esperar, por exemplo, que se gerem novas ideias para pensar e realizar outras pesquisas, ou que estimule a abertura de novas linhas; em efeito, amplia-se o universo de possibilidades de produções que poderiam dar-se nessa área de conhecimento e linha de pesquisa, mais especificamente, nessa escala de análise que se constrói pelos diálogos de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

REFERÊNCIAS

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS, ACNUR-BRASIL (2021). **Interiorização beneficia mais de 50 mil refugiados e migrantes da Venezuela no Brasil. Estratégia se consolida como modelo para oferecer dignidade e esperança a quem busca proteção no país.** Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2021/04/20/interiorizacao-beneficia-mais-de-50-mil-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-no-brasil/>. Acesso em 01 de junho de 2022.

BAENINGER, R.; SILVA, A. C. (Coords.). **Migrações venezuelanas.** Campinas, NEPO-UNICAMP, 2018.

BRASIL. **Estratégia de Interiorização.** Painel interativo. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/>

BUSTAMANTE, J. (2002). **La vulnerabilidad de los migrantes internacionales como sujetos de derechos humanos.** Documento sobre Mejores Prácticas Relativas a Trabajadores Migrantes, México: El Colegio de la Frontera Norte.

JESUS, E. Espacio de fronteras entre instituciones participativas y migrantes en tránsito por Chiapas. **Revista Andamios**, vol.12 no.28. México, mayo/agosto de 2015.

JESUS, E. **Espacio transitado Tiempo gobernado. El derecho al paso migratório em la frontera sur de México.** México, Universidad de Guadalajara, Ediciones de La Noche, 2018.

JESUS, E. Gubernamentalidad representativa en la migración. Aportes de transnacionalismo en la política de gestión migratoria en Chiapas. **Revista Internacionales**, vol. 2, núm. 4, Julio-Diciembre de 2016.

DÜVELL, F. Globalization of migration control: a tug-war between restrictionists and human agency?". Henke H. (ed.). **Crossing Over.** Comparing recent migration in the United States and Europe. Lexington: Lanham, p.23-46, 2005.

FOUCAULT, M. **Seguridad, Territorio, Población.** Curso del Collège de France (1977-1978). España: Akal, 2008.

LEFEBVRE, H. **El derecho a la ciudad.** Barcelona: Península, 1978.

RODRIGUES, F. Migração transfronteiriça na Venezuela. **Estudos Avançados**, vol.20, n.57, 2006, pp. 197-207. <http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a15v2057.pdf>



ONU-HABITAT. (2020). **Los Desafíos de la Integración de Refugiados y Migrantes**. 09 de noviembre. Disponible en: <https://onuhabitat.org.mx/los-desafios-de-la-integracion-de-refugiados-y-migrantes>. Acesso em 29 de maio de 2022.

ONU-HABITAT. (2019). **La migración es básicamente una cuestión urbana**. 20 de junho. Disponível em: <https://onuhabitat.org.mx/index.php/la-migracion-es-basicamente-una-cuestion-urbana>. Acesso em 29 de maio de 2022.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Sustainable Development Goals Integration**, 2015. <https://www.undp.org/sustainable-development-goals?utm_source=EN&utm_medium=GSR&utm_content=US_UNDP_PaidSearch_Brand_English&utm_campaign=CENTRAL&c_src=CENTRAL&c_src2=GSR&gclid=EAlaIqobChMlivbGkYKP-AIVfW1vBB1agAxrEAAYASAAEgJTwwD_BwE>. Acesso em 01 de junho de 2020.



As fraturas digitais no semiárido alagoano - Brasil⁵

Maria Ester Ferreira da Silva Viegas⁽¹⁾

Odair Barbosa de Moraes⁽²⁾

Cirlene Jeane Santos e Santos⁽³⁾

⁽¹⁾ ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8867-8259>, Professora Associada da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) -Campus Arapiraca/Alagoas/Brazil Pós-Doc pela Universidade de Aveiro-Pt. Coordenadora do grupo de pesquisa do Laboratório de Estudos do Território (LETUR/CNPQ/UFAL). Pesquisadora Associada do Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas-Universidade de Aveiro-Pt (GOVCOOP). E-mail: mestersilva@palmeira.ufal.br

⁽²⁾ ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9982-6798>, Professor Associado da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) Campus do Sertão/ Delmiro Gouveia/Al. Brazil. E-mail: odair.moraes@Delmiro.ufal.br

⁽³⁾ ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5713-0621>, Docente-pesquisadora, Coordenadora do Núcleo de Estudos Agrários e Dinâmicas Territoriais (NUAGRÁRIO/CNPQ/UFAL), Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Alagoas, Brazil. E-mail: cirlene@igdema.ufal.br



INTRODUÇÃO

A mensuração das fraturas digitais é uma necessidade premente principalmente nos ditos países subdesenvolvidos. Utilizar-se de indicadores não complexos para mensurar essa fissura digital que existe dentro dos territórios dos diferentes lugares ainda é deficitário. Sabe-se que são informações importantes para a comunidade científica a fim de orientar as políticas econômicas. Acreditando que as desigualdades numéricas são resultantes das desigualdades econômicas, a fratura digital é um problema de múltiplas dimensões, o objetivo desse capítulo é possibilitar o entendimento da fratura digital como as desigualdades de acesso ao mundo digital, um aspecto técnico do território que indica como estão disponibilizadas as tecnologias no território e se a população está capacitada ou não para manipular e/ou utilizar esses recursos técnicos. Para tal intento buscamos em documentos institucionais e dados do Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística (IBGE) e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), o suporte e as inquietações aqui expostas.

Nos últimos anos, temos visto um rápido crescimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) dentro do mundo inteiro. Estas TIC's têm hoje um papel decisivo dentro do melhoramento do nível de vida da população nos diferentes segmentos: políticos, econômicos, sociais, etc. A distribuição das tecnologias digitais no território é um dado essencial para que se discuta a implantação das políticas públicas dentro do mesmo, tomando como exemplo as atividades remotas no âmbito educacional, que foram duramente criticadas durante o período pandêmico por, justamente, refletir a desigualdade de acesso (fosso digital) no ambiente educacional digital no Estado.

O fosso digital deve ser visto pelos seguintes aspectos: 1 -aspectos técnicos (disponibilidade de infraestrutura, *hardware* e *software*); 2 – aspecto social que diz respeito às habilidades necessárias para lidar com os recursos técnicos. No que se refere aos recursos técnicos, temos os diferentes aportes tecnológicos que cada território possui, hierarquizando os lugares, e, no que se refere aos aspectos sociais, temos as desigualdades de acesso às tecnologias implantadas no território, o que repercutirá numa leitura da fratura digital que envolve os diferentes segmentos populacionais de uma dada porção territorial. Santos, Almeida e Viegas (2021), citando Methamem (2004 p. 213), apontam uma divisão global que revela diferentes capacidades entre nações industrializadas e em desenvolvimento, uma divisão social que se refere a desigualdades em uma determinada população e uma divisão democrática, distinguindo quatro categorias sociais: aquelas que são ricas e poderosas e as que não são; aqueles que falam inglês e aqueles que não falam inglês; aqueles que vivem em regiões onde a tecnologia está bem estabelecida e aqueles que vivem em outras regiões; e aqueles que são tecnicamente bem informados e os que não o são. Ainda com relação ao fosso digital, Methamem, discutindo Ben Youssef, escreve que:

Reconhece quatro níveis de fosso digital: as fraturas relacionadas às diferenças entre os acesso (primeiro grau), fraturas relacionadas a (usos das TIC (segundo grau), fraturas relacionadas ao desempenho associadas ao uso e, finalmente, divisões digitais ligadas a métodos de aprendizagem. (METHAMEM apud YOUSSEF, 2004 p. 213)⁶

Essas desigualdades serão ampliadas exatamente pela relação existente entre a população e o ciberespaço, na tríade: posição econômica do indivíduo, tecnologias inseridas

⁶ Tradução da autora.



no território, nível educacional em TIC's. Sabe-se que não existem apenas dois pólos, os "pobres" e os "ricos" da informação, mas graus de acesso à informação. Entre uma primeira pessoa conectada em seu escritório à banda larga, há uma segunda que às vezes utiliza um cibercafé e uma terceira que não possui computador ou telefone, mas que acessa as informações através de terceiros que baixam e imprimem as informações necessárias para ela. Se tomarmos como parâmetro para observar a desigualdade de acesso as tecnologias no território, a "educação por meio digital", que foi amplamente utilizada durante o período pandêmico, constata-se que é claramente complexa a análise das fraturas digitais dentro de qualquer escala, seja ela mundial, continental, regional ou local, percebe-se que as informações podem vir de todos os lados, ou não, colocando mais ainda a "educação via meio digital" numa condição de falácia, onde, ao se ministrar a mesma, daria a impressão de democratização de informações quando o que existirá será a ampliação das desigualdades.

A mensuração do fosso digital é uma tarefa complexa dada a pluralidades de definições e a indisponibilidade de dados dos vários estados que compõem a rede tecnológica do país e do mundo. É uma questão de entender se o fosso digital constitui um simples atraso de difusão ou representa desigualdades estruturais que devem ser sanadas. Enquanto as primeiras medidas se concentraram no acesso, muitas metodologias estão hoje em dia tentando entender melhor as "outras" dimensões das divisões digitais, propondo indicadores compostos, e por quê?

Segundo alguns autores, dentre eles, Horta e Oliveira, apontam que as desigualdades sociais se ampliaram sustentadas por outros fatores que, em outros tempos, não foram levados em consideração. Fazendo uma ponte com o ensino remoto nas escolas, é necessária hoje uma análise cuidadosa das condições socioeconômicas da população estudantil, pois o uso das plataformas digitais na educação foi desastroso na maioria dos municípios do estado (SANTOS, ALMEIDA e VIEGAS, 2021)

[...] condições econômicas desfavoráveis, situações prolongadas de desemprego [...], mudanças no mercado de trabalho, pertencer a uma etnia ou cultura diferente, questões de gênero, questões de idade, motivos geográficos, falta de saúde ou de assistência sanitária, falta de relações sociais e familiares, questões relacionadas com a representação e participação democrática, questões relacionadas com o nível educacional, más condições de habitação ou falta de moradia, dificuldade de acesso à justiça, motivos relacionados com as condições físicas e psíquicas das pessoas.) (HORTA, M. C. DA S.; OLIVEIRA, M., 2019 p. 21)



Nos momentos de transição para uma nova modalidade de ensino, que aconteceu de maneira não planejada, se ampliou o número de evasão nas escolas, ampliando a desigualdade social (SANTOS, ALMEIDA e VIEGAS, 2021). É necessário um melhor conhecimento da vulnerabilidade social, para que possa dar conta de toda dinâmica que envolve um dado lugar ou território.

INDICADORES SIMPLES DE INFRAESTRUTURA.

O Território que é produzido a partir do espaço, sendo o espaço de certa forma dado, preexiste a qualquer ação (RAFFESTIN, 1993, p. 144). A apropriação do espaço por atores institucionais, financeiros ou sociais dá origem ao território, pois o mesmo existindo a partir do espaço, porém, não sendo ele, configura-se como uma construção, através de relações sociais de produção onde os diferentes atores que atuam em um determinado espaço estabelecem entre si relações de pertencimento e uso que se configura no território usado. Segundo Raffestin, na apropriação do espaço concreta ou abstratamente, o “ator” territorializa o espaço, imprimindo uma identidade que o particulariza, diferenciando-o dos demais.

Para se passar de espaço a território, Raffestin, citando Lefebvre, diz que: “A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, autoestradas e rotas aéreas etc.” (RAFFESTIN apud LEFEBVRE, 1978. p. 259). A quantificação e a análise da dimensão socioeconômica do desenvolvimento se inserem dentro da lógica do esforço e da capacidade da população se inserir dentro do processo de criação de riquezas e usufruir do montante das riquezas criadas, através das aptidões construídas dentro da sociedade em seus cidadãos para que os mesmos possam se desenvolver enquanto capital humano.

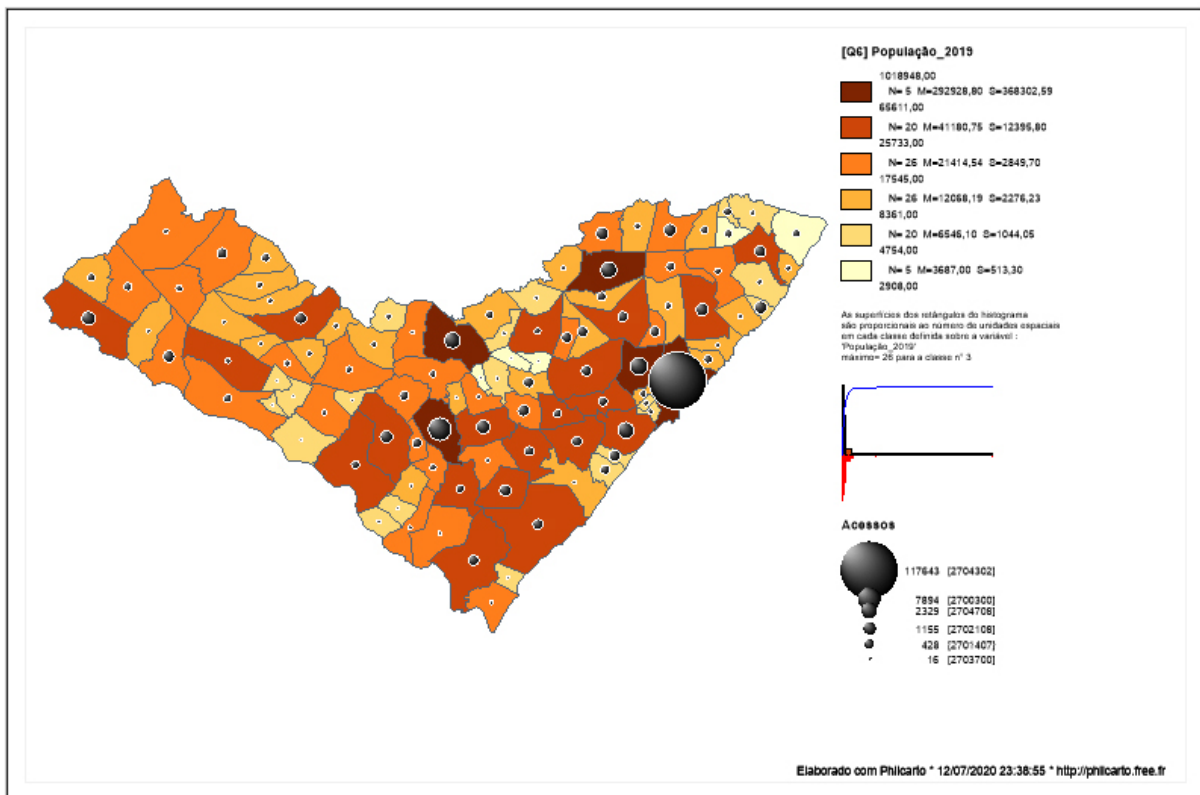
As tecnologias de informação e as telecomunicações são os dois indicadores mais utilizados para medir o crescimento e a redução da pobreza dentro dos países em desenvolvimento, sendo a densidade telefônica o indicador mais antigo de medir o desenvolvimento da comunicação de um lugar. Para Methamem (2004), a desigualdade numérica começa por uma deficiência na utilização do telefone. Grande parte dos estudos utilizam os seguintes indicadores: a penetração do telefone fixo e móvel, os servidores conectados à internet, e os custos de conexão. Os indicadores mais sofisticados integram as infraestruturas de ensino. Os indicadores menos sofisticados levam em consideração os meios de comunicação tradicionais (a televisão, o rádio, a mídia escrita, etc).



Para Santos, Almeida e Viegas (2021), o fosso digital é marcado por desigualdades de renda e educação, como evidenciadas pela exclusão digital sofrida pelas populações. Também vale lembrar as disparidades nas condições desse acesso: nem todos os alunos têm os seus computadores pessoais, condições de vida propícias ao estudo ou uma velocidade de conexão que permita determinadas formas de educação *on-line*. De acordo com PNDA/IBGE de 2018, Alagoas apresentou um dos menores índices de pessoas que possuíam telefonia móvel (5,7%), sendo seguido pelo Amapá (5,9%) e Maranhão (6,1%).

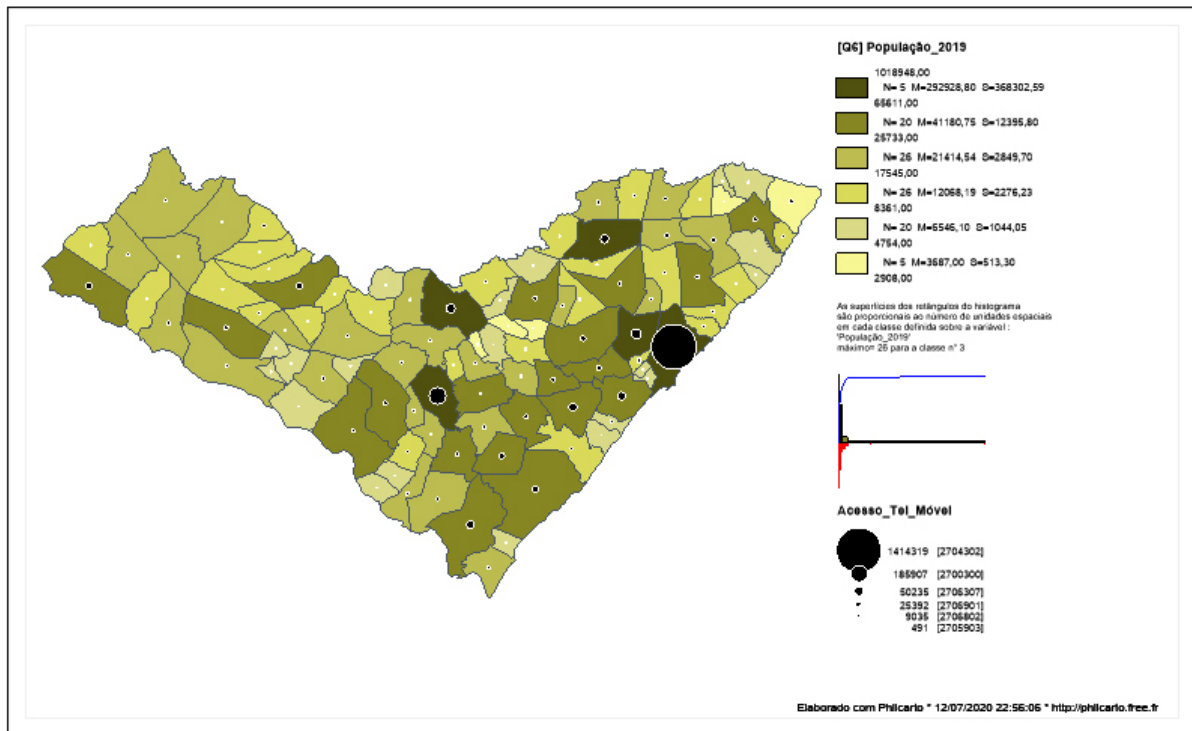
Alagoas, de acordo com as informações do PNAD em 2018, se apresentou com os piores índices de acesso as TIC's na população de 10 anos ou mais de idade que utilizou a internet, no período de referência dos últimos três meses, o Distrito Federal deteve, destacadamente, o mais elevado percentual de pessoas que utilizaram microcomputador (66,2%) e tablet (22,5%). No caso da televisão, o maior percentual foi o de Santa Catarina (35,0%), seguido pelo Distrito Federal (34,5%). O Maranhão deteve o menor percentual de pessoas que utilizaram, para acessar a Internet, microcomputador (27,0%) e tablet, o percentual mínimo foi de Alagoas (SANTOS, ALMEIDA e VIEGAS, 2021), conforme pode ser observada nos mapas 1 e 2.

Mapa. 1. População e acesso à banda larga no estado de Alagoas – maio de 2020



Fonte: Base IBGE. Dados IBGE (2019); ANATEL (2020)

Mapa 2. População e acesso à telefonia móvel no estado de Alagoas – maio de 2020



Fonte: Base IBGE. Dados IBGE (2019); ANATEL (2020)

A rarefação das TIC's no que se refere ao quesito telefonia no território alagoano é testificada nas figuras abaixo, organizadas por Santos, Almeida e Viegas (2021): percebemos uma grande concentração de usuários de banda larga nos municípios de Maceió, Arapiraca e Palmeira dos Índios, como também uma grande concentração de acessos a telefonia móvel nos mesmos municípios, o que configura um déficit estrutural nos outros lugares, inviabilizando de antemão qualquer intervenção dentro das tecnologias educacionais devido à precarização de acessos ao sistema das TIC's. O Analfabetismo digital está incluído dentre os fatores geradores de exclusão social. Colocar na ordem do dia a discussão sobre as fraturas digitais no território alagoano é reconhecer a necessidade de construir novas condições de possibilidades de uma nova sociedade, pautada sobretudo no desenvolvimento pleno das capacidades humanas dos indivíduos que constituem a sociedade.

CONCLUSÃO

O Território é resultante da produção social do espaço. O espaço produzido designa as realidades concretas e palpáveis como também as realidades das representações imateriais. Nesse estudo sobre as fraturas digitais no semiárido alagoano, nos atemos ao território

palpável, de rotas, caminhos, pontes, redes, etc. Esse território é maquinizado de forma desigual, tem no seu ordenamento falhas graves oriundas de gestão pública deficitária, onde o conceito de desenvolvimento utilizado não inclui uma certa homogeneização de distribuição de recursos tecnológicos que possam vir a contribuir para uma acessibilidade da população aos avanços das técnicas que estão implantadas nos grandes centros do país e nas grandes e médias cidades.

REFERÊNCIAS

AISSAOUI, N.; HASSEN, L. **Ben Diffusion technologique et inégalités numériques: une exploration de la fracture numérique dans l'espace**. Paris: [s.n.], 2016. - pp. 105-121.

HORTA, M. C. da S.; OLIVEIRA, M. A construção de indicadores sociais aptos a medir a inclusão digital no Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa. jul. /set. - Vol. 29, número 3, 2019, pp. 23-40.

METHAMEM, R. Note critique sur les indicateurs de la fracture numérique. *Reseaux*, n° 127-128, 2004, pp. 211 a 229.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. 1993. São Paulo (SP):Ática, 1993.

SANTOS, M. **Por uma Geografia nova**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, C. J. S. e; ALMEIDA J. P. de; VIEGAS M. E. F. da S. Fosso digital, ensino remoto e pandemia: descaminhos do território alagoano. SILVA, L. C. da; POCHMANN. M., FEITOSA, C. O. **Covid-19 a as distinções territoriais em evidência Maceió**. AL: EDUFAL, 2021.



As interfaces do território: de espaço geográfico a elemento de produção de subjetividades⁷

Luana Cláudia Ferreira Magalhães⁽¹⁾

Mara Daiana Paixão Alencar⁽²⁾

Ranielli Oliveira Barbosa⁽³⁾

Saulo Luders Fernandes⁽⁴⁾

⁽¹⁾ ORCID: 0000-0001-6727-2295; Universidade Federal de Alagoas, discente, pesquisadora no PET Nesal (Núcleo de Estudos do Seminário Alagoano), Brazil. E-mail: luanacaudia243@gmail.com

⁽²⁾ ORCID: 0000-0002-3472-124X; Universidade Federal de Alagoas, discente, pesquisadora no PET Nesal (Núcleo de Estudos do Semiárido Alagoano), Brazil. E-mail: mara.alencar@arapiraca.ufal.br.

⁽³⁾ ORCID: 0000-0002-5173-5985; Universidade Federal de Alagoas, discente, pesquisadora no PET Nesal (Núcleo de Estudos do Seminário Alagoano), Brazil. E-mail: ranielli.barbosa@arapiraca.ufal.br.

⁽⁴⁾ ORCID: 0000-0003-2335-0030; docente na Universidade Federal de Alagoas - Campus Maceió, pesquisador sobre práticas em saúde e cuidado, contexto rural e cotidiano, Brazil. E-mail: saulo@ip.ufal.br.

Todo o conteúdo expresso neste resumo é de inteira responsabilidade dos seus autores/as.

INTRODUÇÃO

O presente capítulo propõe-se a discutir a necessidade de abrir-se espaços, dentro e fora da academia, para que os corpos subalternos de diversas territorialidades e territórios possam manifestar suas compreensões e saberes. Para a compreensão da dinâmica de produção das vidas situadas no espaço e tempo, recorre-se aos conceitos de território e territorialidade. O território referindo-se ao espaço apropriado, espaço habitado e carregado de ações e produções; já a territorialidade consiste nas expressões dos modos de ocupação dos espaços, tanto no fortalecimento dos territórios quanto na (des)construção deles (SANTOS, 2005). A forma como os diferentes grupos se apropriam do espaço territorial envolve o processo de territorialidade para que eles consigam se organizar, construir uma identidade e dar significado ao lugar.



Haesbaert (2017, p. 20) afirma as diversas evocações do termo território: “(...) etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo territor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo”. Partindo disso, pode-se conceber o território, ao menos, a partir de dois ângulos: como um espaço de poder, controle, e liberdade; e como um espaço de submissão, prisão e violência. Considerando essas diferentes formas de se estar no território, podemos apontar os corpos enquanto manifestações dos territórios que os compõem, enquanto territorialidades que perpassam cada sujeito e seus coletivos, ultrapassando também os limites espaciais (HAESBAERT, 2017)

No capítulo, busca-se ampliar a visão do território além do espaço físico, reafirmando-o enquanto corpo e territorialidade. Objetiva-se estudar a relação do território enquanto produtor de espaços e subjetividades, e exemplificar a necessidade de práticas que abram espaços para que as vivências periféricas possam ser expressas e problematizadas, tendo abertura para se manifestar.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O capítulo parte de pesquisas bibliográficas acerca das temáticas que cercam o corpo e a territorialidade nos espaços sociais. Busca-se, com isso, abordar as concepções de território enquanto ferramenta de poder e de existência à expressão do corpo. A pesquisa bibliográfica baseou-se em livros e artigos de pesquisadores que compreendem o território através de uma base ontológica das produções acadêmicas de Milton Santos, Rogério Haesbaert e Jota Mombaça. Além desses, foram usados como referências secundárias as produções de Casé e Vanessa Tupinambá, Yi-Fu Tuan e de alguns estudiosos que enxergam o espaço territorial para além dos seus usos. A partir da leitura, foram produzidos dois eixos centrais: o primeiro aborda o território enquanto um espaço de produção humana a partir dos conceitos de verticalidade e horizontalidade de Milton Santos e, do mesmo modo, expõe como a produção do espaço perpassa a produção humana; e o segundo discute algumas perspectivas referentes aos corpos dissidentes e os vínculos formados com os territórios, além de examinar os conflitos pelo “direito de aparecer” e as implicações jurídico-políticas envolvidas nesse processo.



O TERRITÓRIO ENQUANTO ESPAÇO DE PRODUÇÃO HUMANA

O território era visto antes como uma espaço de comunhão entre os seres vivos, com a apropriação da terra pelo ser humano e o advento da Modernidade, o território passou a ser visto como um espaço de interesses políticos e econômicos. Segundo Santos (2005, p. 138), “(...) o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”. Nesse sentido, não é propriamente o território em si que torna objeto de estudo e reflexão, mas sim suas diversas formas de uso.

Diante das transformações das realidades presentes no território ao longo do tempo, é possível fazer novos recortes por meio dos conceitos verticalidade e horizontalidade, propostos por Santos (2005), e que resultam em novas noções de espaço e de funcionamento dos territórios. De acordo com o autor, o território é formado a partir de espaços contíguos - provenientes da horizontalidade - e espaços em rede - oriundos da verticalidade -, que se encontram em um mesmo ponto (SANTOS, 2005). Entretanto, possuem funcionalidades distintas, pois, enquanto os primeiros lugares promovem a união do território, os segundos ocasionam a segregação. E, nesse movimento de forças opostas, surgem as diferenças nos espaços, assim como as desigualdades, que dificultam a circulação de certos corpos nos territórios.

A expansão dos lugares em rede - leia-se formas e normas do território a serviço de alguns - coloca em evidência a produção do espaço como uma mercadoria, que serve de interesse à acumulação de bens e gera disparidades sociais. Esse modo de uso do território é caracterizado por ser o modelo colonizador. Às margens, situam-se os lugares contíguos, que, frente a tanta expropriação e desigualdades, seguem resistindo e re-existindo, pois a sua relação como território perpassa o seio da comunhão e solidariedade.

Um exemplo evidente da horizontalidade na constituição do território são os povos quilombolas e indígenas. São povos que até hoje continuam resistindo e lutando pela ocupação e regularização de suas terras, um direito que está sendo constantemente negado. A relação que eles possuem com a terra foge aos moldes do colonizador, enquanto este visualiza a terra como uma fonte de exploração e produção de recursos, os primeiros possuem uma confluência nos modos e relação com o território, percebendo-o como um espaço de comunhão entre os seres. Nesse sentido, consideram a terra como território-corpo¹, pois além de enxergar o território como natureza, percebem-no como um espaço gerador de vida, assim como o corpo, principalmente os corpos femininos.



Corporalidades dissidentes

Historicamente, um dos primeiros embates referentes à perspectiva da expressão dos corpos dissidentes ocorreu entre os europeus colonizadores e os povos nativos: enquanto o primeiro grupo questionava se aqueles corpos possuíam alma e poderiam ser considerados humanos, os ameríndios sequer faziam essa distinção entre corpo e natureza, consideravam corpo não como algo isolado, mas como pertencente à natureza e às relações sociais do qual participa naquele meio. Como afirma Haesbaert (2021), essa articulação entre corpo e território, de modo mais amplo, “coloca no centro o comunitário como forma de vida”, permitindo abordar o território em múltiplas escalas, ressaltando a importância da “escala mais micro, mais íntima, que é o corpo”, “primeiro território de luta” (2021, p. 174-175).

Do mesmo modo, Tupinambá C. e Tupinambá A. relatam a visão de seus antepassados: “Não éramos donos da terra antes dos invasores chegarem em 1500, mas sim a própria terra, porque somos parte da natureza.” (TUPINAMBÁ, 2019, p. 233). Alguns corpos, no entanto, são impedidos de vivenciar e acessar determinados territórios, suas características corpóreas - gênero, etnia, idade. Instala-se uma lógica de controle da circulação destas corporeidades em mapeamentos de controle destes nos territórios. Diante disso, emerge a necessidade de lutar constantemente pelo “direito de aparecer”, sobretudo no âmbito jurídico-político (HAESBAERT, 2021).

Jota Mombaça (2021) utiliza como exemplo o Brasil e questiona até que ponto a fachada de país inclusivo e “pós-racial” é efetiva, tendo em vista que uma parcela significativa da sociedade continua se comportando como anti-negra e anti-indígena, nunca servindo ao propósito das lutas contínuas por libertação desses povos e de seus territórios, pela possibilidade deles adentrarem ambientes - leia-se universidades, locais com empregos de destaque, instituições políticas, etc - que historicamente foram dominados pela branquitude europeia.

O modo como os corpos são recepcionados ou afugentados dos territórios poderá desencadear em cada indivíduo associações negativas - denominada topofobia - ou um vínculo afetivo de pertencimento - a topofilia - com determinado lugar, ainda que este imponha dificuldades físicas, geográficas e climáticas para ser habitado (YI-FU TUAN, 2015). Isso ocorre, por exemplo, com os povos sertanejos do Nordeste brasileiro, que mesmo enfrentando a seca e a fome, se recusam a abandonar seus lares; com os aborígenes que lutam - arriscando sua própria vida - pelo direito de viver em seus territórios ancestrais e sagrados; com os quilombolas que se empenham para conservar seus costumes e modo



de viver, apesar dos constantes obstáculos impostos pela lógica colonialista de algumas sociedades e do Estado.

Essas dificuldades para ocupar alguns territórios poderiam ser minoradas se o aparelho governamental garantisse a efetivação dos direitos básicos e promovesse a equidade entre os grupos sociais. Cabe às estruturas jurídico-político - que incluem a sociedade civil - proporcionar condições para que os corpos possam performar e ocupar suas localidades de forma livre e digna; e estimular a multiplicação e compartilhamento de seus aprendizados e saberes tradicionais, de modo a participarem mais ativamente na formação dos seus territórios. Cria-se um movimento de mão dupla: o território é responsável pela produção do ser humano e é produto da ação humana, e, similarmente, o indivíduo aparece como produtor do território, ao passo que é produto das relações que ocorrem ali.

CONCLUSÃO

Ao término deste manuscrito, foi possível observar as singularidades de cada corpo enquanto possibilidade de manifestação de suas territorialidades. As dificuldades que os povos marginalizados, como os indígenas e os quilombolas, enfrentam para vivenciar de forma livre o território em que ocupam, é reforçada pelo aparelho governamental e os dispositivos de controle que não têm interesse em proteger esses corpos, mas sim marginaliza-los, para que o sistema de livre capital de exploração avance sem a interrupção demodos de existência que se voltam a favor da preservação da natureza.

A partir dessa violência, surge a necessidade de desenvolver-se espaços que proporcionem um ambiente seguro para que se debata formas de enfrentar o silenciamento que esses corpos sofrem. Na Universidade Federal de Alagoas, campus Palmeira dos Índios, há um evento intitulado Falas Negras e Indígenas, essa programação é um exemplo de aproximação eficiente que busca não apenas enxergar os vários movimentos e entendimentos culturais e sociais existentes, em particular no semiárido alagoano, mas sim, abrir espaço para que as diversas percepções de lugar, corpo, e territorialidade possam ser acessadas e debatidas nas universidades.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, C. D.; GARRIDO, E. N. Colonialidade e psicologia: (des)construção de subjetividades a partir de uma perspectiva decolonial e epistêmica latino-americana. In: NOGUEIRA NETO, J. M. (Org.). O pensamento (des)colonial e outras epistemologias. Sobral: Editora Faculdade Luciano Feijão, 2021.



HAESBAERT, R. Território como r-existência: do corpo-território ao território-corpo (da Terra). [S.l.]: **Clasco**, 2021. Cap. 9. p. 9-396.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **Geographia**, [S.l.], p. 19-46, 2017.

MOMBAÇA, J. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MORAIS, J. de A. Corpo e corporalidade: a caminho de um estado da arte. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, n. 22, p. 94-105, 2016.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2015.

TUPINAMBÁ, C. A. X.; TUPINAMBÁ, V. Decolonialidades indígenas. In: COSTA, F. A.; MESQUITA, M. R. (orgs.). **Psicologia política no Brasil e enfrentamentos a processos antidemocráticos**. Maceió: Edufal, 2019.



Cultura, educação rural e território: entrelaçamentos com os saberes locais⁸

Maria Lúcia da Silva Ribeiro ⁽¹⁾

Cristiano Cezar Gomes da Silva ⁽²⁾

⁽¹⁾ ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7513-6365>; Aluna Especial no Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Cultura (ProDiC), da Universidade Estadual de Alagoas, Brazil. E-mail: lunna.ribeiro.junqueiro@gmail.com

⁽²⁾ ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8896-4012>. Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Cultura (ProDiC), da Universidade Estadual de Alagoas, Brazil. E-mail: cristianocezar@uneal.edu.br.



INTRODUÇÃO

A educação rural perpassa por um contexto histórico, sociocultural e econômico. Isso nos chama a atenção para que, quando falamos em educação no campo, não nos remetemos apenas para a infraestrutura. No Brasil, a partir de 1969, observamos o crescimento da construção de escolas na zona rural. No entanto, historicamente, percebemos o êxodo de grande parcela da população rural para a zona urbana à procura de melhores condições de vida social e econômica, deixando seus territórios simbólicos e culturais. Nesse sentido, para entendermos melhor, Laraia (2001, p. 34) traz a representação que o homem está ligado à natureza, mas há uma separação entre a natureza e a cultura. Sendo assim, entendemos que as pessoas estão conectadas de alguma forma ao seu território, mas os fatores culturais podem conduzir o sujeito ao um novo espaço simbólico, já que a cultura é um todo mais complexo.

Assim, vemos que não é apenas termos a escola na comunidade, mas as instituições rurais precisam incorporar em sua oferta pedagógica, dentro do currículo, disciplinas

que trabalhem a realidade local e levem a sustentabilidade àqueles que ali residem, sem desvincular-se da cultura local. Dessa maneira, compreendemos que o currículo da escola precisa ofertar conteúdos que tenham uma relação direta com a realidade vivida pelos alunos nesses espaços, pois o estudante precisa entender por que e para que estudar aquele assunto, para, assim, atribuir um significado e um significante a ele.

O presente capítulo, de cunho bibliográfico, propõe trazer, do ponto de vista teórico, algumas reflexões sobre a educação do campo e a cultura e saberes locais a partir do conceito de território. O intuito dessa capítulo não é padronizar um ensino, muito menos afastar o estudante dos conhecimentos globais e curriculares, mas discorrer no estudo novos conhecimentos e práticas que introduzam, no espaço das escolas, não apenas conhecimento de um ensino voltado para o letramento, nos moldes urbanos, sem buscar uma educação no arquétipo rural. Conforme ressaltado por Arroyo, Caldart e Molina (2011, p. 321), “uma política de Educação do campo requer, portanto, o reconhecimento de que a cidade não é superior ou mais avançada se comparada ao campo”.

Para tanto, a discussão, sobretudo, será desenvolvida com o objetivo de a escola ser usada como espaço colaborador, tanto no processo do letramento cultural, quanto na apropriação simbólica do seu território, para a melhoria da produção agrária. Trabalhando, dessa forma, o letramento nas práticas docentes com orientações básicas sobre o saber e a prática locais.

Para compreendermos melhor essa temática nas pesquisas, usaremos a contribuição sobre “a territorialidade simbólica, e sua importância nos últimos tempos”, de Haesbaert (2007); “Culturas híbridas: Das estratégias para entrar e sair da modernidade”, Canclini (2008); acerca de como “Cultura: um conceito antropológico: A cultura condiciona a visão de mundo do homem”, Laraia (2001). Esses autores, dentre outros, têm contribuído para a reflexão quanto à limitação pela ausência da linguagem decorrente da falta de oportunidade de acesso à educação, que acaba limitando os horizontes dos sujeitos.

A princípio, embora haja algumas pesquisas que tenham tratado dessa temática, há poucos estudiosos, e ainda não foi encontrada uma solução prática e definitiva para as dificuldades encontradas nas escolas do território rural, onde reúne um maior número de pessoas analfabetas no Brasil, segundo as estatísticas oficiais.

Esta reflexão trata-se, também, da discussão fundamentada nas alusões a partir dos conceitos de “Alfabetização e letramento”, de Soares (2004); assim como na Constituição Federal Brasileira de 1988, ainda vigente, que, no Artigo 214, preconiza a Emancipação do



analfabetismo; Universalização do atendimento escolar; Melhoria da qualidade do ensino; Formação para o trabalho e a Promoção humanística, científica e tecnológica do país. Ainda este estudo está fundamentado na leitura e reflexão de alguns artigos em periódicos que abordam a relevância de compreendermos a relação entre território e cultura, refletindo acerca dos valores culturais que ligam identitariamente os indivíduos no espaço, visto que a religião, a língua, os costumes, os saberes e a produção material moldam o território e possibilitam o pertencimento coletivo.

Por isso é importante, compreendermos como os conteúdos de cunho apenas urbano, sem uma ligação com a cultura local podem provocar problemas de ordem social, cultural e econômica que marcam e instituem a identidade que representa uma dada população. Dessa forma, justifica a intensa discussão de consultar os conteúdos de aspectos históricos, geográficos e culturais, vinculados aos saberes e práticas locais. Além disso, vamos analisar como desenvolver nos espaços da escola características próprias da região, a exemplo, a presença da árvore do Pau D'Arco, hortas, criação de animais, ainda atribuir a arquitetura, ornamentos que recordem a residências de escravos do século passado. Ainda, estudaremos propostas de sustentabilidade familiar.

Desse modo, podemos, ainda, discutir como uma instituição eminentemente rural, com uma baixa taxa de industrialização, pode trabalhar a cultura local sem demover da cultura global. Nessa direção, é possível promover discussões que possam levar à acessibilidade do conhecimento para os alunos da comunidade rural. Ganharão com isso, tanto o sujeito historicamente menos favorecido, quanto a sociedade na qual ele se insere, seja relacionado à formação para o trabalho, ou acerca do conhecimento dos seus direitos e deveres, além de entender a sua cultura e se apropriar dela.

Nessa conjuntura, também vamos refletir sobre a diversidade cultural, dando importância a local, pois Hall (2006) nos faz entender que a cultura está sempre em movimento. Desta forma, compreendemos que não resgatamos a cultura, mas nos apropriamos e a modificamos de acordo com o tempo. Essa realidade pode ser aceita pela comunidade, mas em contraposição, pode causar um grande impacto no fazer e saber cultural dos sujeitos. Mas a relação entre território, cultura e educação no campo nos parece fundamental para o estudo desse *corpus*, dentro do processo de inclusão social, numa escola plural, para a diminuição do analfabetismo na região rural com o intuito de aprimorar o saber local conduzindo ao conhecimento científico.



ESCOLA RURAL: PARADIGMAS E OS DISPOSITIVOS LEGAIS ORIENTADORES

Quando falamos de educação no campo, se faz necessário refletir acerca do contexto social, econômico e cultural da sociedade brasileira. No final do império, antes da proclamação da república, já existia a preocupação em relação à formação da população que residia na zona rural. No entanto, esse período ainda era marcado pela escravidão. Com isso, surge o questionamento: Então, para quem era destinada essa educação? No primeiro momento, aos agricultores, comerciantes, artesãos ou pessoas ligadas às artes foram contempladas, já que não foi pensando em uma educação para os escravos, pois os mesmos não eram considerados “sujeitos sociais”. Nesse momento da história, a sociedade entendia que esses trabalhadores do campo não precisavam ler ou escrever. Ou seja, “para trabalhar no campo, não precisa estudar”.

No Brasil colonial, a economia predominava-se na produção da cana de açúcar, seguida da extração de ouro e da cultura do café. Os donos dos grandes latifúndios produziam, por meio de trabalho escravo, açúcar, ouro e café em larga escala para abastecer o comércio exterior, predominantemente na Europa. Durante séculos, no Brasil, tivemos um ideário marcante que o trabalhador rural (braçal) não precisava estudar, uma vez que, para trabalhar no campo, não era exigido ser alfabetizado, muito menos letrado.

A fim de melhor explicitar o olhar que temos quanto à escola rural, vamos entender um pouco sobre o que é campo. Em Fernandes e Molina (2004, p. 32), uma das definições de campo mostra que ele é mais do que um perímetro urbano, ou um território, é um campo de possibilidades que dinamiza as condições sociais existentes enquanto projeto de mundo de homem/mulher e de sociedade. Já a educação de campo fundamenta-se no exercício da cultura e da prática social, buscando construir uma educação de qualidade resultante de políticas públicas que valorizem a população que vive no campo, respeitando sua sabedoria e reconhecendo os indivíduos como guardião da terra. Uma representação simbólica dos resultados das políticas intencionais definidas pelo público destacando a dimensão social da educação pública, sendo vinculada a um projeto de nação.

O analfabetismo, ancorado semanticamente através de vocábulos no decorrer da história da população rural, tem seus desdobramentos no contexto atual acerca da emancipação do sujeito e a desigualdade social. Ele mostra a necessidade urgente de aumentar as possibilidades de aprendizagem dos alunos das escolas rurais, por meio da ampliação da sua capacidade de ler, compreender e interpretar corretamente os diversos textos verbais e não verbais que circulam nos espaços sociais, procurando instrumentalizar



o processo de reflexão cultural dos sujeitos na fase adulta com pouca capacidade de discernimento e interpretações de informações na sociedade.

Essa perspectiva mostra que os problemas socioeconômicos no Brasil são enfrentados principalmente pelo desnivelamento das classes sociais. Para Haersbaert (2007), “distinguindo através dos sujeitos que efetivamente exercem poder, que de fato controlam esse(s) espaço(s) e, conseqüentemente, os processos sociais que o(s) compõe(m)”. Os indivíduos, que fazem uso desse poder, marcam e constituem as identidades daqueles que estão à margem da sociedade, como: o pobre, o analfabeto, o marginal, o negro.

A falta do acesso à educação de qualidade onde a miséria predomina determina, muitas vezes, a destinação ou o que vai determinar o futuro daquele espaço, o futuro daquelas pessoas. Nesse contexto, a educação se mostra como um elemento transformador, que pode modificar a realidade de muitos sujeitos. Pessoas, com pouca leitura, em outras palavras, limitadas da capacidade de discernimento e interpretação de informações são facilmente persuadidas. Essa dificuldade provoca problemas de ordem social e econômica, mesmo em uma sociedade contemporânea.

Nessa direção, há uma necessidade de discutirmos as escolas rurais, no seu contexto cultural, social, econômico e identitário, na elaboração de projetos que envolvam o ensino, aprendizagem e a sustentabilidade familiar. Dessa maneira, estabelecermos parcerias com o poder público e a sociedade civil da localidade para o desenvolvimento de políticas de formação para profissionais da educação em relação ao atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando as condições concretas da produção e reprodução social, assim como construir uma estética mais próxima da história cultural da sociedade remanescente de quilombo.

De acordo com a LDB, a oferta da educação básica para a população deve estar vinculada às adaptações necessárias à sua adequação especificamente, como: Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades, interesses dos alunos da zona rural e Adequação à natureza do trabalho da zona rural.

Já a Resolução CNE/CEB nº 01/2002 enfatiza a formação de professores para atuar na educação do campo que deve observar alguns componentes, como promover estudos a respeito da diversidade e o efetivo protagonismo das crianças, dos jovens e dos adultos de Campo. Assim, essas ações favorecem o surgimento de novas crenças, valores, costumes,



onde viabilizam hábitos da valorização da identidade da escola do campo, por meio de projetos pedagógicos, com conteúdo curricular e metodologias adequadas.

Em relação ao currículo, as matrizes curriculares das etapas e segmentos rurais, portanto, não podem diferir daquelas previstas para as unidades escolares urbanas. O desafio, nesse estudo, é trazer à baila uma discussão acerca da inclusão de ações que requerem, no currículo, além da observância das bases conceituais e normativas que sustentam a educação do campo, a contemplação do respeito à identidade desse sujeito e ao ambiente que ele habita, levando em consideração as condições da realidade local, na qual ele está imerso, no sentido de dar conta das especificidades e propostas inovadoras da política de Educação do Campo (BRASIL, 2019, p. 15).

Para Moreira e Candau (2008), está implícito que o conhecimento desenvolvido nos currículos é concebido como um acúmulo de fatos e conceitos, tomados como verdades universais, inquestionáveis, enfatizando que as relações culturais estão construídas na história e estão atravessadas por questões de poder e relações fortemente hierarquizada, marcadas pelo preconceito e discriminação de determinados grupos. Tendo em vista as diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do campo, estabelecidas pela resolução CNE/CEB nº 02 de 28 de abril de 2018, a educação no campo deve ser compreendida como a superação da relação dicotômica entre rural e urbano.

Esse conceito de Moreira e Candau (2008) traz um conjunto de reflexões mediante o diálogo entre a educação e a cultura, a história e o processo de alfabetização e letramento nos dias atuais. Nele, se materializa o desrespeito ao direito adquirido através da Constituição Federal em 1988, ainda vigente, no Artigo 205, “Educação, direito de todos”. Visivelmente, esses direitos permanecem sendo violados, devido a isso, temos pessoas que não desenvolveram sua capacidade intelectual, seu preparo para o exercício da cidadania, muito menos para atuar de forma qualificada no mercado de trabalho.

Nesse sentido, Caldart (2011 p. 22) esclarece que “[...] não há como verdadeiramente educar os sujeitos do campo sem transformar circunstâncias sociais, desumanizantes e sem prepará-los para serem sujeitos dessas transformações”. Dessa forma, a educação do campo tem como objetivo construir sujeitos conscientes de sua condição e capazes de se posicionar a favor dos interesses dos camponeses de uma sociedade mais justa e contra as injustiças frente a um sistema reprodutor de desigualdades.



Assim, espera-se na educação do campo, que surgiu para combater a exclusão da população rural (Brasil, 2019, p. 14), dos indicadores sociais, econômicos e educacionais, onde também traz sobre si a responsabilidade de problematizar a dinâmica da terra, lembrando sempre que a modernização produz uma nova performance social e cultural, mas que seja capaz de promover e incentivar o desenvolvimento do campo a partir de seu, favorecendo a permanência do sujeito em seu território com perspectiva de transformação da realidade camponesa.

Diante do exposto, as Leis de Diretrizes Operacionais para Educação no Campo, propostas por 16 artigos com normas políticas, pedagógicas administrativas e financeiras, propõem medidas de adequação da escola à vida rural, estimulando propostas pedagógicas de valorização à diversidade no interior, implicando o respeito às diferenças e à política de igualdade tratando a educação escolar sob a perspectiva da inclusão. Mediante pressuposto para uma política educacional na comunidade, para conceber a educação como estratégia do desenvolvimento territorial sustentável. Nessa política, é preciso olhar para educação como um elemento para produzir e transmitir o conhecimento de maneira reflexiva, reconstruindo, muito além do conteúdo didático, a percepção do campo, compreendendo sua diversidade.



1. LETRAMENTO, TERRITORIALIZAÇÃO SIMBÓLICA E CULTURA ATRELADOS ÀS CONQUISTAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS DO CAMPO

A história da luta no campo iniciou nas décadas de 1920 e 1930. Nesse período, aconteceu um dos maiores movimentos da educação brasileira, *O movimento dos Pioneiros da educação*, conhecido também como *Escola Nova*. Nessa diástase, aconteceu a difusão da ideia de uma escola democrática, trazendo para a população brasileira condições de igualdade para todos, e as cidades seriam igualmente consideradas e contempladas. A constituição de 1934 atribuiu destinar recursos para educação rural onde a União seria responsável pelo financiamento do ensino, embora as políticas públicas, para o cumprimento dessa lei, nunca tenham sido implementadas.

Entretanto, no período de 1945 a 1964, o Brasil teve mais uma conquista no aspecto educacional, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira, e tinha como finalidade ampliar o acesso à escola pública e gratuita, além de difundir campanhas e movimentos de educação popular. Mas foi em 1980 que aconteceu a redemocratização do ensino. Nesse período, há um crescimento e afirmação dos movimentos populares

contribuindo para uma mobilização, visando incluir a educação do Campo na pauta dos temas a serem debatidos em todo o país.

Em sequência, em 1988, ocorre a aprovação da Constituição Federal, um marco para educação, pois estimulou a movimentação da sociedade em torno das garantias dos seus direitos sociais e políticos, dentre eles: o acesso de todos os brasileiros à educação escolar de forma gratuita (Artigos 205, 206, 208, 213). Em seguida, a LDB, (Lei 9394/96), em seus artigos 3, 23, 27 e 61, incorporando a diversidade sociocultural e o direito à igualdade e à diferença, possibilitando a definição de diretrizes operacionais para educação rural para, entando, romper com o projeto global de educação unificada para o país.

Diante dessa perspectiva, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever corresponde ao estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita. Um desejo que as pessoas menos favorecidas na sociedade contemporânea almejam possuir. Essa concepção, tão almejada por muitos, muitas vezes, é desestimulada pelas dificuldades de acesso à educação na zona rural, assim como à situação financeira que, de certo modo, obriga o sujeito a trabalhar antes de terminar o ensino médio para ajudar a família nas despesas do lar. Para Soares (2009):

Pessoas que ocupam lugares sociais diferentes e tem atividades e estilos de vida associados a esses lugares enfrentam demandas funcionais completamente diferentes: sexo, idade, residência rural ou urbana e etnia são, entre outros, fatores que podem determinar a natureza do comportamento letrado. (SOARES, 2009, p. 80).

A discursividade, contida no enunciado anterior, pode ser analisada pela ótica de referir-se, também, a diferentes conceitos de letramento que variam segundo a necessidade e condições sociais específicas de determinado momento histórico e estágio do desenvolvimento da sociedade. Assim, observamos na colocação de Haesbaert (2007, p. 28) a “identificação ou simbolização através de referentes espaciais começa pela própria construção de fronteiras”. É interessante refletir que, em países onde demandas sociais complexas de uso da leitura e escrita não estão ainda amplamente disseminadas, a língua não oferece um termo equivalente para a emancipação dos sujeitos.

Observamos que o letramento é instituído através das práticas sociais incorporando no sujeito capacidades que produzem o aprender a ler e escrever, através da leitura, do uso da criatividade e imaginação, da busca de notícias e lazer, seja nos jornais ou notícias na TV. O



importante é fazer uso dessas informações, selecionando o que desperta interesse para o estudante na escola (SOARES, 2009, p. 43). É usar a escrita como meio para orientação, seja nas vias públicas nas cidades ou nas zonas rurais. É importante entender que letramento não é treinamento repetitivo de uma habilidade. Soares (2009) aborda a dimensão social do letramento, que:

Argumenta que ele não é um atributo unicamente ou essencialmente pessoal, mas é, sobretudo, uma prática social: letramento é o que as pessoas fazem com as habilidades de leitura e de escrita, em um contexto específico, e como essas habilidades se relacionam com as necessidades, valores e práticas sociais (SOARES, 2009, p. 73).

Assim, uma pessoa é funcionalmente letrada quando pode participar de todas aquelas atividades nas quais o letramento é necessário para o efetivo funcionalmente do seu grupo e comunidade (UNESCO, 1978a, p. 1). No Brasil, em 1890, havia 84% de analfabetos; 75% em 1920, e ainda em 1940, 57%. Observamos que esse número vem diminuindo, mas ainda existem muitas pessoas analfabetas, (6,6%, IBGE – 2019). No entanto, a análise deste estudo não é apenas identificar o número de sujeitos analfabetos no campo, mas entender e desenvolver ações de intervenção em relação ao nível de instrução dos estudantes nas escolas rurais, como trabalhar nessas instituições a pluralidade cultural, a inclusão, a sustentabilidade, e desenvolver nas aulas a fluência em língua portuguesa, envolvendo o uso da escrita e leitura atrelada à cultura local sem distanciar-se do hibridismo cultural.

Estudos históricos documentam as mudanças de concepção de letramento, ao longo do tempo; estudos antropológicos e etnográficos evidenciam os diferentes usos do letramento, dependendo das crenças, valores e práticas culturais, e da história de cada grupo social como afirma Escibner (1984, p. 48). Porém, a localidade que o sujeito reside e suas condições financeiras podem diminuir estatisticamente as possibilidades do aluno da zona rural concluir o ensino médio e ingressar numa universidade.

Essa situação pode se agravar quando as ações pedagógicas fogem totalmente da realidade sociocultural do estudante, centralizando no ensino apenas conteúdos urbanos, a consequência, entre outras, é a reprovação e a evasão escolar. Esses alunos abandonam a escola, tendo apenas aprendido o seu nome, sem muito domínio da leitura e escrita, leem com dificuldade algumas palavras, mas não são capazes de entender seu significado ou os direitos e deveres adquiridos nas conquistas dos movimentos sociais, a sua cultura no meio social, nem tampouco se apropriar dela. Sobre essa questão, os PCNs orientam:



A compreensão atual da relação entre a aquisição das capacidades de redigir e grafar rompe com a crença arraigada de que o domínio do B a ba seja pré-requisito para o início do ensino de língua e nos mostra que esses dois processos (Alfabetização/Letramento) de aprendizagem podem e devem ocorrer de forma simultânea (BRASIL, 1997, p. 33).

Assim, é possível entender que o processo de alfabetização é diferente do letramento, porém estão interligados. Moreira (2006) compreende, assim como Hall (2006), que a identidade está em crise, argumentando que vivemos em um mundo mais globalizado onde novas tecnologias e novos meios de comunicação se desenvolvem. De acordo com essa compreensão, como as pessoas desprovidas do conhecimento da leitura e escrita vão acompanhar essas mudanças e se enquadrar nesse novo espaço de identidade cultural? Tentando responder esse questionamento, seguiremos o pressuposto que tanto Hall (2006), como Moreira e Candau (2008) têm a concepção de identidade acerca do mundo social, ao mesmo tempo em que os sujeitos se posicionam e são posicionados nos discursos, assumindo um papel fundamental para a construção de sua identidade.

Aqui também destacaremos marcas da violência do preconceito da população urbana em relação aos indivíduos que residem da zona rural. Por ser analfabeto, não tem argumentos, “não pensa”. Esse sujeito, por sua vez, sucumbia-se à falta de sorte, à vida miserável da zona rural, pior ainda, do sertão alagoano, não tinha sonhos, às vezes até imaginava uma vida diferente, todavia, se conformava com a sua situação. Essa concepção nos permite analisar que, para construirmos nossa identidade, é necessário ter conhecimento e socializá-lo, para isso, o sujeito precisa ser alfabetizado e letrado, para, assim, entender o seu contexto social e se apropriar dele.

A territorialização simbólica como instrumento histórico-cultural no processo de emancipação social aborda a relação entre território e cultura englobando os valores culturais que ligam identitariamente os indivíduos ao lugar. A religião, a língua, os costumes, os saberes e a produção material moldam o território e provocam no sujeito o pertencimento coletivo. Ainda que questionemos essa relação entre território, cultura e poder, nos parece fundamental atentarmos para as colocações de Haesbaert (2006), no que se trata de territórios plurais:

Os territórios plurais, além de conceber a multiplicidade, concebem todo espaço terrestre ocupado por distintas representações sobre ele, que tendem a legitimar a jurisdição sobre os habitantes que nele residem,



configurando a série de relações sociais entre as diferentes percepções de domínio (HAESBAERT, 2006, p. 33).

Nesse contexto de territórios plurais, observamos a escola como parte essencial do processo educativo e assume o território como campo de pesquisa, currículo e lugar de estudo. Aberta à comunidade, procuramos entender, nesse discurso, que ela pode envolver questões locais e se reconhecer no território, atuando em prol de suas transformações e intervenções pedagógicas. Embora saibamos que as escolas precisam adotar práticas coletivas e envolver a comunidade dentro da sua dinâmica, buscar por uma educação plural na escola do campo e remanescente de quilombo não é uma tarefa fácil, pois a concepção de “território simbólico educativo” está além de suas funções tradicionais. Quer dizer, a escola precisa se reconhecer, promover e exercer um papel educador na vida dos sujeitos, assumindo como desafio permanente a formação integral de seus alunos.

Isso significa pensar a escola como lugar de um trabalho coletivo de sistematização, produção e difusão de conhecimentos histórico-culturais, científicos e tecnológicos, de desenvolvimento de autonomia, de reconhecimento e valorização de diferenças, de diálogos e participação democrática. A escola plural baseia-se em dois princípios fundamentais - o direito à educação (Constituição Federal, Artigo 2005) e a construção de uma escola inclusiva (Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000), a partir dos quais articulam-se os campos de experiências que norteiam o fazer e saber pedagógico.

Investigações desenvolvidas pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) apontam que, no ano de 2020, devido à pandemia, o Brasil teve quase 1,4 milhões de crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos fora da escola, superior à média nacional de 2019, que foi de 2%, de acordo com o Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), os maiores prejudicados são crianças e adolescentes da zona rural, por não terem acesso a redes de internet, muito menos às ferramentas tecnológicas, bem como um grande número de negros, pardos e indígenas, ou seja, pessoas à margem da sociedade. Ainda foi observada uma grande distorção de idade-série. Devido a essa situação, podemos constatar um retrocesso na educação, para alguns educadores, voltamos anos outrora.

Na prática, a ação é buscar desenvolver uma educação plural que valoriza a diversidade presente na sociedade brasileira, pensando a escola como lugar de um trabalho coletivo de sistematização, produção e difusão de conhecimentos histórico-culturais, científicos e tecnológicos, de desenvolvimento de autonomia, de reconhecimento e valorização de diferenças, de diálogos e participação democrática.



Para o filósofo francês Louis Bonald (2006, p. 71-80), “a educação exige os maiores cuidados, porque influi sobre toda a vida”. Sua colocação nos permite externar acerca das ações desenvolvidas na educação, onde pode contribuir de forma significativa para o desenvolvimento de sujeitos sociais, culturalmente humanizados. No entanto, depende muito mais da forma como conduzimos os trabalhos para podermos limitar ou ampliá-los esse conhecimento para os estudantes da comunidade rural.

CONCLUSÃO

Por fim, de acordo com esse capítulo de cunho bibliográfico, analisamos que a escola do campo, dentro de um ambiente plural, precisa se posicionar em seu cotidiano contra preconceitos e discriminações impostas pela falta de acesso ao conhecimento. Pois entendemos que o aluno da zona rural é capaz de compreender e assimilar os conhecimentos locais e globais, através do processo da linguagem e escrita, constituídos na sala de aula, junto a situações vivenciadas em seu dia a dia.

Esperamos que as discussões travadas neste capítulo suscitem reflexões sobre as atividades que promovam o distanciamento entre o nível de leitura e escrita que os alunos se encontram (pós-pandemia) e aquele a ser conquistado, dentro de um espaço plural, menos excludente. No presente estudo, buscamos refletir sobre a realidade das práticas pedagógicas nas escolas públicas rurais, tanto nos momentos de socialização das experiências, em grupo, quanto nas produções escritas, com atividades interdisciplinares, que introduza à criança o acesso ao conhecimento através da fluência em língua portuguesa.

Além disso, refletimos sobre uma didática que desenvolve ações e ajude as crianças da zona rural a permanecerem na escola estudando, evitando a evasão escolar, até a fase adulta, para diminuir o analfabetismo. Assim, conquistar uma profissão digna, como sujeitos ativos na sociedade, com pensamento crítico em relação aos acontecimentos históricos, econômicos e culturais no mundo e no espaço que elas residem, apropriando-se desses espaços como sujeitos transformadores e pertencentes a ele.

REFERÊNCIAS

AMARAL, L. A. **Pensar a diferença/Deficiência**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração de Pessoa portadora de Deficiência. 2021.

ARROYO, M. G; CALDART, R. S. MOLINA, M. C. (Orgs.) **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.



ARROYO, M. G. **Políticas de formação de educadores(as) do campo**. Caderno CEDES, Campinas, vol.27, n.72, mai/ago 2007.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BLANCO, R. **Aprendendo na diversidade**. Implicações educativas. Foz do Iguaçu: 2003. Disponível em: [http://entreamigos.org.br/default/files/textos/Aprendendo%20na%20Diversidade20%20i mplica%C3%A7%C3%B5es%20Educativas.pdf](http://entreamigos.org.br/default/files/textos/Aprendendo%20na%20Diversidade20%20i%20mplica%C3%A7%C3%B5es%20Educativas.pdf)>. Acesso em 08 de mar de 2021.

BONALD, L. A verdadeira e única riqueza das nações: Ensaio sobre família, economia e sociedade. **Sapientia Press**, 2006. p. 71-80.

BRASIL, MEC/SEF **Parâmetros Curriculares Nacionais. Ensino Fundamental**. Introdução (volume 1). Brasília, MEC/SEF, 1997.

BRASIL, **Lei nº 9394/ Diretrizes e Bases da Educação Nacional/DF**, 2022.

BRASIL, MEC. Secretaria de Inclusão Social. **Parecer nº 36 Operacionalização das Diretrizes para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília/DF: MEC, 2003.

BRASIL, MEC. Secretaria de Inclusão Social. **Resolução/ CNE/CEB-nº 01/2002 Diretrizes Operacionais para Educação Básica do Campo**. Brasília/DF: MEC, 2003.

CALDART, R. S. Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). **Por Uma Educação do Campo**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

CANAU, V. M. **Reinventar a escola**. 4. Ed. Petrópolis;/Vozes, 2008.

CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva: com os pingos nos "is"**. 5.ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.

COSTA V, M. da G. **Redação e textualidade**. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ESTEVE, M. J. Mudanças sociais e função docente. In: NÓVOA, A.. (org.) **Profissão professor**. Porto: Porto, 2 ed, 1999. p.93-121.

Fonte: IBGE, Diretoria de pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua**, 2012-2019. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=destaques>> .Acesso no dia 28 de jul de 2022.



GUIMARÃES, V. S. **Formação de professores:** Saberes, identidade e profissão. Campinas: Papirus, 2004. (Coleção Entre Nós Professores).

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. Educação escolar e culturas: Construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, mai,-ago, 2003.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar. O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, Set./Dez. 2004.

PERREIRA, B. F. Foucault e a educação libertária: por uma escola transformadora da sociedade. **Theoria - Revista Eletrônica de Filosofia Católica de Porto Alegre**. Volume V – Número 13 – Ano 2013 – ISSN 1984-9052. Disponível em: http://www.theoria.com.br/edicao13/foucault_e_a_educacao_libertaria.pdf>. Acessando em 03 de fev de 2021.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação:** trajetória, limites e perspectivas. Autores associados, 2008.



Mulheres em Assentamentos Rurais: uma experiência de construção do território no Norte Fluminense⁹

Elson dos Santos Gomes Junior⁽¹⁾

⁽¹⁾ ORCID: orcid.org/0000-0002-7222-8288; Professor da Educação Básica, Técnica e Tecnológica; Instituto Federal Fluminense – IFF; Santo Antônio de Pádua, Rio de Janeiro; Brazil. E-mail: elsonuenf@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A região Norte Fluminense encontra-se em destaque no cenário nacional, principalmente, no que tange ao histórico de suas atividades econômicas. Atualmente a “bacia de Campos” é responsável por boa parte do petróleo extraído no país, configurando o que Azevedo e Fernandes (2014) chamaram de “polo de desenvolvimento regional”. No entanto, antes mesmo do petróleo e das atividades a ele associadas, a região figurou como grande produtora sucroalcooleira manifestando, entre outras características, altos níveis de concentração fundiária a serviço da monocultura canieira.

Na década de 1990, principalmente com a instituição de uma política liberal a partir do governo Collor, a indústria canieira – historicamente subsidiada e endividada – acabou sucumbindo à sua própria inaptidão para gerar riquezas com seus próprios recursos. O esgotamento das linhas de crédito para o setor, os endividamentos altos, dívidas trabalhistas e crises no setor, acabaram levando à bancarrota a atividade que até então figurou como grande “dinamizadora” econômica e geopolítica na região. Estudos mostram que a cultura do endividamento assegurada por sucessivos pedidos de empréstimos era tão enraizada que algumas usinas endividadas, sem qualquer preocupação em quitar suas dívidas iniciais, acabaram comprando outras e formando uma cadeia econômica precária em sua própria estrutura (LEWIN, 2005).



Neste quadro – de escassez de recursos e endividamentos trabalhistas – muitas usinas acabaram abrindo falência e, sem condições de quitar suas dívidas, enquadraram-se como propriedades passíveis de reforma agrária. Assim, em 1996, a região Norte Fluminense assistiu à chegada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – e o estabelecimento de conflitos fundiários envolvendo usineiros, trabalhadores sem-terra, moradores das periferias da região com e sem passado rural e trabalhadores cujos direitos foram negados por conta da incapacidade financeira dos empregadores usineiros. A luta pela terra na região resultou, em 1997, na criação do maior assentamento do estado do Rio de Janeiro, o Assentamento Zumbi dos Palmares (Campos dos Goytacazes/São Francisco de Itabapoana – RJ).

Destes trabalhadores de origens e passados diversos, podemos destacar o papel fundamental de inúmeras mulheres que, ao ingressarem no acampamento, compuseram as frentes de luta, estratégias, ações e, até o presente, seguem atuando no fortalecimento do assentamento e de seus “impactos” (LEITE; HEREDIA; MEDEIROS; PALMEIRA; CINTRÃO, 2004) nos âmbitos social, político, econômico, cultural e simbólico.

Assim, o objetivo deste capítulo é apresentar a importância da participação das mulheres no processo de luta pela terra, mais precisamente no acampamento e no assentamento Zumbi dos Palmares, dele resultante. O percurso explicativo e analítico encontra-se na (I) apresentação da “forma acampamento” – conceito cunhado pela antropóloga Lygia Sigaud (2004) – e de sua importância “pedagógica” para a construção de um espaço de luta e de equidade; (II) a participação das mulheres no “movimento” como forma de transgressão de mecanismos heteronormativos; (III) por último, a participação destas mulheres em atividades culturais e associativas como fator de fortalecimento do território e da identidade de assentadas rurais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização deste capítulo, foi aplicado um questionário fechado, uma entrevista semiestruturada e o uso da etnografia na descrição de algumas atividades, entre as quais, as de cunho associativo e cultural. Os dados destes instrumentos foram relevantes para o estabelecimento da importância das mulheres que, além do acampamento, continuam contribuindo com o assentamento através de atividades culturais (festividades, grupos agroecológicos e de cultivo de saberes homeopáticos) e associativas (lideranças em cooperativas e associações de moradores).



A FORMA ACAMPAMENTO

Quando estudamos movimentos sociais de luta pela terra, a distinção entre “invadir” e “ocupar” deve ser esclarecida de pronto. Primeiro pelo fato de que o senso comum – em muitos casos através de veículos de comunicação descuidados e acríticos – não faz usualmente esta separação que, certamente, altera todo o sentido de análise de tais movimentos (SIGAUD, 2004, p. 14). Segundo pela distinção semântica que, no primeiro caso, remete à quebra do contrato social e da violação da propriedade privada e, no segundo, apresenta uma estratégia de ação que, ao contrário do que muito se pensa, é baseada na normativa constitucional (art. 5º, XXIII) que trata da “devida função social” da terra (GURGEL, 2005, p. 203).

Assim, além de uma “estratégia de luta” (GURGEL, 2005), a “forma acampamento” (SIGAUD; ERNANDEZ; ROSA, 2010) é uma instância em que relações sociais são estabelecidas, ensinamentos são compartilhados, memórias são divididas, afetações são criadas e mantidas e uma série de dimensões humanas são trabalhadas durante o processo. Com isso, devido à importância de cada um para o coletivo, as relações estabelecidas – apesar de todas as tensões e conflitos envolvidos – neste primeiro momento da ocupação torna-se, antes de tudo, um espaço pedagógico. Assim:

Os acampamentos eram muito mais do que a mera reunião de pessoas para reivindicar a desapropriação de um engenho. Compreendiam técnicas ritualizadas para realizar a ocupação, uma organização espacial, uma etiqueta para entrar no acampamento e nele se instalar, regras para ali conviver, um vocabulário próprio e elementos dotados de forte simbolismo como a bandeira do movimento e a lona preta, que constituíam os marcos distintivos de um acampamento. Esta combinação de aspectos modelares constitui uma forma, a forma acampamento (SIGAUD, p.14, 2004).

Neste sentido, podemos perceber que existe uma relação entre “formação humana e luta pela terra” (GOMES JUNIOR, 2021) que ajuda na compreensão da complexidade deste processo. Assim, instâncias simbólicas, linguísticas, culturais, políticas, econômicas e psicológicas confluem para a operacionalização do acampamento como o primeiro passo, porém, tão importante, que pode mesmo ser decisivo para os demais.

No Assentamento Zumbi dos Palmares, este primeiro momento ajudou na construção de uma cultura política e no estabelecimento de práticas associativas com vistas a conquista de bens e serviços. Apesar da origem diversa de seus integrantes (ALENTEJANO, 2005; 2011),



a “forma acampamento” pôde proporcionar a construção de uma identidade e, a partir dela, operacionalizar uma gramática política – no sentido atribuído por Nunes (2004) – que, apesar de ter como foco a conquista da terra, ultrapassou em muito este primeiro objetivo. Neste sentido:

[...] a organização política do acampamento em reuniões coletivas serviu como referência para a futura organização política e produtiva dentro dos assentamentos. No período do acampamento, a discussão das medidas a serem adotadas para a solução de problemas existentes era feita num ambiente democrático, onde havia a liberdade para que cada um pudesse expor sua opinião que tornaram a base para o futuro convívio dentro dos assentamentos. Assim, foi verificada a existência de um entendimento político de que a experiência vivida dentro dos acampamentos foi importante para a futura organização dos assentamentos (BELO; PEDLOWSKI, p. 79, 2014).

Essa evidência coloca-nos diante da constatação de que o acampamento não deve ser tratado de forma estanque, mas sim como parte de um processo de amadurecimento político e de convívio social com valores que suplantam a razão instrumental; ou seja, não se trata somente de conquista da terra de forma individualizada, mas sim de uma via que conduz ao coletivo de trabalhadores rurais, camponeses e camponesas, que agora, como já dissemos, passam a compartilhar uma ontologia (GOMES JUNIOR, 2021), símbolos e ensinamentos (SIGAUD, 2004) e uma identidade cuja base, vale ressaltar, encontra-se na promoção de espaços deliberativos de caráter efetivamente democrático (BELO; PEDLOWSKI, 2014).

A “forma acampamento” deixa assim de ser, de longe, reduzida à pura estratégia de luta (GURGEL, 2005) e aponta para o grande desafio de construção de uma instância efetivamente democrática e, principalmente, histórica. A existência histórica, segundo Wallerstein (2001), caracteriza-se pela efetividade de acesso aos bens e serviços necessários ao desenvolvimento humano na sociedade do capital. Por isso, primeiramente, em termos políticos e depois através do acesso a outros serviços, os acampados iniciam o processo de existência histórica que, como bem sabemos, não se efetiva sem lutas, tensões e resistências.

O acampamento também é responsável pela permanência dos camponeses e camponesas nos assentamentos, principalmente pelo fato de ter contribuído para a formação de uma “[...] identidade coletiva através das redes de amizade e solidariedade criadas a partir do trabalho coletivo nas lavouras” (BELO; PEDLOWSKI, p. 79, 2014). No assentamento Zumbi dos Palmares, a taxa de permanência é de aproximadamente 70%, ou seja, quase



70 famílias em cada 100 mantêm-se no assentamento desde o período do acampamento – o que acompanha a média nacional e, diante de muitas realidades, mostra-se como um indicador positivo.

Uma questão importante para o nosso entendimento a respeito da “forma acampamento” se encontra na questão do “tempo” e de como ele é experimentado pelos diversos atores. Como dissemos, a origem dos acampados é diversa e nem mesmo contempla uma totalidade de pessoas com passado rural. Além disso, muitas pessoas vêm de longe, não só de outras regiões rurais, como também das periferias dos grandes centros. Por isso, segundo Rosa (2010), a “vida no acampamento” envolve os diversos graus de abdição, esforço, empenho e desgaste, uma vez que muitas pessoas estão experimentando distâncias espaciais e afetivas em intensidades muito diversas.

Apesar das dimensões descritas anteriormente, vale ressaltar que a forma acampamento contempla a instabilidade, ou seja, estar no acampamento significa o estabelecimento de uma forma de luta que, nem sempre, é vitoriosa (SIGAUD; ERNANDEZ; ROSA, 2010). Neste sentido, toda a democracia que envolve as relações na forma acampamento (BELO; PEDLOWSKI, 2014) pode acabar se deparando com formas violentas de expulsão e que, muitas vezes, culminam com ataques que podem ser mortais.

Por isso esta estratégia também contempla uma face de negociação que é externa e envolve o diálogo com autoridades, forças policiais, governantes em diversas instâncias e forças políticas que, neste sentido, exigem do acampamento uma dinâmica deliberativa e estratégica para sua própria sobrevivência (SIGAUD; ERNANDES; ROSA, 2010). A presença de movimentos sociais no campo como os Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST é de grande valia para a socialização desta estratégia, no entanto, os desafios não ficam menores mesmo com a presença de um movimento desta envergadura, principalmente pelo fato de que a “ocupação” também reflete as desigualdades impostas pelo capitalismo e seus efeitos sobre o campo (FABRINI, 2005).

Considerando a “estratégia” (GURGEL, 2005), a importância “identitária” e as “relações de amizade” (BELO; PEDLOWSKI, 2014), a “pedagogia” e os “simbolismos” (SIGAUD, 2004) e as diversas apropriações da “forma acampamento” (SIGAUD; ERNANDES; ROSA, 2010), seria essa forma de lutar experimentada de forma diferente pelas mulheres acampadas? Este estudo demonstrou que, para elas, a forma acampamento significou, além de tudo que foi citado, a realocação de um corpo domesticado para um corpo em “movimento”.



MULHERES EM “MOVIMENTO”

Em estudo realizado na cidade de Chapecó – Santa Catarina –, Paulilo (2009) identificou a existência de uma tradição patriarcal em relação à propriedade da terra e sua transmissão onde a mulher, por muito tempo, não havia conquistado o direito de receber, nem mesmo por herança, a propriedade da terra. Nesta mesma localidade, a participação de mulheres em “movimentos” sociais nunca foi bem visto por se tratar, segundo a tradição local, de coisas de mulheres que são “mal faladas”. Início o tópico com este estudo para exemplificar os tipos de conflitos enfrentados por mulheres acampadas que, também, por conta das supostas responsabilidades em relação aos filhos e ao matrimônio enfrentam pesados desafios quando desejam ingressar em movimentos sociais.

Outro estudo, que trata da atuação de mulheres em conflitos fundiários no Maranhão, a mulher, através de seu corpo, passou a contribuir para a coletividade como “uma estratégia de luta” (PAULA ANDRADE, 2009). Muitas vezes, com vistas a evitar o confronto direto com a segurança privada dos fazendeiros, as mulheres iam à frente e os homens ficavam escondidos no mato ao redor para diminuir o risco de uma reação trágica por parte dos fazendeiros. Deste modo, elas figuraram como protetoras da família e de seus esposos e ajudaram como protagonistas nos movimentos de luta pela terra naquele estado.

No Rio de Janeiro, a mulher mais uma vez apareceu como sujeito atuante em importantes participações e, no caso do Assentamento Zumbi dos Palmares, isso não foi diferente. Muitas mulheres que hoje estão neste assentamento ingressaram em movimentos de luta pela terra no estado e, mesmo sendo solteiras e/ou mães, buscaram seus objetivos e engajaram com sucesso neste ambiente que, segundo depoimentos de uma assentada, “é muito difícil pra mulher”.

Em relação às mulheres deste assentamento, é relevante propor uma análise que privilegie dois aspectos: primeiro o que diz respeito aos “impactos internos”, ou seja, de que forma a participação na luta pela terra e a conquista do lote modificou a vida destas mulheres; segundo, relacionar o material mensurável às consequências positivas e imensuráveis na vida destas mulheres.

No tocante à maximização de bens materiais, análise realizada em âmbito nacional (LEITE *et al*, 2004), neste assentamento, também se confirmou que as assentadas após a conquista do lote aumentaram significativamente suas posses materiais. Foram identificadas aquisições que vão desde computadores à automóveis. Além disso, vale colocar neste conjunto os animais, a própria propriedade e a casa, além de equipamentos e todo um conjunto mensurável que antes não existia.



Durante a tomada de conhecimento da organização que deu origem ao assentamento, a análise salientou que muitas destas mulheres não são de Campos dos Goytacazes ou de São Francisco de Itabapoana, mas sim de cidades vizinhas e até de localidades mais distantes como Cabo Frio – Região da Baixada Litorânea – e São Gonçalo – Região Metropolitana. Elas ficaram sabendo das ações por meio de vizinhos ou parentes envolvidos em organizações de acampamentos com vistas a realização de ocupações, configurando o período designado por Loera (2009, p. 73) como “o preâmbulo da ocupação” e “reuniões da terra”.

Quando questionadas sobre as tarefas no acampamento, enumeraram uma série de atividades desempenhadas afirmando que, muitas vezes, ficaram até meses sem ter contato direto com os familiares. Esta fase do acampamento foi retratada como um período difícil, pois a heterogeneidade da composição do acampamento fez muitas delas passarem por momentos de constrangimento e que, dentre as tarefas, as mais citadas foram atividades relacionadas à cozinha e participação nas equipes de vigilância.

Após o recebimento do lote, foi enumerada uma série de questões que vai desde a falta de apoio do setor público (como com a concessão de tratores, por parte das prefeituras) até problemas de relacionamento com outros assentados. Além destes, um dado que chamou a atenção foi o fato de que até hoje, com mais de quinze anos completados da formação do assentamento, nenhuma delas conseguiu adquirir benefícios voltados exclusivamente para a mulher. Um exemplo disto é o PRONAF Mulher que, segundo as assentadas, nenhuma delas conseguiu até hoje acessar. Apesar disso, afirmaram que receberam verba para construção da casa e para a aquisição de materiais para iniciar as atividades no assentamento (sementes, adubo, ferramentas, etc.).

A condição de “assentada” também foi um ponto levado em consideração nesta análise onde percepção delas da própria condição foi muito positiva. Afirmaram que a vida no assentamento é melhor do que a que levavam antes e salientaram que o fato de não viverem na cidade como um fator importante e diferencial na qualidade de vida. Além disto, apontaram para a questão da autonomia em relação ao trabalho como mais um dos fatores que fizeram positivas as análises sobre ser assentadas.

Como mostrou Melucci (1989, p.50), os motivos de organização e luta dos movimentos sociais ultrapassam questões meramente estruturais, por isso, em relação à forma de ver a vida, disseram que mudou muito e um dos elementos citados foi a importância de se cuidar dos recursos naturais e do não uso de substâncias tóxicas no cultivo de seus lotes. Apesar de muitos outros usarem, as entrevistadas para este trabalho disseram que ou não



usam ou usaram, mas não o fazem mais. Uma delas contou a experiência de ter sido vítima do uso de agrotóxico por um vizinho que, segundo ela, o “veneno veio pelo ar” e causou uma série de bolhas nas mãos e nos pés. Outra contou que quase intoxicou um neto e, desde então, nunca mais usou.

Quanto aos motivos de felicidade por estarem no assentamento, um dado chamou a atenção: a questão dos filhos e da família. As assentadas apontaram como motivo de maior felicidade a possibilidade de poder estar perto de seus filhos em um lugar de paz. Muitas delas afirmaram que além dos filhos que conseguiram levar para o assentamento, pretendem ter toda família perto e, até mesmo, trabalhando no lote juntamente com elas. Fator importante, ou seja, perceber que começou um movimento de reorganização familiar na vida dessas mulheres onde elas são referenciais de liderança e não mais de submissão – como foi evidenciado em experiências de mulheres catarinenses (PAULILO, 2009).

O que mudou na vida destas mulheres após o recebimento do lote? Esta é uma das últimas coisas perguntadas e o que pareceu unânime foi a questão da autonomia. Todas deram demonstração de que serem autônomas constituiu uma condição de vida melhor do que os impasses vividos em outros períodos, como por exemplo, quando casadas com homens que não as viam como iguais, mas sim como mulheres do lar apenas. E foi exatamente aí que o interesse por este trabalho começou.

Sei que questões pertinentes às fontes, metodologia e coisas do gênero sempre são introduzidas antes do que comumente são chamados de “análise de dados”. Contudo, desta vez foi diferente. Este trabalho foi gerado a partir de uma experiência inusitada. A princípio, por conta do programa de Iniciação Científica e seus desdobramentos em outras pesquisas, fui à campo para realizar uma coleta de dados com vista a uma análise da trajetória de assentados com habilidades culturais no assentamento. Contudo, após as entrevistas de algumas mulheres, algo começou a mudar.

Em uma destas visitas ao campo, conheci uma mulher numa festa do assentamento a qual estava documentando e a certa altura da conversa apareceu uma criança a qual ela reconheceu como filho e, ao perguntar se ela tinha mais, ela afirmou ter mais seis. Fiquei surpreso. Disse em tom jocoso que ela e o marido deveriam “formar um time de futebol”, então, me veio a surpresa maior: ela reagiu imediatamente e afirmou que não tinha marido ou companheiro e que não precisava de nenhum – apenas um namorado, e olhe lá, “se ele sair da linha eu despacho ele”, disse-me ela. Então comecei a pensar a partir da leitura de estudos sobre “impactos de assentamentos rurais” (LEITE, S. *et al*, 2004). Ao se salientar que



os assentados melhoram de vida após o assentamento, iniciei meus questionamentos, no entanto, a pesquisa que estava realizando não tratava de forma alguma da emancipação da mulher.

Mediante todas estas questões acima levantas, mesmo que de forma breve, gostaria de deixar este questionamento, ou seja, como vivemos em uma sociedade capitalista e desigual na essência deste sistema político-econômico que materializa essas desigualdades no tempo e no espaço e que, além disso, possuímos em nossas bases sociais um forte traço patriarcal que é possível ainda hoje identificar, não poderia deixar de indagar a questão: seria a reforma agrária uma forma de emancipação da mulher na sociedade brasileira atual? Para esta resposta resta a opção da prática científica e o fortalecimento do conjunto de material produzido sobre o meio rural brasileiro e, mais recentemente, da mulher e suas conquistas. Contudo, no que tange às mulheres entrevistadas no assentamento Zumbi dos Palmares, posso afirmar que sim.

MULHERES E A (RE) PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO

Considerando o processo iniciado na “forma acampamento” (SIGAUD, 2004; SIGAUD; ERNANDES; ROSA, 2010), as “reuniões da terra” (LOERA, 2009), as estratégias de luta durante o processo de ocupação (GURGEL, 2005; FABRINI, 2005), as relações de amizade e espaços de deliberação e participação (BELO; PEDLOWSKI, 2014) e toda essa “engrenagem das ocupações de terra” (SIGAUD, 2009), este conjunto contribuiu para a produção do território do Assentamento Zumbi dos Palmares.

Assim, através de atividades oriundas no acampamento, as mulheres – agora assentadas – passaram à frente no desempenho de funções culturais, políticas e econômicas que, entre outras coisas, foram indispensáveis para o estabelecimento do território enquanto categoria de poder onde Fuini (2015, p. 266), ao tratar do conceito na obra de Milton Santos (1996), afirma que “[...] o território pode ser visto como uma materialidade (configuração territorial) cuja apreensão por meio dos sentidos caracteriza-o como paisagem”.

Como as mulheres mudaram a “paisagem”? Entendendo o território também como produto da “ação” (SANTOS, 1996), podemos perceber que a alteração da paisagem se deu assim por meio de ressignificações deste espaço que, uma vez conquistado, passou a atender e a ser produzido por novas ações e necessidades. Neste quadro, destacamos algumas atividades, entre as quais de cunho cultural, em que as mulheres passaram a desenvolver e que, vale ressaltar, não são todas exclusivas de mulheres, mas sim



manifestam-se como resultantes de um processo cuja gênese, como dissemos, encontra-se no acampamento.

Ao que chamamos “atividades culturais”, estão inclusas produções literárias, teatrais, espaços de sociabilidade e circulação de conhecimentos populares e atividades educacionais voltadas para o campo. No assentamento Zumbi dos Palmares, foram evidenciadas todas estas atividades e, por meio delas, abordaremos a formação de um calendário festivo, o envolvimento, as possibilidades de compartilhamento, a importância destas atividades para estas/estes assentadas/assentados e suas implicações sobre o lote e sua extensão.

Ao abordar as variadas formas de manifestações culturais, Bosi (1992, p. 324) apresenta a cultura popular como correspondente a elementos “materiais e simbólicos”. Com isso, relaciona-a com “o alimento, o vestuário, a relação homem-mulher, a habitação, os hábitos de limpeza, as práticas de cura, as relações de parentesco, (...) as crenças, os cantos, (...)”. Na busca da manifestação de tais práticas, iniciamos pela existência de festividades no assentamento, ou melhor, pela localização de um calendário festivo.

A busca por atividades culturais festivas evidenciou que estas manifestações contribuem para a materialização da identidade de assentado, contudo, ela não ocorre com finalidade estritamente política como contido no conceito de “arte engajada” (NAPOLITANO, 2011). É fruto tanto da cultura produzida por meio da vida na terra, como da construção de laços de afinidade produzidos pelo tempo de vida no assentamento. Estes momentos, locais, datas e seus respectivos motivos festivos (religiosos, políticos, etários, etc.) constituíram-se em uma memória que se estabeleceu em cada um deles e manifestou, por um lado, a face do “aprendizado” (SIGAUD, 2004) e, por outro, o próprio processo de construção do território pela “ação” (SANTOS, 1996).

Outro elemento contribuinte para a existência de certa especificidade nestas “ações” é o fato de, além da esfera simbólica, estas estarem expressando as condições materiais de sobrevivência destas pessoas, ou seja, a vida no campo viabilizada pela terra. Teixeira e Dias (2011, p.125) afirmam que estes eventos contribuem na esfera da cultura com a “formação da consciência social como fundamentais no desenvolvimento da base material da existência”. Essa abordagem aponta para uma leitura do camponês independente do tempo, uma vez que não se busca evidenciar uma essência (CHAYANOV, 1974), ou seja, um modo de vida totalmente incompatível no mundo capitalista.

Sendo a terra o principal meio material dessa existência é por meio dela que esse movimento duplo, porém não contraditório, entre o simbólico e o material contribui na



construção de uma cultura camponesa e na formação de uma identidade e um território. E é nessa esfera de “ação” (SANTOS, 1996) que os assentados materializam a vida no campo e suas especificidades como, por exemplo, a formação da chamada “Escolinha de Agroecologia”.

Os temas mais trabalhados são os que se referem à implementação de soluções ecologicamente sustentáveis no dia a dia do lote como a homeopatia, meios de comercialização da produção e educação do campo. Ela tem grande importância na vida destas/destes assentadas/assentados por proporcionar uma contínua troca e atualização de experiências, como relatou a assentada “R.S”:

A escolinha de agroecologia, sim. É coisas que agente aprende né, troca conhecimentos é, tipo assim, eu to fazendo a minha horta aqui aí to plantando beterraba, cenoura, entendeu, a chicória, essas coisa assim, hortaliça. Aí na escolinha de agroecologia nós fizemo nem sei como te falar, vamos dizer que é um planejamento, fizeram lá pá, aquilo que você viu naquele dia né, que botou o nome das pessoa e perguntaram: fulano você tá plantando o que? Que que você tem? Tá. Aí foi colocado e agente assim, eu to plantando a cenoura e a beterraba, já tem outra que já deixou encomendado pra quando começar a sair eu me interesse a panhar de você, a beterraba e a cenoura. E tem um companheiro lá que eu não me lembro o nome dele, eu compro ovos dele, entendeu, então, quer dizer, é uma troca. Conhecimento de troca, agente mesmo (...). (“R.S”, camponesa do Assentamento Zumbi dos Palmares).

Além da Escolinha de Agroecologia, as mulheres integram grupos de conhecimentos tradicionais como, por exemplo, a homeopatia. Nestes grupos, além de receitas e da socialização de conhecimentos medicinais, também são socializadas sementes, ervas, formas de manipulação, tratamento e armazenamento, entre outros. Nesta atividade em especial, as mulheres são muito fortes e muito participativas demonstrando a importância das “sementes e conhecimento tradicional” (NOGUEIRA; MARTINS, 2013).

Outro ponto que chamou atenção diz respeito às associações de moradores dos núcleos onde a maioria é composta por mulheres. Em dois núcleos, dissidências levaram à criação de outras associações, no entanto, mesmo assim, uma em cada núcleo possui uma mulher como presidente. Abaixo encontra-se o modelo de organização do núcleo escolhido por seus moradores e organizado associativamente de acordo com os modelos como exposto na tabela 1.



Tabela 1. A organização espacial dos núcleos e a existência de Associações Cooperativas no Zumbi dos Palmares.

Núcleos	I	II	III	IV	V
Agrovila		X		X	
Lotes Individuais	X		X		X
Cooperativas				X	X

Notemos que, em alguns núcleos, além dos modelos de organização dos lotes e da organização da produção (agrovila, lotes individuais e cooperativas), podemos detectar a presença de cooperativas. Das duas identificadas no período da pesquisa, uma delas também era presidida por uma mulher. Nestes termos, podemos identificar a presença maciça das mulheres em todas as atividades do assentamento, seja de cunho cultural, associativo ou econômico (MARTINS, 2017). Estas evidências demonstram que sem a “ação” (SANTOS, 1996) destas mulheres dificilmente teria se desenvolvido o capital social, os arranjos associativos, econômicos e culturais que tornaram àquele espaço ressignificado com práticas que, a partir do acampamento e sua proposta de vida voltada para a terra, forjaram uma identidade de assentado e um território materializado com o cotidiano da “efetividade histórica” (WALLERSTEIN, 2001) de camponesas e camponeses.



CONCLUSÃO

Como “espaço e tempo de transição” (FERNANDES, 2012), podemos perceber que o acampamento possui muitas temporalidades que continuam existindo mesmo depois do estabelecimento dos assentamentos. Assim sua continuidade envolve a própria “efetividade histórica” (WALLERSTEIN, 2001) que, através da sociabilidade e das relações sociais voltadas para a terra, constituem o território cotidianamente.

Por isso, pela sua dimensão de “ação” manifesta e materializada (SANTOS, 1996), o território se faz todos os dias no Assentamento Zumbi dos Palmares com participação importante, e indispensável, de mulheres camponesas que, além da conquista da terra, conquistaram formas diversas de emancipação numa sociedade tão marcada pelos traços heteronormativos.

Assim, além de tratarmos de um dos conflitos mais urgentes na sociedade brasileira – a questão agrária –, buscamos demonstrar a importância das mulheres na formação não apenas de um assentamento – o que já é muito grandioso –, mas sim da própria história através da mudança da “paisagem” através da “ação” (SANTOS, 1996). Por isso vale ressaltar

a importância destes coletivos, de suas possibilidades e dos frutos do questionamento de estruturas históricas de invisibilidade de sujeitos e de suas necessidades. Assim como as mulheres do Assentamento Zumbi dos Palmares realizaram conquistas em âmbito material e simbólico, vale ressaltar que isso só foi possível através do desenvolvimento de uma cultura política de participação (GOMES JUNIOR, 2021).

Isso reforça ainda mais a importância de estudos a respeito de coletivos de mulheres (MARTINS, 2017), de suas possibilidades e de seus desdobramentos para uma educação cívica que, ao contrário de subjugar a mulher e outros coletivos historicamente marginalizados, toma a sua existência como imprescindível. E, pelo que tratamos até aqui, parece que ficou claro que, com elas, as coisas vão muito mais longe, de forma mais abrangente e forte.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. R. R. Luta Por Terra e Reforma Agrária no Rio de Janeiro. **Revista Eletrônica da Associação de Geógrafos do Brasil**. Niterói, 2005.

ALENTEJANO, P. R. R. O Norte Fluminense, a luta pela terra e a política de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro. In: PEDLOWSKI, M. A. et al. **Desconstruindo o latifúndio: a saga da reforma agrária no Norte Fluminense**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

ANDRADE, M. de P. Hoje, a mulher é a estrela – divisão sexual do trabalho guerreiro nas lutas camponesas no Maranhão. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PUILILO, M. I. (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. São Paulo/ Brasília: UNESP/NEAD, v. 2, 2009.

AZEVEDO, S.; FERNANDES, J. S. Polos regionais do Norte Fluminense e a Região Metropolitana: cultura política em perspectiva comparada. **Cadernos Metrópole** (PUCSP), v. 16, p. 195-217, 2014.

BELO, D. C.; PEDLOWSKI, M. A. Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do Sem Terra. **Revista NERA** (UNESP), v. 17, p. 71-85, 2014.

BOSI, A. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

FABRINI, J. E. Ocupação. In: MOTTA, M. **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.



FERNANDES, B. M. Acampamento. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FUINI, L. L. Território e territórios na leitura geográfica de Milton Santos. **Brazilian Geographical Journal: geosciences and humanities research medium**, v. 6, p. 253-271, 2015.

GOMES JUNIOR, E. S. Formação Humana e Luta Pela Terra. **Diversitas Journal**. v.6, p.2491 - 2507, 2021.

GURGEL, C. Estratégia de luta no campo. In: MOTTA, M. **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LEITE, S. P., HEREDIA, B., MEDEIROS, L., PALMEIRA, M., CINTRÃO, R. **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Unesp, 2004.

LEWIN, M. et al. **Uma nova abordagem da questão da terra no Brasil**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.

LOERA, N. C. R. Para além da barraca de lona preta: redes sociais e trocas em acampamentos e assentamentos do MST. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PUILILO, M. I. (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas. São Paulo/ Brasília: UNESP/NEAD, v. 2, 2009.

MARTINS, V. R. S. A formação de lideranças femininas: Em foco o Coletivo Regina Pinho em Campos dos Goytacazes - RJ. **Cadernos Agroecológicos**, v. 12, p. 10, 2017.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua nova**, n. 17, 1989.

NAPOLITANO, M. A Relação Entre Arte e Política. **Revista Temáticas**, n.19, 2011.

NOGUEIRA, S.; MARTINS, V. R. S. ; CORRÊA, R. **Sementes do conhecimento tradicional da Rede Fitovida**. 1. ed. Rio de Janeiro: Publit, 2013.

NUNES, E. **Gramática política do Brasil**: clientelismo e insulamento burocrático. Zahar. Rio de Janeiro, 2004.

PAULILO, M. I. S. Movimento das mulheres agricultoras e os muitos sentidos da "igualdade de gênero". In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PUILILO, M. I. (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas. São Paulo/ Brasília: UNESP/NEAD, v. 2, 2009.



ROSA, M. C. Encruzilhadas: acampamentos e ocupações na Fazenda Sarandi, Rio Grande do Sul (1962-1980). In: SIGAUD, L. et al. **Ocupações e Acampamentos**: sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

ROSA, M. C. A “forma movimento” como modelo contemporâneo de ação coletiva rural no Brasil. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PUILILO, M. I. (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas. São Paulo/ Brasília: UNESP/NEAD, v. 2, 2009.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SIGAUD, L. Ocupações de Terra, Estado e movimentos sociais no Brasil. **Cadernos de antropologia social**, n. 20, p. 11-23, 2004.

SIGAUD, L. A engrenagem das ocupações de terra. In: Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PUILILO, M. I. (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas. São Paulo/ Brasília: UNESP/NEAD, v. 2, 2009.

SIGAUD, L. et al. **Ocupações e Acampamentos**: sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

TEIXEIRA, D. R.; DIAS, F. B. M. Marxismo e Cultura: contraponto às perspectivas pós-modernas. **Revista Digital do Paideia**, n.2, p. 120-140, 2011.

WALLERSTEIN, I. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

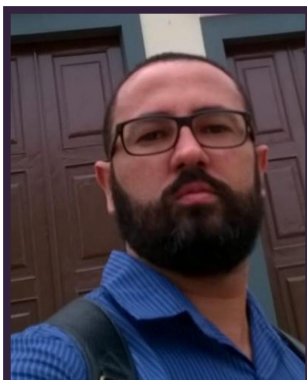


SOBRE OS ORGANIZADORES



Cirlene Jeane Santos e Santos

Possui graduação em Geografia Licenciatura (1999) e Geografia Bacharelado (2000), pela Universidade Federal da Bahia, Mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (2004) e Doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2011). É Professora Adjunta da Universidade Federal de Alagoas, coordenando o Núcleo de Estudos Agrários e Dinâmicas Territoriais (NUAGRARIO/UFAL). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Epistemologia da Geografia e Ensino de Geografia com destaque para: produção do espaço, território, assentamentos rurais, luta pela terra, reforma agrária, comunidades tradicionais, agricultura urbana, relação campo-cidade e políticas públicas.



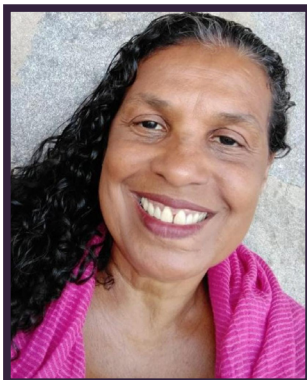
Elson dos Santos Gomes Junior

Graduado em Ciências Sociais, Mestre e doutorando em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. Professor EBTT no Instituto Federal Fluminense – IFF.



Erika Flavia Soares Costa

Assistente Social pela Universidade Federal de Alagoas. Mestra em Serviço Social (UFAL). Pós-Graduada em Saúde Mental e Dependência Química. Pós-Graduada em Cannabis Medicinal. Ênfase de pesquisas: Fundamentos do Serviço Social; Trabalho da/o assistente social; Cannabis medicinal.



Maria Ester Ferreira da Silva Viegas Doutorado em Geografia, área de concentração: Ordenamento e Planejamento do Território, com pós doutorado na Universidade de Aveiro - Portugal no Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, com o plano de trabalho “Colegiados Territoriais” dinâmicas de participação pública nos processos de decisão política com incidência territorial!. Professora Associada da Universidade Federal de Alagoas - CAMPUS ARAPIRACA. Concentração de estudos e pesquisas com ênfase em Geografia Humana, atuando prin-



principalmente nos seguintes temas: Geo-história, Nordeste, Povos indígenas e quilombolas, Questões étnico-raciais, Planejamento urbanos e Ruralidades. É coordenadora do grupo de pesquisa LETUR - Laboratório de Estudos do Território . Pesquisadora associada do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Instituições e Inovação - Universidade de Aveiro - Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Territoriais - GOVCOOP. (<https://www.ua.pt/govcopp/>) - ORCID Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8867-8259> .Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5554787312533532>



Os textos apresentados nesta obra são fruto do **XI ENCCULT - Encontro Científico Cultural de Alagoas**, que teve como tema nesta edição a Quebra de paradigmas e mudanças sociais: os novos desafios para a ciência. São 11 anos contribuindo para o fomento das discussões científicas no âmbito interdisciplinar, congregando pesquisadores de diferentes instituições no contexto local e regional.

Dr. José Crisólogo de Sales Silva
(Organizador do evento)

